

Paulo Galvão Júnior

DIVERSOS ENFOQUES ECONÔMICOS

 **iesp**
faculdades



ISBN: 978-85-5597-044-3

Diversos Enfoques Econômicos

Paulo Galvão Júnior
(Autor)

Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP

Cabedelo
2017



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Diretora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo editorial

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2017 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)

G182d Galvão Júnior, Paulo.
Diversos Enfoques Econômicos [recurso eletrônico] / Paulo Galvão Júnior. - Cabedelo, PB:Editora IESP, 2017.
174 p.

Tipo de Suporte:E-book
Formato: PDF
Modo de Acesso: World Wide Web
ISBN: 978-85-5597-044-3

1. Economia Brasileira. 2. Economia Mundial. 3. Economia. I.
Título

CDU 33

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Capa e Contra-Capa: Professora Márcia Albuquerque Alves

Editora IESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Morada Nova. Cabedelo - PB.
CEP 58109-303

SOBRE O AUTOR

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior, 47 anos, economista paraibano, escritor brasileiro e professor universitário. Nasceu em 13 de maio de 1970 no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Filho do professor universitário Paulo Francisco Monteiro Galvão e da dona de casa Maria Verônica Paiva da Silva. Irmão do professor de Filosofia Eduardo Augusto Paiva Galvão. Casado com a assistente social Núbia Rodrigues Galvão e pai de duas lindas filhas, a professora de Administração Priscilla Rodrigues Galvão Moreira e a estudante de Relações Internacionais Pamella Noemi Rodrigues Galvão. Atualmente é o professor de Economia e de Economia Brasileira nos Cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis no IESP Faculdades e nos Cursos de Tecnologia em Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos na FATECPB. É o atual coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa (CMDCA-JP). Economista com CORECON-PB nº. 1392, ex-conselheiro titular do CORECON-PB e ex-assessor da Presidência do CORECON-PB. Graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS na UFPB (1998). Especialização em GESTÃO DE RH na FATEC INTERNACIONAL (2009). Chefe da DPTI/SETUR/PMJP. Conselheiro Titular do CMDI-JP e do COMPED-JP. Autor de nove eBooks de Economia: RBCAI (2009), REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS (2010), NOVAS REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS (2011), VAMOS FAZER JUNTOS A ECONOMIA VERDE? (2012), POR QUE O BRASIL É MUITO DESIGUAL? (2013), ECONOMIA (2014), ECONOMIA BRASILEIRA: De Pedro Álvares Cabral ao Ajuste Fiscal (2015), O OURO DO SÉCULO XXI (2016) e DIVERSOS ENFOQUES ECONÔMICOS (2017). Autor e co-autor de mais de 150 artigos de Economia publicados no Brasil e no mundo, sobretudo no site em português do jornal russo Pravda.RU. E nos dias de hoje, colunista no site paraibano Notícia Extra.com: <http://www.noticiaextra.com/colunistas/paulo-galvao-junior>. Telefone: 55 (83) 3225-2448. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com. Celular e Whatsapp: 55 (83) 98773-7712. Site: <http://ebookdeeconomiadepgalvaojr.com/ebooks-de-economia.html>.

Aos meus estimados alunos e alunas dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração no renomado IESP Faculdades, como também, aos meus queridos alunos e alunas do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira e em Gestão de Recursos Humanos na conceituada FATECPB.

**“Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz
se a maioria dos seus membros é pobre e miserável”.**

Adam Smith(1723-1790)

**“A desigualdade é um dos problemas sociais mais urgentes que enfrentamos no
mundo contemporâneo”.**

Anthony Atkinson (1944-2017)

Sumário

Agradecimentos	8
Apresentação.....	9
Perspectivas econômicas para 2017: recuperaçãooudepressão?	10
O Décimo País Mais DesigualdoMundo	14
As Realidades Distintas do Brasil e da CoreiadoSul.....	18
O Primeiro Encontro daTrípliceAliança	22
Um olhar crítico sobre o rumodo Brasil	26
Como alavancar a economia de mercadonoBrasil?.....	31
A Caminho doAbismoEconômico	39
Qual é o seu Papel na Redução da Desigualdade SocialnoBrasil?	42
Adam Smith, o PaidaEconomia	45
O Brasil Colônia na Visão deAdamSmith	50
Café com leitor: a recessão econômica acabounoBrasil	54
O Papel do CMDCA-JP naPrimeiraInfância	59
Uma Breve Análise do Índice de Desenvolvimento HumanonoBrasil	66
A Utilidade da Contabilidade Gerencial para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Um Estudo de Caso naPerspectivaLocal.....	87
O Comportamento da Inadimplência do Consumidor no Brasil de 2010 a 2014	121
Marketing Político: Planejamento e Criação de umaCampanhaPolítica	139
Carga Tributária: Os Impactos naPopulaçãoBrasileira	154

Agradecimentos

O presente livro digital de Economia reúne 17 artigos, sendo onze artigos do meu próprio punho e seis artigos realizados a quatro mãos. Por isso, inicialmente, meus sinceros agradecimentos aos prezados estudantes do IESP Faculdades, **Paula Chaves Nóbrega** e **Rodolfo Giovanni Amaral de Santana Silva**, no Curso de Graduação em Administração, e aos estimados estudantes no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, **Diana Bento de Souza**, **Juliana Jacinto Gomes** e **Samuel Pedro Costa Saraiva**.

Com a futura administradora **Paula Chaves Nóbrega** escrevemos sobre a inadimplência do consumidor no Brasil. Já com o futuro administrador **Rodolfo Giovanni Amaral de Santana Silva** abordamos sobre o marketing político. Com as futuras contadoras **Diana Bento de Souza** e **Juliana Jacinto Gomes** tratamos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil e a contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas, respectivamente. Enquanto, com o futuro contador **Samuel Pedro Costa Saraiva** abordamos a carga tributária no País.

Devo muito aos alunos do IESP Faculdades e da FATECPB na inspiração ao escrever este livro digital, os meus onze artigos, com várias revisões, que abordam vários enfoques econômicos tais como economia brasileira, desigualdade social, economia internacional, turismo, economia de mercado, ciclo econômico e primeira infância.

Devo agradecimentos também ao economista paulista **Luiz Alberto Machado** pela parceria no primeiro artigo do ano de 2017 sobre a economia brasileira, além dos funcionários da Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado do IESP Faculdades, com 54 mil obras (livros, eBooks, revistas, dicionários, TCCs, Monografias e Periódicos) e da Biblioteca Juarez da Gama Batista da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, com cem mil obras a disposição do público. Com o acesso aos livros podemos aumentar a nossa capacidade de se expressar e de pensar ao trocar ideias com outros que estão tentando mudar o Brasil e omundo.

Aproveito a oportunidade para expressar meus sinceros agradecimentos às professoras **Márcia Albuquerque Alves** e **Christiane Rabêlo**, pela elaboração da bela e moderna capa e contra capa do eBook e pela sugestão do título do livro digital durante a confraternização do Dia dos Professores do IESP Faculdades na Churrascaria Sal e Brasa.

Resta-nos agradecer a todos os que direta e indiretamente colaboraram na elaboração deste livro digital no ano de 2017.

Cabedelo, 31 de dezembro de 2017.

Paulo Galvão Júnior

Apresentação

Início citando e comentando o pensamento do filósofo e economista escocês Adam Smith: “Pouco mais é necessário para erguer um Estado, da mais primitiva barbárie até o mais alto grau de opulência, além de paz, de baixos impostos e de boa administração da justiça: todo o resto corre por conta do curso natural das coisas”.

De acordo ou não, porém, aconselho a ler a obra prima de Adam Smith, o Pai da Economia e do Liberalismo Econômico. Com amor próprio escrevo o meu nono eBook de Economia intitulado **Diversos Enfoques Econômicos**. Na busca do meu próprio interesse, apresento o meu novo trabalho literário no ano de 2017, fruto da minha inteligência (oriunda de 86 bilhões de neurônios) e da minha paciência no trabalho em dupla (oriundo de 172 bilhões de neurônios), que conduz ao bem estar social.

Não se pode aceitar tão calado 93 tributos no Brasil. Não se pode reduzir a desigualdade da quinta nação mais extensa do mundo com uma elevada carga tributária. Não se pode melhorar a qualidade de vida do quinto país mais populoso do planeta com uma arrecadação tributária de mais de 2,0 trilhões de reais em troca de precários serviços públicos. Sim, Smith e Keynes eram contra elevados impostos na economia. Revoluções foram oriundas da revolta do povo contra os altos impostos. Os brasileiros trabalham 153 dias para pagar impostos na décima nação mais desigual doplaneta.

Os Estados Unidos da América é o país mais rico do mundo e está localizado na América, exatamente na América do Norte. Enquanto, na Oceania, exatamente na Polinésia, está localizado o país mais pobre do planeta, o Tuvalu. O Brasil é a nona economia do mundo e está localizado na América do Sul e nos dias atuais tem 12,6 milhões de desempregados, 52,2 milhões de pobres e 13,3 milhões de miseráveis. As reduções significativas da taxa de desemprego e do nível de pobreza e de extrema pobreza no País dependem de um forte crescimento econômico e este depende de uma Reforma Tributária. Os Governos Federal, Estaduais e Municipais precisam cuidar mais da Educação, Saúde, Segurança e Saneamento Básico, sobretudo, das crianças.

Neste livro digital, a minha imaginação aliada a minha indignação foram fundamentais nas escolhas dos temas. É inadmissível que os 10% mais ricos da população brasileira ficam com 55% da renda nacional do Brasil. Com pensamento positivo, entusiasmo e trabalho podemos transformar o Brasil num país desenvolvido, num país de desenvolvimento humano muito elevado, numa nação de renda elevada ainda no século XXI. Os primeiros passos são grandes investimentos em educação de qualidade. Eu estou feliz, caro leitor, por compartilhar com você este eBook de Economia. Os erros, as falhas e as omissões são de inteira responsabilidade do autor. Boa leitura! E até o próximo livro digital de Economia.

Cabedelo, 31 de dezembro de 2017.

Paulo Galvão Júnior

Perspectivas econômicas para 2017: recuperação ou depressão?

Paulo Galvão Júnior¹

Luiz Alberto Machado²

Como será o início de ano no Brasil? Será o começo de um novo ciclo econômico? Ocorrerá uma nova contração da atividade econômica nas cinco regiões ou o começo da expansão de toda atividade econômica no País? Precisamos da recuperação econômica! Precisamos urgentemente da recuperação econômica! Mas, a recessão econômica prolongada poderá se transformar numa depressão econômica na nona economia do mundo.

Ocorrerá o declínio econômico ou a ascensão econômica do Brasil no ano de 2017? Ocorrerá uma grande onda de pessimismo ou de otimismo? A taxa de desemprego aumentará ou diminuirá nos três setores da economia brasileira? Muitas perguntas! Muitas reflexões! Muitas perspectivas econômicas para 2017.

A retração econômica no biênio 2015-2016 foi muito forte. *“A crise que o Brasil está atravessando é grave, é a maior da qual se tem registro; atualmente, o País tem 4.456.120 de empresas inadimplentes, 59.714.718 cidadãos com registros negativos no Serasa, 12,024 milhões de desempregados e milhares de fábricas, comércios e serviços fechados. As perspectivas são de um crescimento lento, inferior a 1% no próximo ano e o dobro desse valor nos seguintes. É pouco para um país com o potencial que ele tem”,* segundo o economista Roberto Luis Troster (13/12/2016).

É muito grave a situação da economia brasileira! O PIB do Brasil não cresceu por 21 meses consecutivos, por sete trimestres seguidos, segundo dados do IBGE, do primeiro trimestre de 2015 (quando atingiu -0,9%) até o terceiro trimestre de 2016 (quando bateu em -0,8%). Durante os anos do governo Dilma Rousseff (2011-2016) são identificadas as principais causas da pior crise econômica brasileira.

Já para os economistas da FGV, a recessão econômica no Brasil começou no segundo trimestre de 2014. Há esperança na recuperação da economia brasileira no ano de 2017! Há esperança de dias melhores para as famílias brasileiras! Há esperança de chegarmos à fase da prosperidade econômica no ano de 2020!

A previsão econômica do Boletim Focus do BCB é da taxa de crescimento do PIB brasileiro em 0,5% no ano de 2017. A projeção do FMI é também de 0,5% em 2017. Já a projeção do Departamento Econômico do Banco Itaú Unibanco é de 0,3% para 2017.

A projeção do Deutsche Bank é da taxa de crescimento econômico de 0,5% em 2017, enfatizando que o país mais rico da América do Sul deve seguir na lanterna dos países que mais crescem no planeta, liderado pela Índia (7%), atualmente, a sétima economia do mundo.

¹Economista e Professor de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades.

²Economista e Vice-Diretor da Faculdade de Economia na FAAP.

Estamos na segunda semana de um ano complicado. Será que 2017 marcará o início da recuperação da economia brasileira? Será que já chegamos ao fundo do poço? A princípio, o Brasil precisa corrigir os rumos da sua política econômica. Foram dois anos consecutivos de crescimento negativo, provocando a pior recessão da história econômica do País.

A grande pergunta que se faz no início de 2017 é: Quais são os sinais da recuperação da economia brasileira? No mínimo, oito indicadores macroeconômicos são importantes para avaliar a economia brasileira: taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa de inflação, taxa SELIC, dívida pública bruta, superávit primário, carga tributária bruta e salário mínimo. Apresentamos a seguir o Quadro 1, com os principais indicadores macroeconômicos do Brasil:

Quadro 1. Os Principais Indicadores Macroeconômicos do Brasil – 2011-2017							
Indicador Macroeconômico	2011	2012	2013	2014	2015	2016 *	2017 **
Taxa de Crescimento do PIB (em %)	3,9	1,9	3	0,1	-3,8	-3,7	0,5
Taxa de Desemprego (PNAD Contínua em %)	5,9	7,4	7,1	6,8	8,5	11,9	13,9
Taxa de Inflação (IPCA em % a.a.)	6,5	5,84	5,91	6,45	10,67	6,29	4,81
Taxa SELIC (Dez. em %)	11,65	7,25	10	11,25	14,25	13,75	10,25
Dívida Pública Bruta (em % do PIB)	54,2	58,8	56,7	58,9	66,2	70,4	73,8
Superávit Primário (em % do PIB)	3,2	2,1	1,8	-0,6	-1,9	-1,7	-2,1
Carga Tributária Bruta (em % do PIB)	33,4	32,57	32,68	32,43	32,71	33,2	35,5
Salário Mínimo (em R\$)	545	622	678	724	788	880	937

Fontes: IBGE e BCB
 (*) Projeção dos autores para o ano de 2016
 (**) Previsão dos autores para o ano de 2017

O crescimento médio anual do PIB brasileiro foi 0,2% no período 2011-2016. Temos problemas graves no Brasil. É grande o número de trabalhadores brasileiros que vivem com um salário mínimo. Os trabalhadores com 15 anos ou mais de idade que ganham um salário mínimo por mês somam 46 milhões no País.

Em 2016, o salário mínimo era de R\$ 880,00. Em 2017, o salário mínimo passa a ser de R\$ 937,00. Com o aumento de R\$ 57,00, o prognóstico é de mais dificuldades para as famílias brasileiras. A regra número um é não gastar mais do que se ganha.

O Brasil precisa reconquistar a confiança dos empresários e dos consumidores para se transformar, interrompendo a tendência de queda do PIB. A inflação atingiu em cheio o preço dos alimentos. O IPCA subiu de 5,84% em 2012 para 10,67% em 2015. A taxa de inflação foi de 6,29% no ano de 2016, abaixo do teto da meta (6,5%) perseguida pelo BCB.

Os elevados gastos públicos são prejudiciais numa economia de mercado. A lei da oferta e da demanda deve reinar nas decisões dos agentes econômicos. O governo Dilma Rousseff interferiu seguidas vezes de forma inadequada nas políticas fiscal e monetária para controlar a inflação, acreditando ser esta uma inflação de demanda, mas, na verdade, era uma inflação de custos, que se agravou com os aumentos da gasolina, da

energia elétrica, dos remédios, do gás de cozinha etc., os dois primeiros depois de prolongado congelamento no período que antecedeu as eleições de 2014.

Como um país emergente pode prosperar com tanta ignorância, tanta pobreza intelectual? Como um país em desenvolvimento pode enriquecer sua população dependendo da produção e exportação essencialmente de commodities agrícolas, minerais e energéticas?

Apesar de todas as dificuldades, sobrevivemos ao ano de 2016 que parecia não querer acabar! Sobreviveremos também ao velho e amargo remédio do ajuste fiscal, do aumento de impostos e ao corte nos gastos públicos? Os impactos da crise econômica são graves e não se esgotarão com o ajuste fiscal.

Taxa de juros nominal mais baixa é importante para aumentar os investimentos privados. A taxa de juros real do Brasil é a maior do mundo, à frente da Rússia, a segunda colocada. A taxa SELIC deverá cair de forma gradual e consistente com a atual política monetária praticada pela equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles e pelo presidente do BCB Ilan Goldfajn. Nesta quarta-feira, o Copom do BCB decidiu, por unanimidade e sem viés, reduzir em 0,75 ponto percentual a taxa SELIC, a taxa básica de juros, de 13,75% para 13% ao ano, passando assim um sinal positivo para os agentes econômicos.

Menos e menores tributos são fundamentais para elevar o consumo das famílias brasileiras. A título de exemplo, um notebook nacional, cujo preço é de R\$ 1.278,68 cairia para R\$ 778,46 sem os tributos. Nós, brasileiros, pagamos com os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) federais, estaduais e municipais no ano de 2016 o equivalente a 153 dias de trabalho, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

A carga tributária bruta no Brasil caiu de 33,40% do PIB em 2011 para 32,71% do PIB em 2015, devido às inúmeras desonerações tributárias realizadas na desastrosa política econômica do governo Dilma Rousseff. A carga tributária brasileira é muito elevada, todavia, é possível reduzi-la sem prejuízos aos programas sociais.

O Brasil vive o seu pior momento econômico dos últimos 87 anos! O medo do trabalhador de perder o emprego, diante de uma recessão tão profunda, é muito grande! A crise econômica é tão avassaladora, que muitos trabalhadores e muitos empresários estão com depressão ou outros problemas psicológicos.

Estamos assustados com tanto desemprego! Estamos com medo diante de tanta violência! Estamos indignados com tanta corrupção! Estamos temerosos com tanta falta de planejamento e de definição clara de rumos por parte do governo de Michel Temer!

Nossa angústia decorre da péssima condução da economia brasileira nos últimos anos, “*um verdadeiro mergulho em direção ao caos*”, conforme destaca o professor Luiz Alberto Machado (2017).

Vale observar que ainda em 2017 o desempenho da economia será fortemente influenciado pelo andamento da conjuntura política, razão pela qual a capacidade de articulação do governo de Michel Temer terá papel decisivo para o início da nossa

recuperação econômica. É importante também a redução de desperdício, primordial para uma retomada gradual de crescimento econômico no ano de 2017, além de grandes investimentos em infraestrutura logística como ferrovias, estradas, portos, hidrovias, aeroportos e dutos.

Vamos Brasil, se recupera! Vamos Brasil, acelera! Mais de 206 milhões de habitantes estão sofrendo com a destruição ou a redução de programas sociais para pagar os elevados juros da dívida pública. São inadmissíveis os cruéis indicadores de recessão e desemprego! Quando a economia vai mal, o povo passa mal, passa fome. O povo brasileiro é tão fantástico, tão extraordinário, tão trabalhador, que acreditamos que iremos superar esta gravíssima crise econômica! Porque, como já aconteceu outras vezes, o povo brasileiro vai responder ao desafio, trabalhando arduamente, faça chuva ou faça sol.

Definitivamente, este ano, será decisivo para o Brasil: iremos para a recuperação (com crescimento do PIB) ou para a depressão (com crescimento negativo do PIB)?

Enfim, toda crise econômica é cíclica. Ela tem início, auge e fim.

O Décimo País Mais Desigual do Mundo

Paulo Galvão Júnior³

Os dez países mais desiguais do planeta, de acordo com os dados de 2015, do Índice de Gini, divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano 2016, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), são: 1. África do Sul (0,634); 2. Namíbia (0,610); 3. Haiti (0,608); 4. Botsuana (0,605); 5. República Centro-Africana (0,562); 6. Zâmbia (0,556); 7. Lesoto (0,542); 8. Colômbia (0,535); 9. Paraguai (0,517); e 10. Brasil (0,515).

O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. A desigualdade econômica é um dos maiores problemas do País. Os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os pobres cada vez mais pobres. A distribuição de renda no país sul-americano mais rico, mais populoso, mais extenso, é muito concentrada.

A República Federativa do Brasil com Coeficiente de Gini acima de 0,500 é um país de desigualdade econômica alta. O Índice de Gini foi idealizado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965) e varia de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade perfeita). O Índice de Gini de um país quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade econômica, maior é a concentração de renda desse país.

Enfatiza-se que em 1990, o Índice de Gini no Brasil era de 0,609, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na época, a terceira pior desigualdade do mundo. Foi implantado o Plano Collor em 16 de março de 1990 e ocorreu a substituição do cruzado novo pelo cruzeiro, além de congelamento de preços e salários. O então presidente Fernando Collor de Mello bloqueou 85 bilhões de dólares em depósito na rede bancária do Brasil para liquidar com um único tiro um tigre chamado inflação.

O Plano Collor foi o pior plano econômico na História Econômica do Brasil. Ressalta-se que as pessoas que deixavam seu dinheiro em casa, por medo de colocar na poupança e ser confiscada, e diante das trocas de moedas, acabavam deixando de trocá-las, perdendo muito dinheiro. Foi feito um bloqueio de ativos financeiros para reduzir drasticamente a liquidez na economia brasileira. Há 27 anos o tiro errou o alvo e acertou em cheio o pé da classe trabalhadora.

A desigualdade é um dos maiores problemas que existe na nona economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,772 trilhão no ano de 2016, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). O PIB é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais de uma determinada região (país, estado e município) em um determinado período (ano, bimestre e semestre).

³Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: pauloalvaojunior@gmail.com

Os 10% mais pobres no País ganham em média R\$ 256,00 por mês. Atualmente, 60% dos trabalhadores brasileiros ganham até um salário mínimo (R\$ 937,00) por mês, segundo dados do IBGE. A OXFAM Brasil enfatizou que "no Brasil, os 6 maiores bilionários concentram a mesma riqueza que metade mais pobre da nossa população – mais de 100 milhões de pessoas".

A origem dessa desigualdade severa é o acúmulo de capital de uma minoria rica em detrimento de uma maioria pobre, além de falta de oportunidade de emprego e de educação entre os mais pobres. Muitos brasileiros têm sérias dificuldades de acesso à moradia e ao saneamento básico, são seis milhões de famílias sem-teto e 11 milhões sem acesso à rede de água e esgoto. Vinte crianças morrem por dia devido à falta de acesso ao saneamento básico no Brasil.

Com mais educação de qualidade se pode melhorar o atual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH do Brasil ficou estagnado em 2015, com 0,754, e não melhora pela primeira vez em dez anos consecutivos, mesmo assim é considerado um país de desenvolvimento humano alto, segundo o PNUD. Com mais educação de qualidade pode-se reduzir significativamente a desigualdade econômica no País.

O Brasil é um país que sofre com a pior recessão econômica dos últimos 87 anos, com retração de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. Registra-se 11 trimestres consecutivos de retração econômica, de acordo com os dados do IBGE, do segundo trimestre de 2014 (-0,8%) até o quarto trimestre de 2016 (-0,5%). A recessão econômica gerou até agora 13,8 milhões de desempregados, 59,7 milhões de inadimplentes e nove milhões de trabalhadores informais.

Diante dos altos índices de desemprego e inadimplência, as famílias das classes D e E são as quem mais sofrem com a retração econômica. Nas obras primas dos economistas britânicos Adam Smith (1723-1790) e John Maynard Keynes (1883-1946) encontram-se pensamentos contra os elevados impostos na economia de mercado para aumentar o consumo das famílias.

O Brasil tem 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria) federais, estaduais e municipais. Não se pode aceitar tão calado uma carga tributária na ordem de 32,66% do PIB brasileiro no ano de 2015, a maior carga tributária da América Latina e a oitava do planeta. Não se pode aceitar tão silencioso ter que trabalhar 153 dias para pagar impostos. O aumento dos impostos vem acarretando uma forte redução do consumo das famílias e elevando o custo das empresas.

Os gastos do Governo que mais cresceram nos últimos 20 anos foram com os juros da dívida pública interna, atualmente, em cerca de 48% do PIB. Enquanto, constata-se diariamente a escassez de médicos, enfermeiros, remédios, leitos e equipamentos hospitalares, além de vivenciar um país continental que tem uma infraestrutura logística precária, faltando ferrovias, estradas, portos, aeroportos e dutos para transportar as riquezas produzidas.

A atual situação socioeconômica em que o Brasil se encontra é muito grave. É muito pior do que a recessão econômica no biênio 1930-1931 (-2,1% e -3,3%). É pior do que o fundo do poço provocado pelo Plano Collor em 1990 (-4,3%). Nas cinco regiões do País têm 26,0 milhões de pobres (IBGE) e 8,5 milhões de miseráveis (Banco Mundial), além de 3,3 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade trabalhando (IBGE). Outro indicador social muito preocupante é o número de homicídios, 60.039 assassinatos em 2015 (Atlas da Violência).

Com o sucesso do Plano Real em 1994, ocorreu o crescimento do PIB que saltou de R\$ 705,6 bilhões em 1995 para R\$ 5,316 trilhões em 2013 (IBGE), a forte queda da taxa de inflação, o aumento do salário mínimo real e, sobretudo, o crescimento de alunos matriculados nos ensinos fundamental, médio e superior, ambos contribuíram para uma redução lenta e constante da desigualdade econômica de 1995 (Índice de Gini de 0,598) até 2013 (0,497) no Brasil.

Os brasileiros e as brasileiras, da cidade e do campo, trabalham para melhorar prioritariamente as condições de vida das crianças e dos adolescentes. É possível avançar mais por meio da implementação de políticas públicas de educação (hoje, 7,7 milhões de crianças não estão matriculados na educação infantil), de saúde (hoje, 40% dos hospitais têm leitos para o tratamento de crianças), de esporte (nos dias atuais, muitas crianças e adolescentes sem material esportivo em escolas públicas) e de cultura (nos dias atuais, uma criança ou adolescente com deficiência visual tem muita dificuldade de ler um livro em braile nas bibliotecas públicas e privadas).

O Brasil tem uma economia de mercado e que está alicerçada em dois fundamentos constitucionais, a valorização do trabalho humano e a iniciativa privada empresarial, ambas voltadas ao bem estar da sociedade brasileira. Como diminuir o abismo entre os que têm renda muito elevada e os que não têm renda no Brasil? Poucos brasileiros têm muito, muitos têm tão pouco. Dos mais pobres aos mais ricos, ambos buscam mais escolaridade. Quando o nível de escolaridade sobe a desigualdade econômica cai no País.

Precisa-se pensar mais nos rumos do Brasil, para sair da recessão econômica e não encontrarmos com a depressão econômica. Necessita-se, urgentemente, cortes nos tributos, juros mais baixos, mais gastos nos programas sociais e fazer a economia crescer e gerar empregos formais para diminuir significativamente as persistentes diferenças econômicas no País.

O Brasil é o país com a maior biodiversidade da Terra e o segundo país com o maior reservatório de água doce do mundo. O Brasil é o país que tem a maior floresta tropical do planeta, além de um dos maiores produtores mundiais de alimentos, minério de ferro e nióbio.

O Brasil como país costeiro, banhado pelo Oceano Atlântico e de dimensões continentais é signatário da Convenção das Nações Unidas para os Direitos do Mar

(CNUDM) e de outros tratados e convenções, a exemplo, da Agenda 21. O Brasil tem um grande potencial econômico na Amazônia Azul como também na Amazônia Verde.

No país com tantas riquezas naturais, a severa crise econômica agrava o contingente de pessoas morando nas ruas, além de crianças e adolescentes pedindo esmolas nos semáforos ou vendendo alimentos e objetos de baixo valor nas paradas de ônibus. Já se passaram 517 anos e o Brasil continua extremamente desigual, o quarto mais desigual da América Latina e o terceiro mais desigual da América do Sul.

Necessita-se mudar significativamente esta triste e cruel realidade no quinto maior e mais populoso país do mundo. A esperança de construir um novo Brasil, mais rico, mais justo, mais igual, mais digno, mais sustentável, ainda no século XXI. A educação de qualidade é o melhor caminho para o nosso futuro. Logo, se pode pensar em compartilhar os conhecimentos, além de estudar e trabalhar arduamente, sempre em busca de um futuro melhor!

As Realidades Distintas do Brasil e da Coreia do Sul

Paulo Galvão Júnior⁴

O Brasil ainda não saiu da recessão econômica, a contração do Produto Interno Bruto (PIB) ainda resiste na economia brasileira por dois anos consecutivos, com 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%). Esta grave recessão econômica provoca uma forte queda na qualidade de vida da população brasileira.

Na década de 1990, assistindo as aulas de Economia da Educação, do saudoso professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o economista paraibano Ronald Queiroz, aprendemos pela primeira vez as realidades distintas do Brasil e da Coreia do Sul. Nos dias atuais, como professor de Economia e de Economia Brasileira do IESP Faculdades e autor de oito eBooks de Economia, o desafio é contribuir com um artigo de Economia Internacional relacionado entre o Brasil e a Coreia do Sul, muito interessante e rico em informações, que pretende traçar comparações entre esses dois países capitalistas, e, sobretudo, disponibilizar os principais indicadores demográficos, sociais e econômicos na atualidade.

A Coreia do Sul tem uma área territorial de 100.460 km² e está localizada na Ásia Oriental. O Brasil está localizado na América do Sul e tem 8.515.767 km². O Brasil é o quinto maior país do mundo, enquanto a área territorial da Coreia do Sul é equivalente ao estado de Pernambuco (98.149 km²). A Coreia do Sul é 84,7 vezes menor do que o Brasil.

A distância entre o secular Brasil e a milenar Coreia do Sul é de 17.625 km, mas um abismo socioeconômico é cada vez maior, a cada ano, a cada década, entre o emergente Brasil e a desenvolvida Coreia do Sul. O Brasil é o quinto país mais populoso da Terra, com 206 milhões de habitantes. O Brasil é quatro vezes mais populoso do que a Coreia do Sul, com os atuais 50,8 milhões de habitantes e sendo atualmente a 24^a nação mais populosa do planeta.

O PIB brasileiro de US\$ 1,534 trilhão é um pouco superior ao PIB sul-coreano de US\$ 1,411 trilhão, ou seja, uma diferença de US\$ 123 bilhões, segundo os dados de 2016 do Fundo Monetário Internacional (FMI). Atualmente, a República Federativa do Brasil é um país emergente e a nona economia do mundo. A República da Coreia é um país desenvolvido e a décima primeira economia do planeta.

A renda per capita do Brasil é de US\$ 11.387, enquanto na Coreia do Sul tem PIB per capita de US\$ 27.561. A renda per capita dos sul-coreanos é 2,420 vezes maior do que os dos brasileiros. Em 1957, quatro anos após o fim da Guerra da Coreia (1950-1953), a renda per capita da Coreia do Sul era menos de US\$ 100. Em 1970, a renda per

⁴Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: pauloalvaojunior@gmail.com

capita da Coreia do Sul foi de US\$ 254 e cresceu para US\$ 27.561 no ano de 2016, ou seja, um crescimento de 10.750,7% nos últimos 46 anos.

Na Coreia do Sul os ônibus, os trens e os metrô passam no horário, totalmente diferente do Brasil. O trem do desenvolvimento econômico chegou à Coreia do Sul. O IDH sul-coreano é muito elevado, com IDH de 0,901, e encontra-se no 18º lugar no mundo, de acordo com os dados de 2015 do Relatório do Desenvolvimento Humano 2016 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Enquanto o IDH brasileiro é de 0,754, elevado e ocupa a 79ª posição no ranking mundial entre 188 países.

A taxa de analfabetismo no Brasil é de 8,3%, sem incluir os analfabetos funcionais, enquanto na Coreia do Sul é um por cento. No Brasil são mais de 13 milhões de analfabetos, sendo o oitavo país com mais adultos analfabetos do planeta, atrás apenas da Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Etiópia e Egito. A Coreia do Sul em 47 anos reduziu a taxa de analfabetismo de 78% da população para apenas 1%. É impressionante o avanço sul-coreano na educação.

A Coreia do Sul ocupa posição de destaque no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), exame da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que a cada três anos mede o conhecimento de alunos na faixa etária de 15 anos em provas de múltipla escolha de Matemática, Leitura e Ciências. A Coreia do Sul encontra-se em 7º lugar no mundo, com 519 pontos, enquanto o Brasil aparece em 65ª colocação no ranking mundial no ano de 2015, com 395 pontos. Os resultados do PISA da Coreia do Sul e do Brasil foram 524 e 377 pontos em Matemática, 517 e 407 pontos em Leitura e 516 e 401 pontos em Ciências, respectivamente.

A Coreia do Sul realiza grandes investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio e a iniciativa privada investe maciçamente no ensino superior. Todas as escolas públicas têm dois turnos, e os melhores professores com altos salários estão em sala de aula, ensinando várias disciplinas e sobretudo, com total apoio da família. A escola é em tempo integral de 16 horas por dia e as crianças e os adolescentes utilizam tablets, eBooks e têm aulas de Língua Coreana, Língua Inglesa, Matemática, Literatura, Música, História, Geografia, Ciências, outras disciplinas, em alto nível e conectados a Internet banda larga com alta velocidade, em torno de 50 Megabits por segundo.

A Coreia do Sul, com capital em Seul, e o Brasil, com capital em Brasília, na atualidade apresentam grandes diferenças socioeconômicas. Analisando o Índice de Gini dos dois países constatamos que o Brasil (0,515) é mais desigual do que a Coreia do Sul (0,313). O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, o 4º mais desigual da América Latina, o 3º mais desigual da América do Sul e o 2º mais desigual do G20 (Grupo dos Vinte).

A esperança de vida ao nascer dos sul-coreanos é de 82,1 anos e sendo 7,4 anos mais do que a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros, como atuais 74,7 anos,

de acordo com o PNUD. A saúde na Coreia do Sul funciona muito bem e com muita tecnologia. Por isso, comparando a taxa de mortalidade infantil, aponta-se que a taxa brasileira de 14,6 por mil nascidos vivos é muito superior a taxa sul-coreana de 2,9 por mil nascidos vivos, uma das menores do mundo. É possível acabar com a pobreza extrema no Brasil! Em pleno século XXI, é inadmissível, o país que faz parte dos seletos líderes na produção mundial de alimentos, ter crianças morrendo de fome por falta de comidadiariamente.

A Coreia do Sul e o Brasil são países membros do G20 e disputam os mercados globalizados e cada vez mais competitivos. Segundo o Ministério das Relações Internacionais (MRE), "Entre 2012 e 2016, o intercâmbio Brasil-Coreia do Sul decresceu 38,8%, de US\$ 13,6 bilhões para US\$ 8,3 bilhões". A Coreia do Sul é o sétimo maior parceiro comercial do Brasil. Os três principais parceiros comerciais do Brasil são China, EUA e Argentina. O Brasil é o maior parceiro comercial na América Latina da Coreia do Sul. É necessário melhorar significativamente as relações bilaterais Brasil-Coreia do Sul e, sobretudo, com as principais empresas sul-coreanas (Samsung, LG, Hyundai, Kia e Daewoo) tendo em vista que existem grandes oportunidades de comércio exterior para as empresas brasileiras, como por exemplo, a exportação de produtos primários, manufaturados e industrializados.

O Brasil é um grande exportador de produtos primários como café (líder mundial desde 1860), soja, milho, algodão, açúcar, fumo, carne bovina, carne de frango, minério de ferro, nióbio e petróleo bruto; de produtos manufaturados como etanol e suco de laranja concentrado e congelado (o maior exportador global); além de produtos industrializados como aviões (hoje, a EMBRAER completou 48 anos de sucesso no mercado mundial de aviões, sendo o terceiro maior fabricante de jatos comerciais do planeta), navios, automóveis, autopeças, plásticos e calçados.

A Coreia do Sul é um dos quatro Tigres Asiáticos ao lado de Hong Kong, Singapura e Taiwan, devido ao elevado crescimento econômico e a rápida industrialização da sua economia entre as décadas de 1960 e 2010, além da produção de bens e serviços voltados para a exportação. A economia sul-coreana cresceu, em média, 9,1% ao ano entre 1980 e 1993, uma das taxas mais altas do planeta. O milagre econômico sul-coreano é baseado no modelo Chaebol, ou seja, conglomerados de negócios industriais que costumam ser associados com uma única família, um único clã.

Atualmente, a Coreia do Sul exporta carros, celulares, smartphones, navios, aço, produtos químicos, tecidos, televisores, computadores, notebooks, tablets, câmeras fotográficas digitais, semicondutores, chips eletrônicos, videogames, equipamentos de dessalinização de água do mar, softwares, etc.

Em 2011, o Brasil era a sexta economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido. Seis anos depois, no ano de 2017, o Brasil passa pela pior recessão econômica dos últimos 87 anos, com 13,5 milhões de desempregados. A taxa de desemprego atual no Brasil é de 13%, enquanto na Coreia é de apenas 3%. Muitos desempregados nos dias atuais são trabalhadores de baixo nível de educação. O brasileiro lêm menos do que

cinco livros por ano e compra dois livros por ano. Não é possível ingressar no seletivo grupo dos países desenvolvidos com a média de anos de escolaridade nos atuais 7,8 anos.

Com média de anos de escolaridade em 12,2 anos, a Coreia do Sul priorizou a educação das suas crianças e adolescentes, revelando que vivenciou um crescimento espetacular ao longo dos últimos 57 anos. Desde 1960, na época com 25 milhões de habitantes, o governo mantém uma política favorável ao comércio exterior, combinando incentivos fiscais à exportação, atraindo investimentos estrangeiros diretos, adotando uma política monetária expansionista, implantando uma reforma agrária e alocando grandes investimentos em educação, além de ciência, tecnologia e inovação.

A Coreia do Sul investe 4,6% do PIB em educação e 4,3% do PIB em ciência, tecnologia e inovação, enquanto o Brasil investe 5,9% do PIB em educação e apenas 1% do PIB em ciência, tecnologia e inovação. No Brasil a cada um milhão de habitantes apenas 700 são cientistas, enquanto na Coreia do Sul são mais de sete mil cientistas.

O ocidental Brasil no âmbito das comparações com a oriental Coreia do Sul, parece sinalizar uma situação pouco favorável ao desenvolvimento humano muito elevado e, dificuldade de manter o ritmo de crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental. No Brasil precisa-se estudar e trabalhar arduamente. Sim, a educação é a principal chave para abrir as portas para uma sociedade mais igualitária e promover a prosperidade econômica do País sem degradação do meio ambiente.

O Primeiro Encontro da Trílice Aliança

Paulo Galvão Júnior⁵

No Brasil, segundo os dados da ANAC, crescimento de 30 milhões de passageiros em 2002 para 111 milhões de passageiros no ano de 2016, ou seja, um aumento de 270% nos últimos 14 anos. Este extraordinário aumento de passageiros é devido, principalmente, a forte queda na tarifa média de uma passagem aérea no País, a tarifa média caiu de R\$ 640 em 2002 para R\$ 349 em 2016, ou seja, uma redução de 45,46%.

A lei da oferta e da demanda vigora no mercado das companhias aéreas no Brasil, pois quando o preço da passagem aérea cai atrai mais passageiros, ao contrário, afugenta os passageiros. Ressalta-se que o Brasil nos dias atuais encontra-se em terceiro lugar no mercado de passageiros domésticos no mundo, atrás apenas dos EUA e da China, conforme dados da IATA.

Infelizmente, com a grave crise econômica na décima primeira economia do turismo do mundo (WTTC, 2016), a EMBRATUR reduziu os investimentos para promoção turística internacional, tal redução foi de US\$ 112 milhões em 2011 para US\$ 17 milhões em 2016, ou seja, uma queda de 84,82%.

O surgimento da Trílice Aliança entre as secretarias municipais de Turismo de Recife (PE), de João Pessoa (PB) e de Natal (RN) é um grande avanço no turismo nordestino e, juntas, pretendem promover os três destinos turísticos da região Nordeste no mercado nacional e internacional, tendo conhecimento que o turismo movimenta 52 segmentos da economia e na sua maioria são micro e pequenas empresas.

A Trílice Aliança tem know-how para apostar no crescimento da Economia do Turismo que possibilita a redução do desemprego e a elevação da renda per capita. Em 2016, segundo os dados da OMT, o Brasil atraiu 6,6 milhões de turistas estrangeiros, ano que sediou os Jogos Olímpicos, enquanto a Espanha e o México receberam 75,6 e 35,0 milhões de turistas internacionais, respectivamente. Destaca-se que o Brasil é 17 vezes maior do que a Espanha e quatro vezes maior do que o México.

A recessão econômica assola o Brasil e retrai o consumo de bens e serviços, e, sobretudo, inibe os investimentos públicos e privados na promoção turística nacional e internacional. A Trílice Aliança investirá forte na promoção turística das capitais nordestinas vizinhas, ligadas pela duplicada BR-101 e com três aeroportos internacionais, para disputar pelo mercado nacional e internacional.

⁵Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. Chefe da Divisão de Pesquisa e Tecnologia (DPTI) da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

A Tríplice Aliança possui três terminais rodoviários. Não se pode esquecer dos Portos de Recife e de Natal que atraem turistas estrangeiros e brasileiros em cruzeiros marítimos a cada ano. O Porto de Cabedelo está localizado bem próximo a João Pessoa, mas ainda não está preparado para receber navios turísticos na alta temporada.

O turismo é uma excelente saída para gerar mais empregos diretos e indiretos num país. O Brasil sofre a maior recessão econômica dos últimos 87 anos, com os atuais 13,5 milhões de desempregados. O Brasil tem um longo caminho a trilhar para ingressar no seleto grupo dos TOP 10 da OMT (2016): França (82,6 milhões de turistas internacionais), EUA (75,6 milhões), Espanha (75,6 milhões), China (59,3 milhões), Itália (52,4 milhões), Reino Unido (35,8 milhões), Alemanha (35,6 milhões), México (35,0 milhões), Tailândia (32,6 milhões) e Turquia (32,0 milhões).

O turismo é uma das grandes alternativas para a recuperação lenta e gradual da economia brasileira. Por isso, são necessários mais investimentos públicos e privados na capacitação e no treinamento do capital humano local. Sabe-se que o investimento em educação é um dos pilares básicos do desenvolvimento sustentável de uma nação.

Toda parceria no fortalecimento da segurança pública de moradores e turistas é muito bem vinda, porque a insegurança pública afugenta os turistas brasileiros e estrangeiros. Toda parceria no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes é muito bem vinda pelo Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes das três capitais nordestinas.

Infelizmente, o Brasil ainda não percebeu a importância do Turismo para sua economia. O Brasil é atualmente a nona economia do mundo, com o PIB de R\$ 6,266 trilhões, de acordo com os dados de 2016 do IBGE. O Turismo participou com 3,2% do total do PIB brasileiro (WTTC) e as receitas cambiais com turistas internacionais totalizaram US\$ 6,0 bilhões em 2016 (OMT).

Em nosso País, no ano passado, o setor de viagens e turismo empregou diretamente 2 milhões e 500 mil trabalhadores, ou seja, 2,8% do total de empregos formais nas cinco regiões do País. Infelizmente, no MTur, desde 1 de janeiro de 2003 já passaram pelo principal cargo, até o dia de hoje, 11 ministros (dez homens e uma mulher) e um deles está preso por corrupção. É preciso mais conhecimento dos impactos do Turismo na Economia de Mercado, na Economia Verde e na Economia Criativa.

O Turismo está também inserido na Economia Compartilhada. Nos dias atuais, a maior "rede hoteleira" do mundo, sem um único quarto de sua propriedade, atua em 35 mil cidades de 192 países, é a AIRBNB, uma plataforma de hospedagem on-line que o anfitrião oferece casas, apartamentos e quartos, sem burocracia, bem localizados, para turistas a preços econômicos no aluguel.

O secretário da SETUR de João Pessoa, Fernando Milanez, a secretária da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do Recife, Ana Paula Vilaça e a secretária da

SETUR de Natal, Cristiane Alecrim, estão de mãos dadas e unidos para mudar o rumo do turismo nordestino. Segundo o secretário Fernando Milanez, "O destino da Tríplice Aliança vai propiciar ao turista conhecer em uma só viagem três capitais".

Segundo os dados de 2016 da OMT, o país que mais ganhou, mais enriqueceu com o turismo internacional é a nação mais rica do planeta, os EUA faturaram US\$ 205,9 bilhões. O turismo é responsável por um em cada dez empregos formais no planeta. E o turismo contribui muito com o crescimento econômico, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano, além do desenvolvimento sustentável de uma nação.

O coordenador de assuntos internacionais da SETUR de João Pessoa, Saulo Barreto, em sua breve e valiosa apresentação na implantação da Tríplice Aliança na belíssima Praia do Cabo Branco, revelou que as três capitais nordestinas, em parceria, terão uma maior visibilidade aos destinos turísticos para atrair mais turistas estrangeiros da América do Sul, da Europa (o maior pólo turístico mundial), além do BRICS.

Há um grande potencial para atrair mais turistas europeus para a região Nordeste. João Pessoa em 8 de abril de 2018 iniciará os seus vôos charters da Holanda, ligando Amsterdã e João Pessoa. Em 1 de julho de 2017, no Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, a GOL Linhas Aéreas iniciou a operar um vôo internacional direto de Buenos Aires para João Pessoa, todos os sábados. Os argentinos são os turistas internacionais que mais visitam João Pessoa e Recife e gastam em média US\$ 55 por dia. Já na capital potiguar são os italianos.

Há gigantesca possibilidade de atrair turistas do grupo BRICS nos próximos anos. A Tríplice Aliança verá o seu potencial turístico crescer a partir do dia 23 de agosto de 2017 até 2025. Um estudo da consultoria americana McKinsey aponta o surgimento de um bilhão de novos consumidores urbanos até 2025, sendo 600 milhões de novos consumidores viverão nas cidades de países emergentes como China e Índia.

Três destinos abraçaram a oportunidade de trabalhar em parceria e apostaram no crescimento do fluxo turístico. Sabemos pelos dados do IBGE que as cidades de Recife, João Pessoa e Natal juntas têm 3.304.963 milhões de habitantes, sendo Recife com 1.625.583 habitantes, Natal com 877.662 hab. e João Pessoa com 801.718 hab. no ano de 2016. A Tríplice Aliança tem um PIB total de R\$ 148,114 bilhões, segundo dados de 2014 do IBGE. Recife com o PIB de R\$ 97,589 bilhões, Natal com o PIB nominal de R\$ 26,736 bilhões e João Pessoa com o PIB de R\$ 23,789 bilhões.

A Tríplice Aliança tem 80 mil leitos disponíveis em sua rede hoteleira (hotéis, pousadas, flats e hostels). A terceira capital mais antiga do Brasil tem 11 mil leitos disponíveis. Já na Cidade das Dunas tem 53 mil leitos. E a Veneza brasileira oferta 16 mil leitos. Temos Sol e praia, muita hospitalidade, muitas belezas naturais, muito calor humano, além de água de coco, frutos do mar, tapioca, frevo, maracatu, forró e xaxado.

O primeiro encontro da Tríplice Aliança aconteceu em João Pessoa, a melhor capital do Nordeste para se viver, segundo dados recentes da conceituada Revista Exame. Na Capital paraibana está localizada a Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas. É possível desfrutar de lindas praias urbanas, deliciosa gastronomia, belíssimo artesanato, da Lagoa do Parque Solon de Lucena, além de piscinas naturais de Picãozinho, dos Seixas e do Caribessa. Jampa é uma das cidades mais arborizadas do mundo e tem um riquíssimo Centro Histórico.

Concordamos com o atual diretor executivo da Câmara Comércio BRICS-PED, Rodrigo Dora, ao afirmar que João Pessoa tem totais condições de sediar o Fórum Internacional das Mulheres do BRICS no ano de 2018, como também, a 11ª Cúpula do BRICS em 2019, durante a sua importante apresentação no lançamento oficial da Tríplice Aliança, no Hotel SESC Cabo Branco. Enfatiza-se que temos o moderno Centro de Convenções de João Pessoa, a Estação Ciência Cabo Branco, obra do grande arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, além do famoso Hotel Tambaú.

A Tríplice Aliança tem capacidade de receber a Cúpula dos cinco países membros do BRICS no ano de 2019. Os BRICS juntos têm 3 bilhões de habitantes, ou seja, 40% da população mundial. Juntos têm 39,7 milhões de km², ou seja, 26% da área territorial do planeta. Unidos somam um PIB total de US\$ 16,2 trilhões, ou seja, corresponde a 14% do PIB global.

A Primeira Cúpula do BRIC foi na Rússia, em 16 de junho de 2009, em Ecaterimburgo, e uniu os quatro maiores países emergentes, para fortalecer a economia dos mesmos e negociar de forma mais equilibrada com os seis países mais desenvolvidos, EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália, países membros do famoso G6. A última e Oitava Cúpula do BRICS foi em 15 de outubro de 2016, em Goa, na Índia, o líder anfitrião foi o primeiro-ministro indiano Narendra Modi e o tema foi Construindo Soluções Responsáveis, Inclusivas e Coletivas. A próxima e Nona Cúpula do BRICS será na cidade chinesa de Xiamen em 5 de setembro de 2017.

Precisa-se criar roteiros culturais integrados que chamem atenção de turistas brasileiros e estrangeiros. Sabe-se muito bem da importância da integração e cooperação das três capitais do Nordeste, a região do Brasil mais procurada por turistas. É um momento histórico e fundamental para o turismo nordestino e a Tríplice Aliança deve estar preparada para atender os turistas, valorizar e potencializar os seus principais atrativos turísticos e iniciar uma forte campanha turística nacional e internacional. Quem venham os novos tempos no turismo da cidade onde o Sol nasce primeiro.

Um olhar crítico sobre o rumo do Brasil

Paulo Galvão Júnior⁶

O presente artigo tem o intuito de fazer com que você, prezado/aleitor/ra, amplie a sua capacidade de pensar sobre o Brasil, além de discorrer sobre os principais indicadores e índices da nona economia do mundo. É preciso um olhar crítico sobre o rumo do Brasil.

Terminou a recessão econômica no Brasil? É muito cedo para afirmar que acabou a recessão econômica no País. É certo que alguns indicadores e índices divulgados nos últimos nove meses mostram claros sinais de uma recuperação lenta e gradual da economia brasileira.

Os principais indicadores e índices que revelam este otimismo são os seguintes:

1) O crescimento do PIB de 1,1% no primeiro trimestre de 2017, segundo dados do IBGE; 2) O aumento do PIB de 0,2% no segundo trimestre de 2017, de acordo com o IBGE; 3) A taxa de inflação mensal, mensurada pelo IPCA do IBGE, caiu de 0,38% em janeiro para 0,19% em agosto de 2017, e a taxa de inflação acumulada já alcançou 2,46% nos últimos 12 meses e bem abaixo da meta de inflação de 4,5%; 4) A taxa de desemprego caiu de 13,6% para 12,8%, de acordo com os dados da PNAD Contínua do IBGE, revelando que o número de desempregados nas cinco regiões do País diminuiu de 14,0 milhões no período de fevereiro a abril para 13,3 milhões de maio a julho de 2017; 5) A taxa Selic caiu de 14,25% ao ano em 31 de agosto de 2016 para 8,25% ao ano em 06 de setembro de 2017, segundo o BACEN; 6) A liberação das contas inativas do FGTS no valor total de R\$43,6 bilhões; 7) O IBOVESPA fechou o pregão em 73.498 pontos em 6 de setembro de 2017; 8) A safra agrícola recorde de 242,1 milhões de toneladas de grãos; e 9) A balança comercial brasileira, após sete meses, apresenta um superávit comercial acumulado de US\$ 42,510 bilhões.

Essa percepção da retomada modesta da economia chegou com força no principal agente econômico de uma economia de mercado, as famílias, pois o crescimento do PIB brasileiro no segundo trimestre foi provocado pelo consumo das famílias brasileiras, que têm o objetivo de satisfazer suas necessidades ilimitadas e desejos infinitos.

É preciso esperar novos indicadores e índices para a retomada definitiva da economia brasileira. A redução da elevada carga tributária seria um excelente sinal que iremos para a recuperação econômica, pois quando o Governo reduz os tributos, aumenta o consumo das famílias e diminui os custos de produção das empresas.

Se a economia brasileira continuar a crescer nos terceiro e quarto trimestres de 2017, as empresas crescem com ela. É preciso investir em bens e serviços que sejam

⁶Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

almeçados pelos consumidores das classes econômicas A, B, C, D e E. Existem muitos investidores estrangeiros, sobretudo, chineses, além de investidores brasileiros, muito interessados no mercado de 207 milhões de habitantes, no quinto país mais populoso do planeta.

Num país de dimensões continentais é preciso cortar gastos públicos desnecessários, evitar desperdícios e malversões dos recursos públicos e conter o crescimento dos gastos governamentais em relação ao PIB brasileiro. A dívida pública no Brasil alcançou o valor total de R\$ 4,3 trilhões no ano de 2016. Essa percepção de recuperação econômica da quinta nação mais extensa do planeta ainda não chegou com força aos estudantes universitários, dentro e fora da sala de aula. Uma enquete privada com 46 universitários (27 alunas e 19 alunos) sobre uma única pergunta: Na sua opinião, qual será a taxa de crescimento do PIB brasileiro no ano de 2017? 1) -0,5% (Pessimista); 2) -0,1% (Básico); 3) 0,4% (Otimista). Permitindo votar em apenas uma opção via WhatsApp.

Os resultados obtidos foram os seguintes: Responderam à alternativa 1, -0,5%, visão pessimista, duas universitárias, ou seja, 4,35% do total dos entrevistados; Responderam à alternativa 2, -0,1%, 21 entrevistados (14 alunas e 7 alunos), ou seja, 45,65% do total. E responderam à alternativa 3, 0,4%, visão otimista, 23 universitários (11 alunas e 12 alunos), ou seja, 50% do total. De 28 de setembro a 02 de agosto de 2017, a maioria apontou está otimista com a recuperação lenta e gradual da economia brasileira no ano de 2017. Mas, o somatório dos pessimistas e básicos é de 50%, logo aponta uma nova recessão, em outras palavras, a depressão econômica no Brasil.

Três anos consecutivos de recessão econômica, nós, economistas, chamamos de depressão econômica. Ocorreu um forte declínio na taxa de crescimento do PIB brasileiro nos últimos dois anos, queda no biênio 2015-2016, de 3,8% e 3,6%, respectivamente. A recessão econômica provocou o empobrecimento das famílias, das empresas e do próprio Governo. O Brasil regrediu no combate à fome, pois aumentou o número de pessoas que integram a classe econômica E.

É preciso reciclar ideias, multiplicar conhecimentos e inspirar novos negócios nos 5.570 municípios brasileiros para acabar com a retração na atividade econômica. A maioria dos universitários entrevistados responderam 0,4%, que é a mesma projeção da CEPAL, devido à melhora nos preços das commodities no mercado internacional. Hoje, apenas visualiza-se sinais de recuperação econômica, ainda que tímidos, da economia brasileira nos últimos oito meses, após mais de dois anos consecutivos de forte retração. Registra-se 11 trimestres consecutivos de recessão econômica, do segundo trimestre de 2014 (-0,8%) até o quarto trimestre de 2016 (-0,5%), conforme os dados do IBGE.

De novo se depara com uma elevada carga tributária para frear o crescimento econômico do País. Em 2016, a carga tributária brasileira atingiu 33,66% do PIB, contra 32,71% no ano de 2015 e 32,43% no ano de 2014. A carga tributária no Brasil, um país emergente por definição, é uma das dez mais pesadas do planeta. A carga tributária brasileira é equivalente à de países desenvolvidos e muito superior à dos países

emergentes do BRICS, mas os serviços públicos são de países africanos. As micro e pequenas empresas sofrem muito com os elevados tributos e ficam impossibilitadas de competir com as médias e grandes empresas. Temos 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições) e o retorno social é muito baixo no décimo país mais desigual do mundo. O único país do planeta a ter estas contribuições como PIS e COFINS é o Brasil.

Esses indicadores e índices econômicos ainda não traduzem a realidade da economia brasileira, os 13,3 milhões de desempregados e os 60 milhões de inadimplentes estão mais preocupados, porque já entrou em vigor o aumento de 14,55% na tarifa de energia elétrica, autorizada pela ANEEL. A Petrobras, a maior empresa do Brasil, aumentou em 3,3% no preço de um litro de gasolina e 12,2% no botijão de gás de cozinha. Estes reajustes terão impactos diretos no aumento dos preços dos bens e serviços de consumo.

O Ajuste Fiscal causou recessão, desemprego e inadimplência no Brasil. As privatizações da Eletrobrás, da Chesf, da Infraero e da CMB são novos erros. A CMB foi implantada na Bahia em 8 de março de 1694, no século XVII, e logo após foi transferida para o Rio de Janeiro em 1698, além de Pernambuco em 1700 e de Minas Gerais em 1724. Hoje, a CMB está instalada na capital do estado do Rio de Janeiro, no Distrito Industrial de Santa Cruz, sendo responsável pela confecção e produção de moedas e de cédulas de papel, além de passaportes. A capacidade atual de produção da CMB é de 20 milhões de reais de moedas por dia. As moedas de um real, cinquenta centavos, vinte e cinco centavos, dez centavos e cinco centavos estão circulando no País. Já a moeda de um centavo não é mais fabricada desde 2004.

O presidente Michel Temer por duas vezes trocou a moeda oficial do País, trocando o real por cruzeiro. A primeira vez foi no discurso durante a entrega de 61 ambulâncias para o SAMU no município gaúcho de Estero. A segunda vez foi no discurso durante a inauguração da Estação de Bombeamento do eixo leste da Transposição das Águas do Rio São Francisco no município pernambucano de Serra Talhada. Em 09 de janeiro de 2017, Temer disse erroneamente: "O que o Ricardo Barros fez na saúde foi uma coisa extraordinária. Ele começou a impedir tais ralos pelos quais saem recursos e, em pouquíssimo tempo, fizemos uma solenidade no Planalto, onde ele anunciou a economia de 800 milhões de cruzeiros, que significam novas UPAs e novas UBSs".

O atual presidente trocou a moeda oficial em meio de centenas de pessoas e televisionado para os 206 milhões de habitantes. Em 30 de janeiro de 2017, Temer disse equivocadamente: "Quando nós preparamos o orçamento do ano que vem para a educação, nós aumentamos em 10 bilhões de cruzeiros, em relação a 2016". É inadmissível o presidente errar por duas vezes a moeda oficial do seu País. O Brasil, segundo a CMB, teve nove moedas oficiais: Réis, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real.

Graças à divisão e especialização do trabalho, atualmente, o Brasil é uma das maiores potências agrícolas do planeta. O Brasil será o maior fornecedor mundial de commodities agrícolas em 2020. O agronegócio tem um peso indiscutível para a economia brasileira, respondeu por 23% do PIB e por 43% do superávit da balança comercial no ano de 2016. O Brasil é um dos líderes mundiais nas exportações de açúcar, café, carne bovina, carne de frango, suco de laranja, soja e etanol.

Em Brasília, precisamos de políticos que lutem pelo livre-cambismo e contra as barreiras tarifárias e não tarifárias, ao mesmo tempo, que lutem pelas reformas tributária e agrária e contra os elevados impostos, a sonegação de impostos, o analfabetismo, o trabalho infantil e a corrupção endêmica. O brasileiro Oscar Niemeyer (1907-2012) não só foi um gênio na arquitetura mundial, mas também um sábio com as palavras: "Projetar Brasília para os políticos que vocês colocaram lá, foi como criar um lindo vaso de flores prá vocês usarem como pinico. Hoje eu vejo, tristemente, que Brasília nunca deveria ter sido projetada em forma de avião, mas sim de camburão".

O povo brasileiro está sofrendo muito com a maior corrupção dos últimos 517 anos. Um dos principais assessores e ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo do presidente Temer, Geddel Vieira Lima, ex-deputado federal pelo PMDB-BA, além de ex-ministro da Integração Nacional no Governo Lula e ex-vice-presidente da CEF no Governo Dilma, em oito malas e seis caixas, roubou 51 milhões de reais em dinheiro vivo do povo brasileiro e permanece preso em seu belo apartamento, em Salvador, sem tornozelira eletrônica. Cadeia para todos os políticos corruptos! Devolução já de milhões de reais aos cofres públicos!

Um gigantesco lamaçal de corrupção nos 195 anos de Independência do Brasil. O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci fez um depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, revelando uma propina de 300 milhões de reais ao ex-presidente Lula para campanhas políticas. O povo brasileiro está padecendo e morrendo nas filas dos hospitais públicos! A Floresta Amazônica está sendo desmatada!

A falta de acesso à educação é a principal causa da miséria, pobreza e desigualdade no País. A corrupção é o segundo maior entrave para reduzir a pobreza na terceira nação mais desigual da América do Sul. O Brasil tem 13 milhões de analfabetos e cerca de 50 milhões de semiletrados. Todos os dias encontramos crianças e adolescentes pedindo esmolas ou vendendo produtos de baixo valor nos semáforos ou nas paradas de ônibus.

"O maior desafio para o Brasil no século XXI é colocar a educação e o conhecimento no centro da nossa vida. O nosso futuro será decidido fundamentalmente em sala de aula. Não é no Banco Central, no Ministério da Fazenda ou no BNDES. O futuro do Brasil vai ser decidido pela qualidade do ensino fundamental que nós oferecemos para as nossas crianças", segundo o economista Eduardo Giannetti. São necessários grandes investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação para alavancar o crescimento econômico no País.

De acordo com o economista Samuel Pêssoa da FGV, "O único caminho sólido para uma maior equidade social é uma educação de qualidade – item no qual o Brasil continua devendo muito". Tais pensamentos demonstram a importância do conhecimento, o ouro do século XXI, e de maneira inequívoca, a educação de qualidade é o melhor rumo do Brasil!

Como alavancar a economia de mercado no Brasil?

Paulo Galvão Júnior⁷

Caro leitor, como alavancar a economia de mercado no Brasil? A economia brasileira é formada por muitíssimas micro e pequenas empresas, várias médias empresas e poucas grandes empresas. O Brasil é uma potência econômica e com grande oportunidade de negócios. Todavia, a nona economia do mundo sofre muito com dois graves problemas: a corrupção sistêmica e a elevada carga tributária.

O presente artigo traz informações relevantes para o enfrentamento da situação socioeconômica do País, provoca reflexões sobre os princípios do liberalismo econômico e fornece dados importantes sobre a caracterização dos países quanto sua relação com a liberdade econômica. Para tanto, será necessário também considerar a tese socialista, contrapondo-lhe, quanto ao que ela representa dentro do cenário global para os países que, em certa medida, adotam seus postulados básicos.

Pensando em transformar o Brasil, pode-se afirmar que a maioria dos brasileiros não conhece os pensamentos econômicos do economista escocês Adam Smith (1723-1790), considerado o Pai da Economia moderna. Smith, no início da Revolução Industrial, foi um grande defensor da liberdade econômica (em inglês, economic freedom).

Segundo o economista brasileiro Paulo Sandroni (2008, p.782), "(...) Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma 'mão invisível' e resultariam no bem-estar coletivo; essa 'mão invisível' entraria também em jogo no mercado de fatores de produção, enquanto imperasse a livre-concorrência. A apologia do interesse individual e a rejeição da intervenção estatal na economia se transformaria em teses básicas do liberalismo". O Pai do Liberalismo Econômico foi um grande defensor do mercado livre (em inglês, freemarket).

O individualismo de Adam Smith no século XVIII não é compatível com o socialismo científico de Karl Marx (1818-1883) no século XIX, com o socialismo revolucionário de Lênin (1870-1924) no século XX, nem tão pouco, com o socialismo do século XXI na América Latina. O mercado livre, a livre iniciativa e a livre concorrência são fundamentais para os melhores resultados possíveis numa economia de mercado.

O economista clássico Adam Smith pregava a divisão do trabalho para alcançar a prosperidade econômica no país e publicou sua obra prima intitulada A Riqueza das Nações, em 9 de março de 1776, ano da declaração da Independência dos EUA. Smith enfatizou, "Pouco mais é necessário para erguer um Estado do que a primitiva barbárie

⁷Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

até o mais alto grau de opulência, além de paz, de baixos impostos e de boa administração da Justiça: todo resto corre por conta do curso natural das coisas". Para Smith a verdadeira riqueza das nações é constituída pelo trabalho produtivo. E Smith era contra a intervenção do Estado na economia.

Nos dias atuais, temos o Índice de Liberdade Econômica (em inglês, Index of Economic Freedom), uma classificação internacional que avalia o grau de liberdade econômica do país. O Índice de Liberdade Econômica foi criado em 1995 através de uma parceria entre The Wall Street Journal e The Heritage Foundation. The Wall Street Journal é um dos maiores jornais do mundo e de melhor cobertura de Economia do planeta. E The Heritage Foundation é um instituto de investigação norte-americano, fundado em 16 de fevereiro de 1973, ano da Primeira Crise do Petróleo, com sede em Washington.

Em 1973, treze países membros da OPEP aumentaram de US\$ 2,59 para US\$ 11,65 o preço do barril do petróleo. A OPEP é um exemplo de um cartel de produtores na formação dos preços controlados do barril do petróleo, totalmente contrário a livre concorrência, a liberdade econômica. No ano de 1973, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 14%, nunca mais igualado ou superado na economia brasileira. Hoje, temos uma economia sofrendo a mais severa recessão econômica da sua história.

O crescimento econômico mais acelerado da economia livre retira as pessoas da situação de pobreza. Os agentes econômicos têm liberdade de atuar no mercado livre, bem como a mais ampla liberdade de consumir, de investir, de poupar, de empreender, além de encontrar um emprego ou de fazer negócios com recursos produtivos escassos.

Um fator muito importante para impulsionar e sustentar o crescimento do PIB na economia livre é quando o empreendedor organiza os fatores de produção (terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial), inova e corre riscos calculados nos setores de alimentação, transporte, comunicação, vestuário, habitação, saúde, educação, entre outros setores. Por exemplo, o empreendedor pode abrir uma empresa no mercado de filmagens aéreas com drones.

O Índice de Liberdade Econômica considera doze fatores qualitativos e quantitativos da liberdade econômica: liberdade de comércio, liberdade de negócios, liberdade monetária, liberdade de investimentos, liberdade financeira, liberdade de trabalho, gastos do governo, direitos de propriedade privada, eficiência jurídica, saúde fiscal, carga tributária e integridade governamental.

Os doze fatores de liberdade econômica estão divididos em quatro eixos: 1. Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade governamental e eficiência jurídica); 2. Tamanho do Governo (carga tributária, gastos do governo e saúde fiscal); 3. Eficiência Regulatória (liberdade de negócios, liberdade de trabalho e liberdade monetária); e 4. Abertura dos Mercados (liberdade de comércio, liberdade de investimentos e liberdade financeira).

Os países são avaliados em cinco categorias no Índice de Liberdade Econômica: 1. Livre (80 a 100 pontos); 2. Majoritadamente Livre (70 a 79,9); 3. Moderadamente Livre (60 a 69,9); 4. Maioritadamente Não Livre (50 a 59,9); 5 Reprimido (0 a 49,9 pontos). Atualmente, são avaliados 186 países, inclusive o Brasil. Quanto mais próximo de 100 maior é a liberdade econômica desse país. Apenas seis países não foram analisados, sem dados informados, Iraque, Líbia, Liechtenstein, Somália, Síria e Yemen.

Hong Kong está em primeiro lugar no Índice de Liberdade Econômica no mundo, com 89,8 pontos (numa escala de 0 a 100 pontos), de acordo com os dados de 2017. Em segundo e terceiro lugares encontram-se Singapura e Nova Zelândia, com 88,6 e 83,7 pontos, respectivamente. Atualmente, Singapura apresenta o mais elevado IDH da Ásia, com 0,925 e Nova Zelândia o segundo mais alto IDH da Oceania, com 0,915, de acordo com os dados de 2015 do PNUD.

Os três últimos colocados são a Coreia do Norte com apenas 4,9 pontos (180º lugar), a Venezuela com 27,0 pontos (179º) e Cuba com 33,9 pontos (178º). A Coreia do Norte é o país de economia mais fechada do mundo, não há celular nem internet nos lares, ocorrem cortes diários de fornecimento de energia elétrica, mas tem, infelizmente, mais de um milhão de soldados, além de mísseis, armas atômicas e bombas de hidrogênio (dez vezes mais poderosa e letal do que a bomba atômica lançada em Hiroshima pelos EUA em 1945).

A Venezuela é a segunda economia mais repressiva do mundo. Na República Bolivariana da Venezuela faltam alimentos, remédios, papel higiênico, fraldas, eletricidade, empregos. Mas não falta petróleo. A Venezuela é um dos países membros da OPEP, um dos 15 maiores produtores globais de petróleo, além de uma das maiores reservas petrolíferas. Desde 2 de fevereiro de 1999 até os dias atuais, mais de 150 mil empresas falidas. E a maior empresa venezuelana é a estatal PDVSA.

O economista e filósofo austríaco Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973) foi um dos líderes da Escola Austríaca de Economia. O fundador da Escola Austríaca foi o economista austríaco Carl Menger (1840-1921), que explicou a teoria da utilidade marginal dos bens econômicos na formação de preços na economia capitalista.

Mises é o autor das obras Ação Humana (1949) e A Mentalidade Anticapitalista (1956). Mises afirmava que era impossível ao Socialismo uma organização racional, pois não teria como alocar racionalmente seus recursos produtivos. Mises, um dos defensores da liberdade econômica no século XX, afirmou que o Socialismo falha no aspecto econômico por causa do problema do cálculo econômico, ou seja, a impossibilidade de um governo socialista conseguir fazer os cálculos econômicos necessários para organizar uma economia complexa.

Segundo Mises: "Se a economia é estatizada não tem Mercado. Se não tem Mercado, não tem cálculo de preço. Se não tem cálculo de preço, não tem preço. Se não tem preço, não existe economia". No paper intitulado O Cálculo Econômico sob o Socialismo (1920), Mises revelou que na economia planificada não existe livre

concorrência. Portanto, o Socialismo é a extinção da economia racional, da economia livre. Logo, o planejamento socialista era impossível, era impraticável.

Conforme Mises, "O objetivo de Marx era abolir toda e qualquer esfera de iniciativa individual, transferindo o controle de todas as atividades econômicas para o aparato social de compulsão e repressão, o qual é comumente chamado de Estado ou governo". Lembrando que os elementos do Estado são o povo, o território e o poder político. No Socialismo, de acordo com Mises, é um Sistema de Prisão, um sistema carente de liberdade para todos os indivíduos. Com sua mão de ferro, o Estado tem um forte intervencionismo na economia, decide o que produzir, como produzir e para quem produzir e os meios de produção são estatais.

A tentativa de implantar uma economia planificada na Venezuela é um tremendo fracasso, total ineficiência. A intervenção governamental na economia da Venezuela provocou uma taxa de inflação de mais de 700% ao ano, sendo a maior inflação do planeta. A hiperinflação venezuelana provoca filas intermináveis para comprar comida, além de milhares de refugiados nas fronteiras com a Colômbia, a Guiana e o Brasil.

Para os defensores do Socialismo e opositores da propriedade privada, do lucro e da liberdade econômica, em outubro de 2017, ocorrerá as comemorações alusivas aos 100 anos da Revolução Russa, além dos 150 anos da obra prima do economista alemão Karl Marx. No Socialismo é possível erradicar o analfabetismo e diminuir as desigualdades sociais, mas faltam a lei da oferta e da demanda e a liberdade econômica.

Entre os TOP 10 no ranking mundial do Índice de Liberdade Econômica no ano de 2017, constatamos, Hong Kong (89,8 pontos), Singapura (88,6), Nova Zelândia (83,7), Suíça (81,5), Austrália (81,0), Estônia (79,1), Canadá (78,5), Emirados Árabes Unidos (76,9), Irlanda (76,7) e Chile (76,5). Entre as dez nações de economias mais livres, três estão localizadas na Ásia, duas na Oceania, duas na América e três situadas na Europa.

Hong Kong, um Tigre Asiático, repleto de arranha-céus, shopping centers, restaurantes e joalherias vendendo ouro, além de bancos comerciais cobrando juros baixos, nos seus primeiros passos a caminho da liberdade econômica refutou o protecionismo, o monopólio, o oligopólio, os elevados impostos, os subsídios, os benefícios especiais, as quotas de importação, as licenças de importação, e, sobretudo, a forte intervenção do Estado na economia de mercado. Pelo porto de Hong Kong chega à maioria da comida importada da população e ninguém passa fome.

Quando o discípulo fiel de Adam Smith, o economista John James Cowperthwaite (1915-2006) assumiu os rumos de Hong Kong, em 1961, adotou os princípios do Liberalismo Econômico. Não impondo nenhuma tarifa de importação e sempre mantendo os impostos mais baixos possíveis. Hong Kong, uma região administrativa especial da República Popular da China, é a economia mais livre a nível mundial.

Hong Kong, cidade-Estado localizada no Sul da China, tem uma das maiores expectativa de vida ao nascer do mundo, com 82,5 anos, conforme com os dados de 2015 do PNUD. O IDH é muito elevado e o 12º lugar no planeta, com 0,907. O mercado livre vigora no país de mais de 7,3 milhões de habitantes e localizado no Sudeste Asiático, cuja moeda é o Hong Kongdólar.

Entre o BRICS (grupo de cinco economias emergentes), no Índice de Liberdade Econômica, a África do Sul encontra-se em primeiro lugar, com 62,3 pontos. A China é o segundo lugar, com 57,4 pontos, seguido no ranking pela Rússia (3º lugar, com 57,1), Brasil (4º, 52,9) e Índia (5º, 52,6). No ranking mundial a África do Sul encontra-se em 81ª colocação, China (111ª), Rússia (114ª), Brasil (140ª) e Índia (143ª).

Voltando ao Brasil, um dos grandes obstáculos para a liberdade econômica é o elevado nível de corrupção, oriunda da forte intervenção do Estado na economia de mercado. A corrupção é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico com inclusão social e sem degradação do meio ambiente. O grande dinamismo da economia brasileira é o mercado interno, além do relevante papel do mercado externo, mas sofre com a corrupção sistêmica e a elevada carga tributária.

Segundo a edição 2017 de MELHORES E MAIORES, da Revista EXAME, "Em 2016, o produto interno bruto do país diminuiu 3,6%, depois de ter encolhido 3,8% em 2015. Com tudo conspirando contra, o desfecho no mundo dos negócios não poderia ser outro. Juntas, as 500 maiores empresas do país faturaram 809 bilhões de dólares em 2016, com queda de 8% em relação ao ano anterior". Só a Petrobras, a maior empresa do Brasil, teve uma receita líquida de US\$ 69,9 bilhões no ano de 2016, logo representou 8,64% do total.

Na Revista EXAME, constatamos que para 331 empresários entrevistados, a carga tributária (16%) e a corrupção (16%) são os principais problemas que devem ser atacados pelo Governo atual. Com altos tributos e corrupção sistêmica a taxa de investimentos caiu de 17,8% do PIB em 2015 para 16,6% do PIB no ano de 2016.

Com as medidas eficientes e eficazes da atual equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, a taxa Selic caiu de 14,25% para 8,25% ao ano, a taxa oficial de inflação diminuiu de 9,28% em abril de 2016 para 4,08% em abril de 2017, além do recorde de 75.756 pontos do IBOVESPA em 15 de setembro de 2017. Pode-se investir em ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN) de empresas brasileiras como a LOCALIZA e a GOL. Quanto mais livre é uma economia, mais ativo é o seu mercado decapitalis.

Provavelmente, o Brasil irá começar a sair da pior recessão econômica dos últimos 87 anos, no terceiro trimestre de 2017, porque já se constata o crescimento do PIB brasileiro nos primeiro e segundo trimestres, com 1,1% e 0,2%, respectivamente. Em 2016, com a retração econômica no Brasil, "mais de 1.000 empresas faliram e cerca de 4.000 companhias pediram recuperação judicial", conforme a Revista EXAME.

A África do Sul tem mais liberdade de comércio, com 76,1 pontos, do que o Brasil, com 69,4 pontos. Recentemente, o Governo Federal zerou a alíquota do Imposto de Importação de 4.903 produtos na NCM, e estes produtos são máquinas e equipamentos industriais sem produção no País, ou seja, sem similar nacional. Precisasse exportar bem mais, e importar mais. Ao contribuir para eliminar barreiras tarifárias, o comércio exterior brasileiro ruma para obter sucessivos superávits comerciais no biênio 2017-2018. O Brasil teve superávit comercial de US\$ 19,7 bilhões em 2015 e de US\$ 47,7 bilhões no ano de 2016.

O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo e a quarta maior população urbana do planeta. Nos dias de hoje, 86% da população brasileira mora na zona urbana. Apenas 14% vive na zona rural, contudo, é uma potência agrícola, com safras recordes de produção de grãos e líder mundial nas exportações de café, açúcar, soja, carne de frango, carne bovina e suco de laranja. É um país democrático, emergente e de renda média e que precisa de um grau maior de abertura da economia (participação da soma das exportações e importações no PIB), de mais liberdade econômica.

A liberdade econômica é um direito fundamental de cada ser humano de controlar o seu próprio trabalho e a sua propriedade. Conforme o seu próprio interesse, o indivíduo é livre para trabalhar, produzir, consumir, exportar, importar e investir na economia de mercado. Segundo o economista americano Douglass North (1920-2015), Prêmio Nobel de Economia de 1993, "É preciso ter direitos de propriedade definidos e um sistema jurídico que garanta o cumprimento de contratos".

Hong Kong tem excelentes fatores de liberdade econômica: Direitos de Propriedade (93,7 pontos), Eficiência Jurídica (84,0), Integridade Governamental (80,3), Carga Tributária (93,0), Gastos do Governo (90,0), Saúde Fiscal (100,0), Liberdade de Negócios (94,6), Liberdade de Trabalho (89,1), Liberdade Monetária (83,2), Liberdade de Comércio (90,0), Liberdade de Investimentos (90,0) e Liberdade Financeira (90,0).

Já o Brasil, que tem pouca liberdade econômica, tem os seguintes fatores de liberdade econômica: Direitos de Propriedade (55,0 pontos), Eficiência Jurídica (49,7), Integridade Governamental (33,4), Carga Tributária (70,1), Gastos do Governo (53,1), Saúde Fiscal (22,8), Liberdade de Negócios (61,3), Liberdade de Trabalho (52,3), Liberdade Monetária (67,0), Liberdade de Comércio (69,4), Liberdade de Investimentos (50,0) e Liberdade Financeira (50,0).

O Índice de Liberdade Econômica do Brasil e a sua posição no ranking internacional caiu entre 2013 e 2017. O Brasil encontrava-se em 100ª colocação e com escore de 57,7 pontos no ano de 2013, logo uma economia majoritariamente não livre. O Brasil estava na 114ª posição com 56,9 pontos no ano de 2014, caindo para a 118ª colocação com 56,6 pontos em 2015. Em 2016, a redução do 122º lugar no ranking internacional com 56,5 pontos para o 140ª colocação com 52,9 pontos no ano de 2017. O Brasil caiu 40 posições em cinco anos consecutivos e perdeu 4,8 pontos.

Dois dos principais motivos para esta vertiginosa queda no Índice de Liberdade Econômica no Brasil são a corrupção sistêmica e a elevada carga tributária. No ano de 2016 os brasileiros pagaram mais de dois trilhões de reais em tributos. Desde 2003, a maior empresa do Brasil, a Petrobras, faz parte da sucessão de escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários corruptos. O combate à corrupção é importante para alavancar a economia livre e atingir um nível de renda muito alto.

Dar mais liberdade e melhores condições de atuação ao Poder Judiciário, em especial ao Ministério Público, será de importância vital para a redução da corrupção na República Federativa do Brasil. Sem que haja uma maior eficiência jurídica, que se encontra em 49,7 pontos, e uma maior integridade governamental, em 33,4 pontos, o Brasil ficará refém da corrupção sistêmica. O combate à corrupção de recursos públicos deve começar pela diminuição da burocracia, em seguida, uma consciência ética, inspirado na responsabilidade social e honestidade. Somente dessa forma o Brasil poderá aproveitar ao máximo seus fatores de produção, conquistando posições mais elevadas no IDH (0,754 e 79º lugar no ranking mundial) e no Índice de Liberdade Econômica (52,9 e 140ª colocação no ranking mundial).

Com certeza, bilhões de reais desviados, roubados, diariamente, mensalmente, anualmente, e que deveriam ser investidos na primeira infância dos 5.570 municípios brasileiros. Segundo o professor emérito da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2000, o economista americano James Heckman, "Cada dólar gasto na educação de uma pessoa significa que ela produzirá algo como 10 centavos a mais por ano ao longo de toda a sua vida. Não há investimento melhor. A ideia é fornecer incentivos suficientes para que o talento atinja sempre o maior nível possível". As crianças brasileiras de zero a seis anos de idade necessitam urgente de mais proteção, mais carinho, mais condições para ter uma vida saudável. Como é lindo e emocionante um coral de crianças declamando os seus direitos na décima nação mais desigual do planeta!

O tamanho atual do governo na economia brasileira é muito prejudicial. Precisamos criar um ambiente de negócios menos burocrático, mais eficiente. No Brasil dos nossos dias, existem 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições). Estamos fartos de governos com excesso de tributos. Teremos infartos com sucessivos aumentos nos preços de combustíveis, energia elétrica, botijão do gás de cozinha, remédios, etc. na economia brasileira.

Os 61 milhões de inadimplentes e os 13 milhões de desempregados passam várias noites sem dormir com preocupações financeiras. Para diminuir a inadimplência e o desemprego, uma excelente saída é a redução significativa dos tributos federais, estaduais e municipais. Os economistas britânicos Adam Smith e John Maynard Keynes (1883-1946) eram contra os elevados impostos na economia de mercado para aumentar o consumo das famílias. A reforma tributária é uma grande saída para alavancar a economia de mercado no País. O Brasil tem a maior carga tributária entre os países emergentes, com 34,5% do PIB brasileiro.

De acordo com o economista norte-americano Milton Friedman (1912-2006), Prêmio Nobel de Economia de 1976, "Sou a favor da redução de impostos sob qualquer pretexto, por qualquer motivo, a qualquer momento possível". Já é hora de extinguir a CIDE (2001), o COFINS (1991), o IOF (1990), o PIS (1970), o PASEP (1970) e o IPI (1891). Já é hora de reduzir as alíquotas do ICMS e do ISS.

Para o então renomado professor de Economia da Universidade de Chicago, Milton Friedman, "Os únicos casos registrados pela História em que as massas escaparam da pobreza extrema foram aqueles em que as massas tiveram capitalismo e livre comércio em larga escala". Portanto, precisamos evitar ao máximo as falhas de mercado: externalidades negativas, informação assimétrica, bens públicos e poder de mercado.

Em conclusão, a competição entre as nações desenvolvidas e as nações emergentes é cada vez maior numa economia globalizada. O Brasil tem muito potencial para ter uma economia mais livre, mais rica, mais competitiva, mais justa. O Brasil tem condições econômicas para ingressar no seleto grupo dos países desenvolvidos e de muito elevado desenvolvimento humano. Os caminhos da liberdade econômica apontam grandes desafios nos próximos anos e enormes avanços nas próximas décadas.

A Caminho do Abismo Econômico

Paulo Galvão Júnior⁸

Na trágica quarta-feira de 17 de maio de 2017, o Brasil entrou em um túnel muito escuro. A República Federativa do Brasil está a caminho do abismo econômico, a caminho para a depressão econômica.

A delação premiada do diretor da empresa brasileira JBS S.A., Joesley Batista, apontou claramente que o atual presidente da República Michel Temer (PMDB) e o senador da República Aécio Neves (PSBD-MG) atuaram fortemente para impedir o avanço das investigações da Operação Lava-Jato.

Com a divulgação do vídeo, a incerteza econômica aumentou no País. O Índice Bovespa (IBOVESPA) caiu de 67.535 pontos às 10h05 para 61.575 às 17h00, sendo, portanto, necessário utilizar o circuit breaker, uma parada do pregão durante trinta minutos, para não cair em mais de 10% os valores das ações ordinárias e preferenciais negociadas na BM&FBOVESPA. O IBOVESPA caiu 8,82%, sendo um dia de pânico com a forte queda de 5.960 pontos em 18 de maio de 2017.

Com a divulgação do áudio da gravação do diálogo noturno e tenebroso entre Michel Temer e Joesley Batista, no Palácio do Jaburu, ocorrido em sete de março, a insegurança econômica cresceu no Brasil. A desvalorização do real em relação ao dólar americano foi forte. Às 10h um dólar americano era vendido a R\$ 3,13, chegando às 17h a cotação de R\$ 3,39. Um dia de nervosismo com a alta de 8,31% no dólar comercial em 18 de maio.

Quando sobe o dólar norte-americano aumenta as despesas de importação de vários produtos, por exemplo, o trigo, logo, ocorre o aumento do preço do pão francês, do macarrão, da farinha de trigo, da pizza, entre outros produtos. A alta da moeda americana eleva a inflação.

Limitar por 20 anos o crescimento dos gastos sociais como educação, saúde, habitação popular e segurança pública é um grande erro econômico. Aos 47 anos de idade, nunca li tal proposta na obra prima de John Maynard Keynes, o Pai da Macroeconomia, nem tão pouco na obra prima de Adam Smith, o Pai da Economia. Desconheço o autor, o economista ou não economista brasileiro ou estrangeiro desta absurda ideia.

O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, com 206 milhões de habitantes. São as famílias brasileiras quem mais sofrem com a retração econômica. Já li nas obras primas de Smith e de Keynes pensamentos contra os elevados impostos na economia de mercado. No Brasil temos mais de 90 tributos (impostos, taxas e

⁸Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

contribuições de melhoria). Não podemos aceitar uma carga tributária na ordem de 32,66% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no ano de 2015, a maior carga tributária da América Latina e a oitava do mundo.

O aumento dos impostos vem acarretando uma forte queda da arrecadação tributária, já que este provoca um impacto negativo nas decisões das pessoas físicas e jurídicas, e intensifica a sonegação fiscal nos 5.570 municípios brasileiros.

A atual situação socioeconômica em que o Brasil se encontra é muito grave. É pior do que o fundo do poço provocado pelo Plano Collor em 1990. Vivenciamos uma recessão econômica, e estamos à beira de uma depressão econômica, depressão caracteriza uma recessão severa e prolongada, com vários problemas relacionados a milhares de empresas quebrando, desemprego muito alto, desigualdade, violência, inadimplência, pobreza e miséria. Nas cinco regiões do País, no presente momento, temos 26,0 milhões de pobres (IBGE) e 8,5 milhões de miseráveis (Banco Mundial).

Não se pode perdoar os donos do Grupo JBS, a maior empresa de carnes bovina, suína, ovina e de frango do mundo. Começamos agora o boicote aos seus produtos (marcas Friboi, Seara, Swift, Lebon, Dorian, etc.) nos mercados, supermercados, hipermercados, feiras, açougues, churrascarias de todo o Brasil e comprando produtos das empresas concorrentes e não envolvidas em propinas, falcatruas e fraudes.

O diretor Joesley Batista delatou à Procuradoria-Geral da República a propina de dois milhões de reais ao tucano Aécio Neves (neto do saudoso presidente Tancredo Neves, um dos grandes responsáveis pelo fim da Ditadura Militar), a propina de cinco milhões de reais ao ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso em Curitiba desde setembro de 2016, além de abertura de contas bancárias milionárias, operadas pela JBS, para as campanhas dos ex-presidentes Lula e Dilma na Suíça, sendo 70 milhões de dólares para o petista Lula e 80 milhões de dólares para a petista Dilma. Este terremoto político foi provocado por traidores da pátria.

É um absurdo que Joesley Batista e o seu irmão Wesley Batista, com suas famílias tenham viajando para os EUA totalmente ilesos e absurdamente bilionários com o dinheiro público do BNDES, empréstimos no valor total de 8,1 bilhões de dólares americanos, e com todo apoio do Guido Mantega, ex-presidente do BNDES (2004-2006) e ex-ministro da Fazenda (2006-2015). O Brasil está sendo roubado diariamente. O Grupo JBS, a maior empresa de processamento de proteína animal do planeta, empurrou o Brasil para um terremoto político, além de um grande abismo econômico.

Os donos da JBS pagaram propina de 600 milhões de reais ao presidente Michel Temer por vinte anos. Com a delação dos irmãos Batista, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu um inquérito por corrupção passiva ao presidente Temer, ao receber por mês o valor de quinhentos mil reais, além de obstrução da Justiça.

O empresário corrupto do Grupo JBS comprou um bilhão de dólares americanos a preço baixo no mercado de câmbio e vendeu na cotação do dólar na alta. A dupla corrupta do ex-governador Sérgio Cabral e do ex-bilionário Eike Batista provocou um roubo bilionário nos cofres públicos do estado de Rio de Janeiro. As empreiteiras Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, com suas propinas bilionárias, estão levando a uma situação caótica o Brasil. Portanto, ou Temer cai agora, ou o País rumará para a depressão econômica!

A caminho do abismo econômico, quem poderá salvar o Brasil? O País já se prepara para a recuperação econômica ou a depressão econômica? O caos econômico chegará com a corrupção endêmica cada vez maior na nona economia do mundo, e ao mesmo tempo, a décima nação mais desigual do planeta. Perdemos a estabilidade econômica conquistada a partir de 1994 com o Plano Real. A depressão econômica é um tema bastante polêmico e inédito para os agentes econômicos do quinto maior país do mundo.

A taxa Selic atual é de 10,25% ao ano, segundo o BCB (Banco Central do Brasil), comando pelo presidente Ilan Goldfajn. Estamos adotando uma política monetária expansionista desde maio de 2016, a taxa Selic caiu de 14,25% para 10,25% a.a., ou seja, uma queda de quatro por cento ao ano em um ano. Esta queda da taxa de juros possibilitou o aumento dos investimentos privados, redução da taxa de inflação que chegou a taxa acumulada de 4,08%, que ao lado da liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), proporcionaram os primeiros sinais de recuperação econômica do Brasil, com o crescimento econômico de 1,12% no primeiro trimestre de 2017, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Lembrando, que ainda temos uma das maiores taxas de juros reais do mundo.

Estamos vivendo momentos temerosos na vida política e na atividade econômica do Brasil, mas, toda crise econômica é cíclica. Essa é nossa esperança. Ainda podemos confiar que podemos mudar os rumos da economia brasileira e que podemos retomar o crescimento econômico com inclusão social. O Brasil é riquíssimo em recursos naturais! O Brasil vai colher safra recorde de 233 milhões de toneladas de grãos em 2017. Em março de 2017, o Brasil registrou um superávit comercial recorde de US\$ 7,1 bilhões, ou seja, mais exportações do que importações. O Brasil tem a Amazônia Verde e a Amazônia Azul ainda a ser exploradas economicamente. A República Federativa do Brasil precisa de grandes investimentos em educação de qualidade.

Sem a renúncia de Michel Temer nem tão pouco a cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o Brasil caminhará a passos largos para o abismo econômico. Resta agora a destituição de Michel Temer (já ocorreram até agora 13 pedidos de impeachment). Sim ao voto facultativo já! Chega de reeleição para todos os cargos nas cinco regiões brasileiras! Chega de contribuição sindical! Meu partido é o Brasil! Fora Temer! Ler, reler e reler: Fora Temer!

Qual é o seu Papel na Redução da Desigualdade Social no Brasil?

Paulo Galvão Júnior⁹

Nós, os brasileiros e as brasileiras, moramos na décima nação mais desigual do planeta. Urgentemente, precisamos preservar e ampliar os direitos sociais no Brasil, atualmente, a nona economia do mundo. No Artigo 6º da Constituição Federal (CF) de 1988, podemos destacar entre os onze direitos sociais a proteção à maternidade e à infância.

O Estado brasileiro não cumpri a CF de 1988 no que diz respeito à proteção à infância. As crianças brasileiras, meninos e meninas, sofrem diariamente com sérios problemas sociais nas cinco regiões do Brasil.

O principal documento de proteção à infância no País é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA desde 1990 é o maior aliado na rede de proteção à infância nos 5.570 municípios brasileiros. A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Artigo 1º enfatiza que, “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.

O direito à vida é a prioridade para qualquer criança brasileira. Estamos preocupados com o futuro da criança brasileira. No Artigo 25 da CF, no Inciso II, “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”.

A proteção social é uma garantia de direito do cidadão oferecido pelo Estado brasileiro frente as inseguranças sociais, as adversidades sociais no País que passa pela pior recessão econômica da sua História. Em João Pessoa temos o juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude, Adailton Lacet, que tem inteligência, competência, credibilidade e o respeito da sociedade pessoense em suas ações e decisões judiciais. Nós do CMDCA-JP, estamos cada vez mais próximos do Ministério Público da Paraíba na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Como podemos contribuir para melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes no Brasil? Podemos trabalhar voluntariamente na prevenção primária, secundária e terciária da violência contra a criança nas suas principais formas: Violência Doméstica, Violência Social, Violência Sexual e Violência na Escola.

Destacamos que nos 116 meios de hospedagem (hotéis, pousada, flats e hostels) têm como prioridade o uso obrigatório na recepção do Cartaz do DISQUE 100 no enfrentamento a exploração sexual de crianças e de adolescentes conforme a Lei Federal nº 11.577/2007 e a adoção do Código de Conduta do Turismo Contra Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Paraíba.

⁹Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. Atual coordenador do CMDCA-JP. E-mail: paulogalvaounior@gmail.com

Conforme a Lei Federal nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, no Artigo 1º, “Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes indicando como proceder à denúncia”. O CMDCA-JP em parceria com a SETUR e o MPT-PB informam, sensibilizam e orientam os diversos segmentos da atividade turística de João Pessoa, sobretudo a rede hoteleira, sobre o enfrentamento à exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Ressaltamos que no Hotel Cabo Branco Atlântico todos os 96 apartamentos têm o folder da World Childhood Foundation no enfrentamento da exploração sexual de crianças e de adolescentes no turismo. Eles folders divulgam o DISQUE 100. Este hotel na praia do Cabo Branco faz parte da rede Atlantica Hotels International.

Segundo a Rainha da Suécia, Silvia, e fundadora da World Childhood Foundation, “Toda criança tem o direito de ser uma criança! Devemos escutá-los cuidadosamente e mostrar que, como adultos, estamos lá para apoiá-los e resolver os problemas com que nos confrontam”. Childhood tem como principal objetivo o de promover melhores condições de vida e de defesa do direito das crianças contra a pobreza e a violência sexual. A fundação sueca está presente em 14 países, inclusive no Brasil, e apoia mais de 600 projetos no mundo.

18 de maio é o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A exploração sexual de crianças e de adolescentes é crime hediondo, é um trabalho infantil. É preciso abolir o trabalho infantil no País. Disque 100!Denuncie!

Os funcionários, gerentes e proprietários dos hotéis, pousadas, flats e hostels podem fazer a denúncia pelo Disque Direitos Humanos – DISQUE 100 (ligação anônima, gratuita e 24hs), ou dirigir-se a delegacia mais próxima do bairro ou o Conselho Tutelar mais próximo. Em João Pessoa temos sete conselhos tutelares: Praia, Norte, Sul, Sudeste, Mangabeira, Cristo Redentor e Valentina Figueiredo. São 35 conselheiros tutelares protegendo a criança e o adolescente para que as empresas não pensem apenas em obter lucros, mas tenham o intuito de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes na terceira capital mais antiga do Brasil.

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “65 milhões de meninas estão fora da escola no mundo inteiro”. No Brasil, muitas meninas estão longe dos livros. Quantos mais livros, eBooks, você ler, reler e reler, maior será seu conhecimento, sua capacidade de compreensão, sua concentração, sua criatividade numa economia globalizada. Não perca tempo. Frequente as bibliotecas privadas e públicas. O ouro do século XXI é o conhecimento.

Nós trabalhamos para transformar para melhor as condições de vida das crianças e dos adolescentes no Brasil. É possível por meio de ações de proteção social, de educação, de saúde, de esporte e de cultura. Nós do CMDCA-JP somos aliado à atuação de todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) na capital paraibana.

Já se passaram mais de cinco séculos, o Brasil continua muito desigual! Precisamos mudar esta triste e cruel realidade, a desigualdade social. Como? Levante-se, acorde cedo, e descubra o seu papel na redução da desigualdade social no décimo país mais desigual do planeta. Temos a esperança de construir um novo País, mais rico, mais justo, mais sustentável, ainda no século XXI.

Adam Smith, o Pai da Economia

Paulo Galvão Júnior¹⁰

A gaita de fole, o kilt e o whisky são símbolos da Escócia conhecidos mundialmente. A Escócia é um dos quatro países integrantes do Reino Unido e está localizada ao Norte da Inglaterra.

Um dos livros mais importantes da humanidade foi publicado pela primeira vez em Londres, capital do Reino Unido. E o autor desta grande obra foi um filósofo escocês.

Esta obra prima do pensamento econômico foi escrita no início da Revolução Industrial, que começou na Grã-Bretanha, em meados do século XVIII. Neste livro de Economia, o Professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, a cidade mais populosa da Escócia e localizada na costa ocidental do milenar país europeu, defende a liberdade econômica (em inglês, *economic freedom*).

Em Londres, aos 53 anos de idade, o filósofo iluminista torna-se o primeiro economista do mundo. O nome dele é Smith, Adam Smith.

O filósofo e economista escocês Adam Smith é o Pai da Economia moderna. Adam Smith nasceu em 05 de junho de 1723, em Kirkcaldy, uma pequena cidade portuária no Mar do Norte, no Condado de Fife, na Escócia.

Com o célebre livro *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (em português, **Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**), publicado em 09 de março de 1776, coincidentemente no ano da Independência dos Estados Unidos da América (EUA), Adam Smith tornou-se o primeiro economista e um dos mais influentes do mundo.

O clássico **A Riqueza das Nações**, é uma abreviação da obra-prima de Adam Smith, que influenciou políticos como John Adams, o primeiro vice-presidente e o segundo presidente dos EUA no século XVIII, além de economistas como Milton Friedman no século XX, e continua influenciando políticos e economistas no século XXI.

Em 1759, Adam Smith publicou o seu primeiro livro denominado *The Theory of Moral Sentiments* (em português, **A Teoria dos Sentimentos Morais**), obra que lhe deu grande prestígio no Reino Unido e na França. O seu segundo livro, 17 anos depois do primeiro, em 1776, **A Riqueza das Nações**.

¹⁰Economista e professor de Economia e de Economia Brasileira do IESP Faculdades.

A primeira edição de **A Riqueza das Nações** foi publicada em dois volumes, dos quais o primeiro volume contém os Livros I, II e III, e o segundo volume, contendo os Livros IV e V.

A primeira edição em 1776 foi integralmente vendida em apenas seis meses, sendo vendida ao preço de uma libra e 16 xelins. A segunda edição de **A Riqueza das Nações** foi no início de 1778. A terceira edição no fim de 1784. No ano de 1786, temos a quarta edição. Já a quinta e última edição, em 1789, ano da Revolução Francesa. Em vida, Adam Smith, realizou cinco edições de sua obra-prima.

O livro clássico de Adam Smith contém 32 capítulos, e durou 12 anos para ser publicado, de 1764 a 1776. O livro começou na França e terminou na Inglaterra. O Livro Primeiro tem 11 capítulos. O Livro Segundo tem cinco capítulos. O Livro Terceiro consta quatro capítulos. O Livro Quarto apresenta nove capítulos. E o Livro Quinto tem três capítulos.

Adam Smith não se casou nem teve filhos e como bom representante da burguesia britânica em ascensão, considerava os elevados impostos um grande obstáculo ao crescimento da economia. Smith (1983, p.35) na Introdução escreve: “O **trabalho** anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente”.

Através da reflexão liberal sobre a economia no início da Primeira Revolução Industrial, o livro do **Pai do Liberalismo Econômico**, aborda grandes temas como a divisão do trabalho, especialização (em inglês, *specialization*), produtividade e mercado livre em pleno século XVIII.

A riqueza requer produtividade; a produtividade requer especialização; a especialização requer divisão do trabalho; por sua vez, a divisão do trabalho requer troca; a troca requer mercado livre; por sua vez, o mercado livre requer um sistema de preços; e o sistema de preços requer ordem monetária.

No Livro I, Capítulo I, Adam Smith (1983, p.41) enfatiza que, “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”.

Aprendemos com Smith sobre a divisão do trabalho (em inglês, *division of labor*). Smith usou o famoso exemplo dos trabalhadores em uma pequena fábrica de alfinetes, em Kirkcaldy, para descrever os benefícios criados pela divisão do trabalho.

Aprendemos que o trabalho é um conjunto de atividades produtivas ou criativas, que o ser humano exerce para atingir um determinado fim. Já a divisão do trabalho faz com que o trabalhador produtivo adquira, com a tarefa repetitiva, uma agilidade maior e com isso fique treinado na execução de seus movimentos, provocando assim uma diminuição do tempo gasto e um aumento na produção.

Ler os cinco volumes de **A Riqueza das Nações** (em italiano, *La Ricchezza delle Nazioni*), não é tarefa das mais fáceis, entretanto, é um livro de leitura muito valioso, porque Smith defende a liberdade de mercado no século XVIII.

Pelos pensamentos econômicos de Adam Smith, entenderemos que a riqueza de um país depende da divisão do trabalho, além da acumulação de capital. Logo, a acumulação de capital leva ao crescimento econômico. Para Smith, no entanto, o ponto principal que causa o crescimento econômico é a divisão do trabalho, que garante a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias.

A divisão do trabalho incrementa a quantidade produzida, por três razões: 1. A destreza dos trabalhadores; 2. A poupança do tempo; 3. As invenções para a produção.

Smith sustentava que a riqueza de uma nação depende da produtividade do trabalho e da proporção de trabalhadores que se empregam de maneira produtiva.

De acordo com o Livro Primeiro, Capítulo I, Adam Smith (1983, p.43) revelou que, “Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas”.

Para Adam Smith o trabalho era uma força homogênea nos países. As diferenças nas tecnologias causaram as diferenças nos custos de produção de bens. A riqueza de uma nação é a capacidade de produzir bens e serviços (em inglês, *goods and services*) que tem seus cidadãos.

O cidadão comum ao procurar o seu próprio interesse (em inglês, *self-interest*), automaticamente promove o interesse da sociedade em geral. Em uma passagem célebre da primeira obra primada Escola

Clássica, Smith (1983, p.50), no Livro Primeiro, Capítulo II, enfatizou que, “ Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do paideiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles”.

Para Smith a acumulação de capital provoca o aumento da divisão do trabalho, que por sua vez, afeta no aumento da produtividade, que em seguida, gera o enriquecimento, logo o aumento do lucro, e este último provoca mais acumulação de capital.

O professor universitário da Universidade de Glasgow escreveu sua obra mais famosa em 1776, ano da morte do seu grande amigo, o filósofo escocês David Hume. Nos últimos 241 anos permaneceram valiosos os conhecimentos dos cinco livros da obra fundamental de Adam Smith. O Livro I discute os problemas associados à divisão do trabalho. O Livro II discute a acumulação de capital. O Livro III trata de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico das nações. O Livro IV consiste numa crítica ao mercantilismo e a fisiocracia. E o Livro V contém proposições sobre a responsabilidade do Estado.

Muitos já ouviram as ideias de Adam Smith sobre a divisão do trabalho, a livre concorrência, a acumulação de capital ou a propensão do homem à troca. Smith, na segunda metade do século XVIII, esclareceu os significados de valor de uso, valor de troca, como também, de demanda efetiva e demanda absoluta.

Poucos leram o livro clássico de Adam Smith na íntegra, na qual descobriremos como melhorar a produtividade, porque devemos pagar bons salários, a importância do pensamento a longo prazo e sobretudo, a defesa da não intervenção do Estado na economia de mercado.

Descobriremos lendo **A Riqueza das Nações** que na alocação de capital, quando tem liberdade econômica, cada um busca o caminho mais vantajoso como aplicar o seu capital. Com o impacto da Revolução Industrial, Adam Smith defendeu que toda intervenção do Estado na economia capitalista é completamente condenável. No século XVIII, Smith procurou a resposta para uma pergunta bastante atual: Por que alguns países são ricos, e outros não?

De acordo com o economista escocês Adam Smith (1983, p.61), “Nada é mais útil que a água, e no entanto, dificilmente se comprará alguma coisa com ela, ou dificilmente se conseguirá trocar água por alguma outra coisa. Ao contrário, um diamante dificilmente possui algum

valor de uso, mas por ele se pode, muitas vezes, trocar um a quantidade muito grande de outros bens”.

Só o trabalho humano produz valor, valor de uso, sobretudo, valor de troca. Os trabalhadores escoceses produzem o melhor whisky do mundo, uma das bebidas favoritas da humanidade. Os trabalhadores utilizam água quente, e misturam com malte puro, blended, grãos, outros produtos, na fabricação de whisky escocês, e envelhecem por no mínimo três anos em barris de carvalho.

Para Smith (1983, p.65), “Sempre e em toda parte valeu este princípio: é caro o que é difícil de se conseguir, ou aquilo que custa muito trabalho para adquirir, e é barato aquilo que pode ser conseguido facilmente ou com muito pouco trabalho”. Smith mostrou que o trabalho constituía a única base reguladora para determinação do valor.

Adam Smith (1983, p.93 -94) enfatizou em pleno século XVIII, “O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção”. Portanto, 241 anos após sua publicação, a obra clássica de Smith não perdeu a capacidade de se manter atual.

O Brasil Colônia na Visão de Adam Smith

Paulo Galvão Júnior ¹¹

A mão invisível trouxe-me até aqui para escrever sobre o Brasil Colônia na visão de Adam Smith, o Pai da Economia moderna. Uma das passagens mais marcantes da obra mais célebre de Adam Smith, **A Riqueza das Nações**, de 1776, para nós, os brasileiros, é que Smith (1983, p.194) no Volume I cita seis vezes a maior e mais rica colônia portuguesa, o **Brasil**: “A Nova Granada, o Iucatan, o Paraguai e os **Brasis**, antes de serem descobertos pelos europeus, eram habitados por nações selvagens, que não possuíam nem artes nem agricultura.(...), todos esses países já evoluíram muito sob este aspecto”.

Já no Volume II, Adam Smith cita o Brasil colonial por 12 vezes. Graças à divisão do trabalho e à especialização, atualmente, o Brasil é uma das maiores potências agrícolas do planeta. O Brasil teve cinco ciclos econômicos: o ciclo do pau-brasil, o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do ouro, o ciclo do café e o ciclo da borracha. Por 322 anos o Brasil foi colônia de Portugal.

Durante o Brasil Colônia ocorreram três ciclos econômicos: o ciclo do pau-brasil, o ciclo da cana-de-açúcar e o ciclo do ouro. Adam Smith estudou mais o ciclo do ouro no Brasil colonial no século XVIII.

O Brasil será o maior fornecedor mundial de commodities agrícolas em 2020. O agronegócio tem um peso indiscutível para a economia brasileira, respondeu por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 43 % do superávit da balança comercial no ano de 2014.

Atualmente, o Brasil é líder mundial nas exportações de açúcar, café, carne bovina e suco de laranja e ocupa o segundo lugar no ranking mundial nas exportações de soja, álcool e carne de frango.

Adam Smith (1983, p.198) chama atenção para o altíssimo valor da importação de Portugal (na época, a Metrópole) das riquezas do Brasil (naquela época, a Colônia): “Informa-nos também que, se avaliássemos a quantidade de ouro anualmente importada dos **Brasis** para Lisboa com base na soma total dos impostos pagos ao rei de Portugal – que parece ser 1/5 do metal-padrão – poderíamos avaliá-la em 18 milhões de cruzados, isto é, 45 milhões de libras francesas, equivalendo a menos a 2 milhões de libras esterlinas”.

A visão portuguesa era administrar o Brasil Colônia para gerar riquezas para a Metrópole, através do regime de monopólio colonial. De

¹¹Economista e professor de Economia e de Economia Brasileira do IESP Faculdades.

1500 até 1808 durou o Pacto Colonial entre Brasil e Portugal, ou seja, a colônia só comprava e vendia produtos de sua Metrôpole. Este finalizado com a abertura dos portos aos produtos das nações amigas de Portugal, com a chegada do príncipe regente João ao porto de Salvador em 28 de janeiro de 1808.

Para Smith (1983, p. 201), “Uma vez computadas todas as despesas, ao que parece, a quantidade total de ouro não pode, no mercado espanhol, ser vendida com tanta vantagem como a quantidade total de prata. Com efeito, o imposto do rei de Portugal sobre o ouro dos **Brasis** é o mesmo que o antigo imposto do rei da Espanha sobre a prata do México e do Peru, ou seja, 1/5 do metal - padrão”. O ouro e a prata eram as principais riquezas de uma nação de acordo com os mercantilistas.

No Livro Segundo, uma nova citação do Brasil colonial por Smith (1983, p.314), “Tenham as mercadorias sido compradas com o ouro do **Brasil** ou com a prata do Peru, esse ouro e essa prata, como o fumo da Virgínia, devem, por sua vez, ter sido comprados com um produto interno do país ou com alguma outra coisa anteriormente comprada com produtos do país”.

Adam Smith de novo citou o Brasil colonial (1983, p.364), agora no Capítulo I, do Livro Quarto, “Quando a quantidade de ouro e prata importada em um país supera a demanda efetiva, não há vigilância ou controle do Governo que consiga impedir sua exploração. Nem mesmo todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal são capazes de evitar a evasão do ouro e da prata excedentes desses países. As contínuas importações, feitas do Peru e do **Brasil**, ultrapassam a demanda efetiva da Espanha e Portugal, fazendo com que o preço desses metais naqueles países desça abaixo do vigente nos países vizinhos”.

Com seus princípios liberais, outra citação de Smith (1983, p.407) do Brasil Colônia: “Sem dúvida, seria mais vantajoso para a Inglaterra se ela pudesse comprar os vinhos da França com suas próprias ferragens e tecidos grosseiros do que com o fumo da Virgínia ou com o ouro e prata do **Brasil** e do Peru. Um comércio exterior direto de bens de consumo sempre traz vantagem maior do que um comércio indireto”.

Salientamos que a pujança da economia brasileira é visível, mas a participação do Brasil no comércio internacional foi de apenas 1,2% em 2014, segundo dados da OMC (Organização Mundial do Comércio). Ainda hoje enfrentamos as barreiras alfandegárias. Outro exemplo deste gigantesco gargalo no comércio exterior é o Porto de Cabedelo, com 107 anos, que já foi o maior exportador de abacaxi in natura e de sisal do Brasil. O porto mais oriental das Américas encontra-se com sérios

problemas de modernização, dragagem, sinalização e infraestrutura portuária.

Graças à livre concorrência e à liberdade de comércio internacional, o Brasil (ex-Colônia) tornou-se aproximadamente 10 vezes mais rico do que Portugal (ex-Metrópole). O Brasil era a sétima economia do mundo, com o PIB nominal de US\$ 2,9 trilhões em 2014, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto , Portugal era a 46ª nação mais rica do planeta, com PIB de US\$ 267,7 bilhões.

Ainda existem grandes diferenças nos principais indicadores econômicos e sociais do Brasil, um país emergente do Novo Mundo, comparando com Portugal, um país desenvolvido do Velho Mundo. O IDH brasileiro é de 0,755, segundo dados de 2015 do PNUD, enquanto, o IDH português é de 0,830.

O Brasil venceu Portugal no PIB e na População conforme Quadro 1 abaixo. Já Portugal venceu o Brasil na esperança de vida ao nascer, na média de anos de estudo, nos anos esperados de escolaridade, na RNB per capita, além do IDH. A mais rica ex-colônia portuguesa ainda não melhorou significativamente os padrões de vida da sua população.

Quadro 1. Os Principais Indicadores do Brasil e de Portugal – 2014

País	PIB (US\$ PPC)	População (milhões de hab.)	Esperança de Vida ao Nascer	Média de Anos de Estudo	Anos Esperados de Escolaridade	RNB per capita (US\$ PPC)	IDH
Brasil	US\$ 2,9 trilhões	202,0	74,5 anos	7,7 anos	15,2 anos	15.175	0,755
Portugal	US\$ 267,7 bilhões	10,6	80,9 anos	8,2 anos	16,3 anos	25.757	0,830

Fon te: PNU D, R e l a t ó r i o d o D e s e n v o l v i m e n t o H u m a n o 2 0 1 5 .

No Livro Quinto de **A Riqueza das Nações**, Smith (1983,p.41) expôs que, “ Portugal recebe anualmente do **Brasil** quantidade de ouro superior àquela que pode utilizar em seu comércio interno, seja em forma de moeda ou de baixelas de ouro ou prata”.

Posteriormente, Smith (1983, p. 41) comentou que, “ O Sr. Barette foi informado de que o pacote traz à Inglaterra, uma semana por outra, mais de 50 mil libras de ouro. Essa soma provavelmente foi exagerada. Ela corresponderia provavelmente a mais de 2,6 milhões de libras por ano, o que supera o que o **Brasil** supostamente fornece”.

A Riqueza das Nações tem 241 anos e foi publicada para tocar fogo no mercantilismo e derrubar as medidas extremas de protecionismo . A obra prima de Smith foi publicada 66 anos antes da fundação da Casa da Pólvora, em 1710 , na Parahyba do Norte (atualmente, João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil, com 432 anos). A construção militar portuguesa erguida para proteger a cidade da Capitania de Pernambuco, a maior e mais rica região produtora de açúcar do mundo. A Casa da Pólvora, no início do séc. XVIII, era importante para guardar as armas e a pólvora na defesa das invasões dos navios espanhóis, franceses e holandeses, além de navios piratas. **A Riqueza das Nações** foi fundamental para atacar os pensamentos mercantilistas na segunda metade do séc. XVIII.

Aqui novamente retorna-se a questão em torno das colônias no Novo Mundo, Adam Smith (1983, p. 58) relatou que, “ Depois das colônias dos espanhóis, a dos portugueses no **Brasil** é a mais velha colônia de qualquer nação européia na América. Entretanto, uma vez que durante longo período depois da primeira descoberta não se encontraram no **Brasil** minas de ouro nem de prata, e pelo fato de, em razão disso, ela proporcionar pouca ou nenhuma renda à Coroa, a colônia foi por muito tempo bastante negligenciada; e, durante esse tempo de incúria, ela se desenvolveu, tornando-se uma colônia grande e poderosa. Durante o período em que Portugal estava sob o domínio da Espanha, o **Brasil** foi atacado pelos holandeses, que tomaram posse de sete das catorze províncias em que estava dividido”.

Smith refere-se as 14 Capitânicas Hereditárias entre 1534 e 1536, as duas Capitânicas mais prósperas foram de Pernambuco (doador Duarte Coelho) e de São Vicente (doador Martim Afonso de Souza).

O/A prezado/ a leitor/a já leu **A Riqueza das Nações** ? Com certeza absoluta, no Brasil, encontraremos um exemplar para leitura na biblioteca de uma universidade pública que oferece o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, como também, um exemplar numa faculdade privada que oferece a disciplina de Economia em Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou de outra área. Na Inglaterra e nos EUA, a obra prima de Adam Smith é leitura obrigatória.

Podemos ler, reler e reler **A Riqueza das Nações** , de Adam Smith, nas páginas digitais dos eBook em vários idiomas. Em português, temos dois volumes, e podemos ler os principais benefícios da **mão invisível** , do trabalho produtivo nas muitas escolhas e nos preços baixos dos bens e serviços na economia de mercado.

Café com leitor: a recessão econômica acabou no Brasil

Paulo Galvão Júnior¹²

Na terceira capital mais antiga do Brasil, com 432 anos, se acorda cedo para contemplar os primeiros raios de Sol na América, respirar o ar puro, desfrutar as belezas naturais e tomar uma deliciosa xícara de café.

O Brasil é o país que mais produz e exporta café desde 1860. Mais de 95% das residências brasileiras consomem o café diariamente, por isso, somos a segunda nação que mais consome café no mundo, atrás apenas dos EUA, o país mais rico do planeta. Então, prepare o café, porque como economista paraibano, nos dias de hoje, tenho interesse particular de analisar os principais indicadores da economia brasileira.

Um bom café quente é uma boa hora para ler um artigo sobre o fim da recessão econômica no País. Tudo começou com a queda da taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, de 14,25% ao ano em maio de 2016 caiu para 7,50% ao ano em outubro de 2017. A política monetária expansionista adotada pelo BCB colaborou muito para a caída vertiginosa da taxa oficial de inflação no País.

Com a queda do IPCA anual de 10,67% em dezembro de 2015 para 2,70% em outubro de 2017, segundo o IBGE, colaborou muito para o aumento do consumo das famílias nos dois primeiros trimestres no ano de 2017. Com inflação baixa, maior poder aquisitivo de compra, mais consumo de bens e serviços por parte das famílias, principalmente, mais alimentos, mais bebidas, logo, mais pão, mais arroz, mais feijão, mais água, mais café, mais vinho.

O secular Brasil enfrentou a pior recessão econômica da sua História. Após dois anos de resultados de crescimento econômico negativo, com a taxa de crescimento do PIB brasileiro retraindo em 3,8% em 2015 e em 3,6% em 2016, finalmente, no ano de 2017, a nona economia do mundo voltou a crescer.

Lembrando que o Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos internamente numa determinada região (país, estado ou município) e em determinado período (mensal, trimestral ou anual). O Brasil é uma potência emergente no mundo. O Brasil encontra-se entre os dez países mais ricos do planeta. É um país membro do BRICS, G20, MERCOSUL e UNASUL. No biênio 2015-2016, o PIB brasileiro foi de R\$ 5,9 trilhões e de R\$ 6,2 trilhões, respectivamente, segundo dados do IBGE.

Constatamos o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2017 de 1%, devido, sobretudo, a safra recorde de grãos, 240 milhões de toneladas. O Brasil é uma potência agropecuária, um dos maiores produtores e exportadores de alimentosdo

¹²Economista, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

mundo. Desde o Brasil Colônia, somos o maior produtor e exportador mundial de açúcar oriundo da cana-de-açúcar. O agronegócio representa 48% da exportação brasileira.

Pela ótica das despesas o PIB pode ser também medido pelos economistas, ou seja, $PIB = C + I + G + (X - M)$. A taxa de crescimento do PIB de 0,2% no segundo trimestre do ano foi devido o consumo das famílias que tiveram acesso a 43 bilhões de reais com a liberação do FGTS das contas inativas. Recentemente, o Governo Federal liberou o saque do PIS (setor privado) e do PASEP (setor público) das pessoas a partir de 70 anos de idade, posteriormente, aposentados e aposentadas, injetando cerca de R\$ 16 bilhões na economiabrasileira.

Com o crescimento positivo do PIB no terceiro trimestre, a projeção para a taxa de crescimento do PIB brasileiro é de apenas 0,5% no ano de 2017. A saída do Brasil da recessão econômica (tecnicamente, dois trimestres consecutivos de diminuição do PIB de um país) provocará novas ideias e novos negócios.

Em outubro de 2017, a recuperação econômica era visível nas ruas. Muitos brinquedos foram vendidos no Dia das Crianças e muitos livros foram comprados no Dia dos Professores. Do ponto de vista da demanda agregada, ocorreu um importante crescimento do consumo das famílias, logo, a economia brasileira está entrando nos trilhos da recuperação para chegar à estação da prosperidade e trilhar o caminho para ser a 5ª economia do mundo em 2020.

Viramos a página da recessão na economia brasileira. Segundo a capa da Revista EXAME de 30 de setembro de 2017, a recuperação “Começou”. Para o presidente da Sony Brasil, o japonês Hiroki Chino, “a recuperação já começou”, em entrevista a Revista ISTO É DINHEIRO, em 09 de julho de 2017.

Agora precisamos focar nos principais problemas básicos do Brasil, a educação, a saúde, a segurança, a habitação e o saneamento básico. No País são 23,6 milhões de domicílios que não estão conectados à rede geral de esgotamento sanitário. Infelizmente, o Brasil investe apenas 5,5% do PIB em educação. Infelizmente, os salários dos professores são muito baixos. Na Finlândia, um professor tem salário maior do que um deputado parlamentar! Em Brasília, temos 513 deputados federais com despesa anual de R\$ 1,2bilhão.

Segundo o OIC, a Holanda e a Finlândia são os dois países como maiores consumidores per capita de café do planeta. A Holanda e a Finlândia consome uma média de 2,6 e 1,8 xícaras de café por dia por pessoa, respectivamente. O Brasil consome apenas 0,4 xícara de café por dia por pessoa.

É necessário enfatizar que desde o segundo trimestre de 2014 até o quarto trimestre de 2016 o Brasil esteve em recessão econômica. Foram onze trimestres consecutivos de retração econômica de 8,6% no PIB, de acordo com os dados da FGV.

A recessão profunda provocou 14,2 milhões de desempregados em março de 2017, segundo os dados da PNAD Contínua do IBGE.

Já pelos dados do IBGE, foram oito trimestres (-1,2% no primeiro trimestre de 2015 até -0,5% no quarto trimestre de 2016) de recessão, que gerou 60,1 milhões de inadimplentes em maio de 2017, conforme dados do SPC. No ano de 2016, as famílias empobreceram, mais de 1.000 empresas faliram e mais de 4.000 pediram recuperação judicial, além de muitos divórcios e suicídios.

No Brasil, nos dias de hoje, temos 13,0 milhões de desempregados, sendo 5,4 milhões de jovens desempregados. São jovens que querem trabalhar, procuram emprego, mas não conseguem uma vaga no mercado de trabalho globalizado e cada vez mais competitivo. Por que é tão difícil conseguir emprego numa recessão econômica? Porque na recessão a PEA está com baixo poder aquisitivo, com isso, o consumo das famílias cai muito, diminuindo a oferta de bens e serviços por parte das empresas, pois a produção está com a demanda reprimida, exigindo menos mão de obra.

O salário mínimo atual é de R\$ 937 por mês. A proposta inicial do reajuste anual do salário mínimo era R\$ 979 depois reduzida para R\$ 969 para janeiro de 2018. Agora o Governo Federal baixou para R\$ 965 por mês. Segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário em outubro deveria ser de R\$ 3.754,16, ou seja, quatro vezes mais do que o salário mínimo vigente. Infelizmente, 80% da população brasileira vive com renda inferior a dois salários mínimos.

Enfatizamos que a crise econômica é cíclica. Ela tem início, auge e fim. Atravessamos a pior recessão econômica dos últimos 87 anos. Concordamos com o atual presidente do BNDES, o economista Paulo Rabello de Castro, e com o ex-presidente do BCB, o economista Affonso Celso Pastore, a recessão econômica acabou no Brasil. Agora estamos em uma recuperação lenta e gradual da economia brasileira.

Foram mais de dois anos de encolhimento econômico. Com a retomada da economia, agora precisamos produzir mais, consumir mais, investir mais e exportar mais. Num país com dimensões continentais como o Brasil, necessitamos urgente de mais ferrovias, mais rodovias, mais hidrovias, mais portos, mais aeroportos e mais dutos para transportar as riquezas produzidas.

Precisamos produzir e consumir mais o melhor café do mundo. Em 2016, o Brasil produziu 55 milhões de sacas de café. O café é a terceira bebida mais consumida da Terra, atrás apenas da água e do chá. Portanto, vamos duplicar o consumo de café com leite, café com pão ou café com empadinha.

Revelamos que o melhor café brasileiro é exportado, não é consumido pelas famílias nos lares de 5.570 municípios brasileiros. O café *Made in Brazil* não é da mesma qualidade quando consumido nos lares, como outros produtos como chocolate, manga, milho, sapatos, carros, de ótima qualidade, que são exportados e consumidos no mercado externo. Uma herança negativa do Brasil Colônia.

Um país populoso como Brasil, com mais de 207 milhões de habitantes, precisamos de mais projetos de energia solar, energia eólica, aquicultura, turismo, esporte, cultura, inovação (o Brasil ocupa a 69ª colocação no Índice Global de Inovação), além da indústria 4.0. Temos nove agências reguladoras: ANAC, ANTT, ANATEL, ANVISA, ANP, ANEEL, ANS, ANTAQ e ANA. Precisamos melhorar a gestão das agências reguladoras no País, proteger mais a livre concorrência, além de profissionais criativos e soluções criativas.

É hora de trabalhar mais, estudar mais, ajudar mais, doar mais o seu tempo, o seu dinheiro, as pessoas carentes da 10ª nação mais desigual do planeta. Vamos consumir mais água (vital para o ser humano), além de mais café nos lares, escolas, faculdades, fábricas, escritórios, estimulando o cérebro humano e despertando maior confiança dos consumidores, empresários e investidores com a provável chegada da prosperidade econômica.

Não se pode aceitar calado os gastos públicos exorbitantes, os gastos do governo desnecessários, a dívida pública é muito elevada no Brasil, nos dias de hoje, é de mais de quatro trilhões de reais. A dívida pública líquida é de 60% do PIB brasileiro. O Brasil gasta muito e gasta mal. Temos muitas obras públicas inacabadas nas 27 Unidades da Federação. A despesa primária do Governo Federal cresceu de 14% do PIB em 1997 para 19% do PIB em 2016.

Não se pode ficar calado diante de uma carga tributária de 32,7% do PIB no ano de 2016. É muito importante a redução do número de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) no Brasil. Nos dias atuais, são 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria) e péssimos serviços públicos básicos no País. A carga tributária brasileira é de 54% no consumo. O brasileiro paga 16,52% no cafezinho e 37,44% na garrafa de água mineral.

A prioridade na educação de qualidade é o melhor caminho para o desenvolvimento humano muito elevado nas próximas décadas. O IDH do Brasil é de 0,754 e encontra-se em 79º lugar no ranking mundial de 188 países, de acordo com os dados de 2015 do PNUD. No Brasil, 54,73% dos alunos de escolas públicas com oito anos ou mais de idade têm um nível de leitura insuficiente, segundo dados recentes do INEP.

A educação de qualidade é o melhor caminho para o Brasil aumentar o PIB, melhorar o IDH e reduzir o Índice de Gini. Desde o Brasil Colônia não ocorre grandes investimentos em educação e em biblioteca. Quantos mais livros, mais eBooks, você ler, reler e reler, maior será seu conhecimento, sua capacidade de compreensão, sua concentração, sua criatividade numa economia globalizada, por isso, não perca tempo, frequente as bibliotecas privadas e públicas da sua cidade. O ouro do século XXI é o conhecimento.

Saímos do processo recessivo, mas o Brasil ainda ostenta níveis de educação bem abaixo de outros países sul-americanos. Temos a pior média de anos de estudo da

América do Sul, com 7,8 anos, conforme dados de 2015 do PNUD. Não ocorre a prosperidade econômica com mais qualidade de vida, com redução da desigualdade, sem investimentos em educação de qualidade. A igualdade de oportunidades é fundamental para o crescimento econômico.

O Brasil sofreu com os impactos da Primeira Revolução Industrial (1750), da Segunda Revolução Industrial (1913) e da Terceira Revolução Industrial (1969). O Brasil de 1986 a 1994 teve sete planos econômicos, Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Collor II e Plano Real, e a economia brasileira foi caracterizada por elevadas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento econômico. É fundamental revelar que com grandes investimentos em capital humano será a melhor saída macroeconômica para o Brasil ingressar no seleto grupo dos países desenvolvidos e posteriormente, na Quarta Revolução Industrial.

Uma utopia social verde e amarela, nos dias atuais, sonhamos com o fim do analfabetismo (hoje, 12 milhões de analfabetos, ou seja, quatro vezes a população do vizinho Uruguai, com mais de três milhões de habitantes), do trabalho infantil, do abuso sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes, além do fim do uso de drogas lícitas e ilícitas entre menores de 18 anos. Segundo o UNICEF, entre os 10 países onde mais se matam crianças e adolescentes no mundo, o Brasil encontra-se em 7º lugar com 59 mortes para cada 100.000 crianças e adolescentes masculinos de 10 a 19 anos.

Recentemente, a conta de energia elétrica subiu 42,8%, o botijão de gás de cozinha aumentou 4,5% e um litro de gasolina aumenta toda semana. Quantos brasileiros pobres voltarão a cozinhar feijão, arroz e a preparar o café com fogo a lenha? Temos muitos desafios no país tão lindo, tão tropical, tão rico, mas tão desigual, tão violento, tão corrupto! Com a corrupção sistêmica num Estado forte, o tempo todo, foi desviado mais de R\$ 20 bilhões dos cofres públicos.

Os dados positivos são incontestáveis. As reservas internacionais são de US\$ 382 bilhões. A economia brasileira tem uma trajetória de juros baixos, inflação baixa, PIB em expansão, IBOVESPA em alta, sucessivos superávits comerciais, maior consumo das famílias, queda das taxas de juros bancárias, aumento do uso de terras agricultáveis no 5º maior país do mundo. Enfim, precisamos vivenciar uma onda de otimismo verde e amarela. Queremos um crescimento econômico sólido, virtuoso e sustentável na República Federativa do Brasil nos próximos anos.

O Papel do CMDCA-JP na Primeira Infância

Paulo Galvão Júnior¹³

O Conselho Municipal dos Direitos da **Criança** e do Adolescente de João Pessoa (CMDCA-JP) apresentou os seus principais avanços nos últimos doze meses: I. Primeiro Conselho Consultivo de **Crianças** e Adolescentes no Brasil; II. Campanha de Doação ao Fundo Municipal dos Direitos da **Criança** e do Adolescente (FMDCA); III. Aprovação do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas (SINASE); IV. Participação do Programa Família Acolhedora; V. Efetiva Participação nas comemorações alusivas aos 27 anos do Estatuto da **Criança** e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.609 de 13 de julho de 1990; VI. Aprovação do Edital Número 01/2017 para projetos com os recursos do FMDCA.

O CMDCA-JP é um órgão paritário, deliberativo e responsável pelas políticas públicas de defesa de direitos da **criança** e do adolescente no município de João Pessoa. Na capital do estado da Paraíba estima-se nos dias de hoje em 230 mil **crianças** e adolescentes. O CMDCA-JP é um órgão para formular, deliberar e monitorar políticas públicas relativas às **crianças** (de 0 a 12 anos incompletos) e os adolescentes (de 12 anos completos a 18 anos incompletos) no município.

O CMDCA-JP é formado, paritariamente, por 14 conselheiros de direitos, sendo sete conselheiros governamentais e sete conselheiros da sociedade civil. Os conselheiros governamentais são indicados pela PMJP, através de suas respectivas secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), Secretaria Municipal de Educação (Sedec), Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (Sejer), Secretaria Municipal de Turismo (Setur), Secretaria Municipal de Saúde (Sms), Secretaria de Transparência (Setransp) e Gabinete do Prefeito.

Temos sete conselheiros da sociedade civil: Casa Pequeno Davi, ARCA, Instituto dos Cegos da Paraíba, Associação Pestalozzi da Paraíba, Aldeias Infantis SOS, Casa de Cultura IAO e Comunidade Doce Mãe de Deus. São eleitos diretamente por dois anos de mandato. No CMDCA-JP temos mais de 60 entidades não governamentais registradas.

No ECA, conforme o Artigo 90, parágrafo 1º, “Toda instituição que desenvolve trabalho com **crianças** e adolescentes deve efetuar seu registro de inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento junto ao CMDCA”. O CMDCA-JP está localizado na Rua Augusto dos Anjos, 56, Centro, e conta com sua equipe de trabalho composta por secretário executivo, assessor jurídico, assistente social, psicóloga, pedagoga e assistente administrativo.

A função de um conselho de direitos é voluntária e constitui serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário, em consonância com o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988. O conselheiro de direito tem o papel de divulgar e

¹³Economista, Professor de Economia e atual Coordenador do CMDCA-JP.

defender os 267 artigos do Estatuto da **Criança** e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 promulgada no dia 13 de julho de 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

O ECA já completou 27 anos no Brasil e explicita a implementação da proteção integral de **crianças** e adolescentes no País. Com a Campanha de Doação ao FMDCA intitulada “Seu Imposto de Renda pode render Sorrisos”, o FMDCA cresceu 309,33% após os efeitos da maior crise econômica do Brasil nos últimos 87 anos.

O Conselho Consultivo de **Crianças** e Adolescentes de João Pessoa é formado por 40 membros, **crianças** e adolescentes, que tomaram posse no auditório Celso Furtado no dia 10 de agosto de 2017 numa linda e comovente cerimônia liderada pelo CMDCA-JP.

O CMDCA-JP tem conhecimento que a Primeira Infância (de 0 a 6 anos de idade) é fator chave para: I. Redução da Pobreza; II. Redução da Desigualdade; III. Redução da Criminalidade; IV. Promoção da Cidadania; V. Avanço do Capital Humano; VI. Aumento do Crescimento Econômico.

O CMDCA-JP tem conhecimento da importância da Primeira Infância e divulgou o Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 08 de outubro de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à **criança**, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O CMDCA-JP tem conhecimento também da relevância da Primeira Infância e divulgou os Artigos 3º e 7º do ECA, Lei Federal nº 8.069, promulgada pelo então presidente Fernando Collor de Mello:

Art. 3º. **A criança** e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 7º. **A criança** e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

A capital da Paraíba tem nos dias atuais 811.598 habitantes, sendo o município mais populoso, mais rico e com mais alto IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do estado. João Pessoa está localizada na Mesoregião da Mata Paraibana e na Microrregião de João Pessoa. É o principal centro urbano, financeiro e econômico da

Paraíba. O Censo Demográfico de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou João Pessoa com 723.515 habitantes, sendo 222.270 **crianças** e adolescentes:

Quadro 1. População de **Crianças** e Adolescentes em João Pessoa - 2010

Faixa Etária	População Total (número de habitantes)	Participação de Crianças e Adolescentes em João Pessoa
Menos de 1 ano	10.332	4,65%
De 1 a 4 anos	39.962	17,98%
De 5 a 9 anos	52.412	23,58%
De 10 a 14 anos	57.450	25,85%
De 15 a 18 anos	62.114	27,94%
Total	222.270	100%
João Pessoa	723.515	30,72%

Fonte: IBGE (2010)

A Primeira Infância é a fase da gestação até os seis anos de idade. O CMDCA-JP tem o papel de conscientizar os agentes sociais sobre a importância da Primeira Infância e da Lei nº 13.257/2016. O CMDCA-JP promoverá políticas públicas e apoiará projetos de ONG (Organização Não Governamental) sobre a Primeira Infância.

Segundo o professor emérito da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2000, o economista americano James Heckman (2017, p.14), “Países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados, maiores taxas de gravidez na adolescência e de evasão no ensino médio e níveis menores de produtividade no mercado de trabalho, o que é fatal”.

Quadro 2. Número de CREIS da Rede Municipal de João Pessoa

Nº de unidades existentes 2012	Nº de unidades municipalizadas 2013 e 2014	Nº de unidades construídas 2013 a 2017
43	27	15

Fonte: SEDEC

O CREI (Centro de Referência em Educação Infantil) é muito importante na Primeira Infância. Na cidade de João Pessoa, temos 85 CREIs que atendem **crianças** de seis meses até cinco anos de idade, em tempo integral, com professores e computadores, de segunda a sexta-feira. Em 2012 ocorreram 4.000 matrículas aumentando para 13.000 matrículas em 2017, ou seja, um crescimento de 225% nos últimos cinco anos.

No Berçário constatamos que em 2012 ocorreram 215 matrículas aumentando para 1.700 matrículas em 2017, ou seja, um crescimento de 690,69% em cinco anos. Muitas ações da Educação Infantil ocorreram no município de João Pessoa, tais como:

1. Construção de novos CREIS com berçários e equipados; 2. Atividades pedagógicas planejadas; 3. Garantia de cinco refeições diárias e em algumas com modalidade self service; 4. Encontros de formação; 5. Seminário de Educação Infantil – 2017; 6. Educação infantil em mostra; 7. Reunião com as famílias.

No ECA encontramos o papel dos conselho tutelar conforme o Art. 131, “Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das **crianças** e dos adolescentes” em todo o País. Em João Pessoa temos sete conselhos tutelares: Conselho Tutelar Região Sul, Conselho Tutelar Região Mangabeira, Conselho Tutelar Região Valentina Figueiredo, Conselho Tutelar Região Cristo Redentor, Conselho Tutelar Região Sudeste, Conselho Região Norte e Conselho Tutelar Região Praia.

São 35 conselheiros tutelares na atribuição de zelar pelo cumprimento dos direitos das **crianças** e dos adolescentes de João Pessoa, conforme os 267 artigos do ECA. Cada Conselho Tutelar da capital paraibana tem cinco conselheiros tutelares no trabalho eficiente e eficaz de atender **crianças** e adolescentes.

Quadro 3. Distribuição por números de atendimentos nos Conselhos Tutelares - 2016

Conselho Tutelar	Total	Participação
CT Sul	2.054	23,89%
CT Mangabeira	1.589	18,49%
CT Valentina	1.393	16,20%
CT Cristo	1.250	14,54%
CT Sudeste	985	11,46%
CT Norte	908	10,56%
CT Praia	417	4,86%
TOTAL	8.596	100%

Fonte: SEDES

O conselheiro tutelar é um grande ator que está vinculado aos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos de **Crianças** e de Adolescentes (Defesa, Promoção e Controle). O conselheiro tutelar trabalha diariamente no enfrentamento à violação de direitos ou indícios e possibilidades de violação, e age para cessá-la ou eliminá-la o mais breve possível.

Quadro 4. Distribuição por Natureza da Violação de Direitos nos Sete Conselhos Tutelares de João Pessoa em 2016

Conselho Tutelar	Abandono	Negligência	Violência Física	Violê. Psicol.	Violê. Sexual	Situação de Rua	Vulner. Social	Ameaça a Vida	Conflito Familiar	Conflito Escolar
CT Mangabeira	06	74	06	06	12	02	06	05	451	00
CT Sul	75	292	75	58	25	10	10	12	720	00
CT Sudeste	08	150	00	107	11	00	164	00	105	00
CT Norte	01	103	00	10	31	05	00	00	49	00
CT Praia	04	21	02		06	00	05	01	152	15
CT Valentina	01	82	18	06	12	00	18	10	223	00
CT Cristo	40	50	31	50	08	07	50	05	110	00
Total	135	772	132	237	105	24	253	33	1.810	15
Conselho Tutelar	Bullying	Maus Tratos	Aliciamento	Trabalho Infantil	Alienação Parental	Desaparecimento	Pedofilia	Drogas	Outros	
CT Mangabeira	00	03	00	03	05	02	00	05	36	
CT Sul	00	160	05	10	15	08	05	15	00	
CT Sudeste	00	00	00	01	00	00	00	00	00	
CT Norte	00	03	00	00	01	00	00	00	00	
CT Praia	02	02	00	01	02	02	00	00	00	
CT Valentina	00	11	01	04	01	05	00	00	02	
CT Cristo	00	00	00	07	04	01	00	05	00	
Total	02	179	06	26	34	18	05	25	38	

Fonte: SEDES

Analisando os dados da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social) no ano de 2016 se podem constar que o Conflito Familiar lidera com 1.810 violações de

direitos, portanto, muitas famílias nos 64 bairros e comunidades de João Pessoa não estão amando, protegendo, cuidando, respeitando ou brincando com suas lindas **crianças**.

No Artigo 16 do ECA destaca que “o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:” entre eles, o Inciso IV – “brincar, praticar esportes e divertir-se”. As **crianças** em João Pessoa precisam brincar mais, ganhar mais presentes e brincar entre elas nos parques, nas praças, nas praias, nos CREIs, nos CTs, e sobretudo, brincar com os pais em seus lares.

De acordo com a Dra. Patrícia Kuhl da Universidade de Washington, “Não se importe em dar ao seu filho brinquedos caros e tecnológicos. Você é a coisa mais importante na vida da **criança**. Esse vínculo que você constrói com seu filho faz toda diferença do mundo”.

O SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos(PAEFI).

O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nos Centros de Convivência. O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, concedido através do Balcão de Direitos e CRAS.

O auxílio natalidade em bens de consumo consiste no enxoval para o recém-nascido, incluindo 27 itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene; observada a qualidade que garanta a atenção necessária ao bebê e será concedido à gestante que atenda ao perfil estabelecido. De janeiro de 2013 até dezembro de 2017, foram beneficiadas com o auxílio natalidade por volta de 4.000 famílias carentes.

Necessitamos de um olhar especial para a Primeira Infância na terceira capital mais antiga do Brasil, com 432 anos, um olhar para o futuro melhor para as **crianças**

que residem na capital paraibana, sobretudo, as **crianças** com alta vulnerabilidade social.

Temos várias Comissões no CMDCA-JP: Comissão de Comunicação, Comissão de Orçamento, Comissão de Registro e Acompanhamento, Comissão de Sindicância, e Comissão de Elaboração e Monitoramento dos Planos. Uma das comissões mais atuantes é a Comissão de Orçamento, que assessorar o CMDCA-JP na elaboração e acompanhamento de editais e na política de captação, aplicação e fiscalização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da **Criança** e do Adolescente(FMDCA).

O FMDCA de João Pessoa vem crescendo ao longo dos anos. O objetivo principal é fortalecer as Políticas Públicas a partir de financiamento de projetos executados por entidades não governamentais e governamentais, regularmente registradas no CMDCA-JP.

Já lançamos o Edital nº 01/2017 e as entidades registradas no CMDCA-JP podem concorrer a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). As inscrições começaram em 01 de novembro e finalizam em 31 de novembro de 2017. Estes recursos do FMDCA colaboram com o aumento do PIB pessoense, com aumento do IDHM e com a redução do Índice de Gini na capitalparaibana.

Nós, conselheiros e conselheiras governamentais e da sociedade civil do CMDCA-JP, temos um olhar especial para a Primeira Infância. Com entusiasmo iremos elaborar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de João Pessoa no ano de 2018. Para isso, são necessários diálogos com as **crianças**, seminários sobre a Primeira Infância, audiências públicas na Câmara Municipal de Vereadores, debates nos Conselhos Tutelares e nos IES (Institutos de Ensino Superior), além de reuniões, palestras e parcerias com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), o Ministério Público, a Delegacia de Proteção à **Criança** e ao Adolescente, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, a Primeira Vara da Infância e da Juventude e a Rede de Proteção à Primeira Infância.

Segundo o professor americano Jack Shonkoff da Universidade de Harvard, “A razão pela qual a Primeira Infância é tão importante é porque as bases para uma vida de aprendizagem e de comportamento, de saúde física e mental, as bases de todas essas áreas são estabelecidas nos primeiros anos da infância”.

Nós, do CMDCA-JP, estamos aptos e dispostos a trabalhar, nosso trabalho é voluntário, nossa dedicação é deliberar políticas públicas com vistas às garantias dos direitos humanos de mais de 50 mil **crianças** de João Pessoa, de acordo com o Plano Nacional pela Primeira Infância de dezembro de 2010.

Enfim, “Investir na infância é responder ao presente, e simultaneamente, lançar as bases do futuro”.

Uma Breve Análise do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil

Diana Bento de Souza¹⁴

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior¹⁵

Resumo: A breve análise do Índice de Desenvolvimento Humano estudado no presente artigo teve como base dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para 2010. Neste período, não é difícil se verificar que o país estava em uma fase de crescimento econômico, refletido pelo desempenho do seu PIB, colocando-o como a 8ª economia mundial. Porém, esse crescimento econômico não refletiu na sociedade, quando se analisa as melhorias nas condições de vida da população dos estados brasileiros. A partir da análise do IDH do Brasil, foi possível avaliar as características do IDH dos estados que compõem as cinco regiões do País, e este estudo de caso foi desenvolvido com base nos dados apresentados pelo IBGE.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Qualidade de Vida, Economia.

Abstract: The brief analysis of the Human Development Index studied in this article was based on data released by the United Nations Development Programme for 2010. In this period, it is not difficult to verify that the country was in a phase of economic growth, reflected by the performance of its GDP, making it the 8th world economy. However, this economic growth did not reflect in society, when we analyze the improvements in the living conditions of the population of the Brazilian states. Based on the analysis of the HDI of Brazil, it was possible to evaluate the characteristics of the HDI of the states that make up the five regions of the Country, and this case study was developed based on the data presented by IBGE.

Keywords: Human Development, Quality of life, Economy.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que um país deve se manter em constante evolução, em todos os sentidos, desde a saúde de sua população, sua educação, sua renda, entre outros indicadores, de modo a que se possa avaliar a forma como a população enfrenta as dificuldades que são cotidianas, mas por outro lado tenha qualidade de vida. Com o intuito de fazer um breve estudo a respeito do comportamento de alguns indicadores, a proposta deste trabalho de conclusão de curso é a elaboração de um estudo de caso envolvendo aquilo que é considerado o mais importante índice de avaliação do crescimento ou declínio de uma determinada região (país, estado ou município), que é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

¹⁴Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no IESP Faculdades. E-mail:

dianabento_@hotmail.com¹⁵Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional.

Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis na disciplina de Economia. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

Este índice foi criado na década de 90 com o intuito de medir o desenvolvimento a partir do comportamento da saúde, da educação e da renda da população. Para tanto, este artigo irá abordar os dados das pesquisas que envolvem o assunto e suas principais características. Pretende-se demonstrar que o termo “desenvolvimento humano” é definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidade e oportunidade para ser aquilo que desejam ser.

De acordo com o economista indiano e Prêmio Nobel de Economia de 1988, Sen (2000, p.17), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Posteriormente, Sen (2000, p.58) ressalta que “o ‘desenvolvimento humano’ como frequentemente é chamado o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana”. E Kieling (2014, p.14) que afirma que:

O conceito de desenvolvimento humano sustenta que é preciso perseguir o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. Essa orientação teve como consequência à criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que visa medir o desenvolvimento a partir da realização de três dimensões: longevidade, saúde e renda.

O IDH surgiu no ano de 1990 e foi idealizado por dois economistas asiáticos, o paquistanês Mahbub ul Haq e o indiano Amartya Sen. O IDH vem sendo aplicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1990, por meio da publicação anual do seu Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.

O IDH é calculado a partir de três indicadores: Renda, Educação e Saúde. O IDH no Brasil foi inicialmente calculado pelo PNUD Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, essas instituições foram desafiadas a adaptar metodologias que proporcionasse resultados que pudesse ser objeto de análise e tomada de decisões que permita visualizar a situação da região estudada. Assim, a pesquisa objetiva levantar o quadro atual em que se encontram os estados da federação procurando responder a seguinte questão: **Como se refletiu o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, no ano de 2010?** Este artigo busca respostas para esta pergunta tentando contribuir para uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento humano em um país emergente.

Desta forma, objetiva-se analisar o IDH no Brasil no ano de 2010, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica documental, em artigos, revistas, livros e

plataformas digitais. Esta análise exigirá que se verifique o desenvolvimento humano, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano, no cenário nacional. Portanto, analisar os principais indicadores do IDH nas cinco regiões e nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal (DF) e em seguida, passamos a discutir a teoria sobre o desenvolvimento humano.

É válido destacar que discutir a temática da evolução do IDH no Brasil requer conhecimento prévio em termos econômicos e políticos, capazes de nos possibilitar uma coerência para esta reflexão que se faz singular e emergente, principalmente no que concerne as Ciências Sociais Aplicadas. Ou seja, a constituição deste trabalho possibilita um conhecimento complementar para o campo das Ciências Contábeis, uma vez que contempla para além do universo financeiro, a questão socioeconômica de um país, estando ele, em crise ou não, que afeta a qualidade de vida da população. Todavia, ressaltamos a sua singularidade, uma vez que encontramos poucas produções acadêmicas com este teor, o que o torna a pesquisa lenta no tempo em razão das dificuldades de se obter informações desses índices dos estados a partir de 2011, até os dias atuais, fez com que fosse tomado o ano de 2010 como base para o trabalho.

Neste sentido, para alcançar nossos objetivos pode se adotar enquanto caminho metodológico a pesquisa bibliográfica inicialmente, com o intuito de se ter embasamento teórico para tal investidura. Em seguida, é necessário o uso do método de pesquisa quantitativo e qualitativo, os quais nos possibilitarão a composição de um banco de dados, análises e resultados. O artigo será composto por cinco partes, inicialmente a introdução, em seguida, a busca da origem do termo “desenvolvimento”, terceiro uma análise sobre o que significa desenvolvimento humano, posteriormente, faremos uma apreciação dos indicadores do Brasil, em todas as cinco regiões brasileiras, além de uma visualização do *ranking* dos estados dentro de suas regiões e Brasil, para finalmente, ser apresentado às considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1 As Origens do Termo “Desenvolvimento”

Conhecer uma palavra desde seu surgimento pode nos trazer grandes vantagens sobre o que a mesma engloba na sociedade, algumas perguntas são possíveis responder a partir do conhecimento da palavra, como por exemplo: Qual significado

desenvolvimento tem perante a sociedade? Para a Contabilidade o que esse termo significa? Segundo Santos, et al. (2012, p.45-46) “A primeira ideia que podemos ter é que **desenvolvimento** pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo*, e tem subjacente a ideia de progresso”.

O vocábulo surgiu junto com a ideia da evolução biológica dos seres vivos que Charles Darwin propagava, e então, tornou-se algo que se assemelhava a evolução. Logo depois do século XVII a palavra passou a tomar um rumo social, voltado para a vida na sociedade, envolvendo assuntos da população como salienta o autor Santos, et al (2012,p.46):

[...] desenvolvimento adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça “evoluir” a sociedade para um estado superior [...].

O autor afirma que a partir da etimologia da palavra a sociedade passou a fazer ações afim de evoluir e se tornar desenvolvida, logo a expressão passou a estar em vários âmbitos da sociedade, como por exemplo, no social econômico.

2.1.1 O Desenvolvimento voltado para a Economia e a Contabilidade

A partir da implantação da palavra **desenvolvimento** a sociedade buscou evoluir da melhor forma, a cada dia, principalmente quando falamos no âmbito da Economia. Economicamente falando, os países e sua população passaram a buscar uma ascensão econômica de forma intensa.

O economista escocês Adam Smith em A Riqueza das Nações, de 1776, pregava que a sociedade só conseguiria evoluir, a partir do momento em que a sua população evoluísse, ele acredita que o homem é um grande provedor do corpo social, ou seja, o ser humano é capaz de produzir a riqueza que irá fazer sua cidade, país e região se desenvolver.

Em meio a várias teses que relacionam o desenvolvimento a Economia e a Contabilidade, encontramos autores que acreditam que a riqueza, e conseqüentemente, a evolução não está em salários, e sim, no que podemos investir com nossa remuneração, provento este que só serviria como pagamento de despesas e nada mais.

Quando falamos em números, não podemos deixar de mencionar o economista alemão Karl Marx, em sua obra intitulada Contribuição à Crítica da Economia Política. O mesmo acreditava que o “ser” só poderia evoluir/desenvolver economicamente a partir do instante em que conseguisse acumular riquezas, como ressalta Santos, et al (2012, p.48):

Para Marx, o surgimento de uma economia moderna ou industrial é precedido de um período denominado de “acumulação primitiva de capital”, que possibilita algumas nações acumular certo volume de capital e conseqüentemente financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico.

Compartilhamos com os autores quando pontuam que o desenvolvimento da renda só irá acontecer se houver a evolução industrial e moderna, e para que isso ocorra previamente terá que existir um acúmulo de riquezas que custeará a mesma.

A partir do progresso ou não da renda, a Contabilidade certamente contribuirá para avaliar a evolução do crescimento esperado das empresas que certamente refletirá no desenvolvimento que se procura. De acordo com Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de Resolução CFC nº 1.003/04, em 2004 foi aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15 que explana sobre a natureza social e ambiental. Segundo Trindade e Brondani (2005,p.234):

Um dos itens de maior relevância é sem dúvida alguma as condições dos recursos humanos nas organizações, que dentre outros aspectos a demonstração acima referida deverá informar a remuneração concedida aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, bem como gastos.

Logo, a Contabilidade passa a seguir a mesma métrica de Adam Smith, o Pai da Economia moderna, avaliando primeiramente a situação do indivíduo, no caso, acreditasse então que se os funcionários, por trás da empresa assistida tem um bom rendimento à situação empresarial também irá evoluir e gerando lucro. Com a geração da riqueza, na Contabilidade atual usa-se os termos Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Contabilidade Ambiental nas empresas.

3 CONCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Não são poucas as definições e discussões em torno do desenvolvimento humano. Inicialmente trataremos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano. Sim,

iremos abordar as teorias que cercam o termo “desenvolvimento humano”. A forma de pensar o desenvolvimento tem seguido uma constante evolução, segundo Kieling (2014, p.17) logo nos primórdios a palavra indicava índice de evolução econômica, e perdurou por várias décadas sendo sinônimo do crescimento da economia, haja vista que, apenas o Produto Interno Bruto (PIB) era utilizado para medir a renda *per capita* como explana Kieling (2014,p.18):

Foram necessárias três décadas de intensos debates para se entender o crescimento econômico como um meio para atingir o desenvolvimento, e não como sinônimos. Foi o processo de descolonização e a ambição de ajudar a construção dos novos países independentes que levou a então recém criada Organização das Nações Unidas a assumir o desenvolvimento como o principal objetivo de seus integrantes.

Compreende-se então que depois de longos anos de discussão e reflexão sobre o termo em questão, os valores econômicos passaram a ser apenas mais um objeto de medição do IDH, deixando de ser sinônimo.

É preciso revelar que tratando os indicadores extremamente importantes para apontar o desenvolvimento humano como muito elevado, elevado, médio ou baixo de cada região, esses indicadores que avaliarão a longevidade, o nível de educação e o nível de renda, uma vez que se constituirão em base analítica deste estudo, tomando como base o ano de 2010, abrangendo os 26 estados e o Distrito Federal, para no final poder fazer uma breve análise em relação do IDH do Brasil.

O IDH é mensurado pelo PNUD e divulgado anualmente no Relatório de Desenvolvimento Humano, no qual constam os resultados dos países de cinco continentes do planeta: América, África, Ásia, Europa e Oceania. A América tem três subcontinentes: América do Norte, América Central e América do Sul, todavia o desenvolvimento se configura como um processo positivo de mudanças favoráveis quantitativas e qualitativas. Nessa concepção, o Brasil é o maior, mais rico e mais populoso país sul-americano.

O Brasil é o quinto país mais populoso do planeta, o quinto mais extenso do mundo e tem a maior floresta tropical da Terra. O Brasil é uma economia de mercado, é um país membro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas a qualidade de vida da sua população é inferior a países caribenhos como Bahamas e Barbados, além dos países sul-americanos como Argentina e Chile.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2016 (PNUD, 2016), os países ou áreas relacionadas pelo IDH são classificados em quatro categorias: IDH baixo, IDH médio, IDH alto e IDH muito alto. O IDH (em inglês *Human Development Index – HDI*) varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Sendo os países classificados de acordo com o Quadro 01 a seguir.

Quadro 01. Classificação Atual do IDH pelo PNUD.

Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo – país de desenvolvimento baixo; (subdesenvolvido);
Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio – país de desenvolvimento médio; (em desenvolvimento);
Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado alto – país de desenvolvimento alto; (em desenvolvimento);
Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito alto – país desenvolvimento muito elevado; (desenvolvido).

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

Ao avaliar o PNUD (2016, p.230) da Noruega e da República Centro-Africana, por exemplo, observar-se que a Noruega, apresenta um IDH acima de 0,900 em 2015, o que mostra um país de nível desenvolvimento humano muito elevado. Já a República Centro-Africana, neste mesmo documento se encontra em situação delicada quando falamos no termo “desenvolvimento humano” tendo em vista que, seus números do índice de desenvolvimento se enquadra no nível abaixo de 0,499, caracterizando-se como um país subdesenvolvido. Entretanto, este estudo tem como objeto e espaço, o IDH no Brasil.

3.1 Critérios para Avaliar o IDH

São analisados três pontos prévios para que exista o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, que são: a expectativa de vida, o nível de escolaridade e a renda do indivíduo. Esta análise é feita da seguinte forma: A expectativa de vida ao nascer é avaliada através do número de que se calcula que um recém-nascido pode viver de acordo com as taxas de mortalidade registradas da população residente, no ano de seu nascimento, permaneçam as mesmas ao longo de sua vida, onde reflete os fatores

como saúde, educação, situação socioeconômica, criminalidade, poluição, entre outros, que são determinantes para uma vida longa.

O Índice da Educação é avaliado através de dois indicadores: primeiro, a média de anos de estudos, isto é, número médio de anos de educação recebidos por pessoas entre 25 anos ou mais de idade; segundo, anos esperado de escolaridade: número de anos de escolaridade que uma criança de idade escolar pode esperar receber se os padrões de taxas de matrícula persistir por toda a vida.

Já Renda é calculada tendo como base a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* dos países. Como existe diferença entre o custo de vida de um país para o outro, a renda é medida em dólar americano Paridade do Poder de Compra (PPC), que elimina essas diferenças. Os indicadores passam por mudanças, as sugestões feitas por críticos e o surgimento de novos dados são alguns dos fatores de adaptação. Apesar dos avanços das nações avaliadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as disparidades entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento são gritantes, de acordo com a revista Veja (2009), “Não existe diferença no cálculo, apenas nos dados utilizados na operação. No caso do Brasil, os dados são censitários”.

Esse critério serve para informar governos e sociedades sobre suas importâncias para o desenvolvimento humano. Procura-se ser prático para gerar informações que possam ser transformadas em políticas sociais ou apropriadas por agentes sociais. A Figura 01 a seguir mostra de forma sintética, os elementos que constroem o IDH de forma geral.

Figura 01. Elementos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano.



Fonte: Figura elaborada pelos autores, baseado no PNUD, Cabedelo 2017.

Observar-se pela Figura 01 os fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, uma avaliação da realidade da vida em sociedade, determinante para avaliar algumas teorias sobre o desenvolvimento humano de uma população.

O IDH é um índice utilizado nas instituições públicas e privadas, com a finalidade de estudar e analisar a qualidade de vida da população de um país, com objetivo explícito desviar o foco do crescimento econômico e da Contabilidade Nacional para políticas centradas em pessoas, ou seja, menos PIB, mais IDH. No caso, do Brasil, um país emergente, é preciso entender, compreender e pesquisar os mecanismos exigidos para a composição deste índice de modo a que a sociedade possa nos próximos anos, ter uma situação em que a expectativa de vida se iguale aos países com IDH muito elevado.

3.1.1 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano

Todos os índices vivem em constante mudança, logo, com o IDH não seria diferente, foi criado e lançado em 1990, pelos economistas Haq e Sen, onde passou por momentos de atualizações, constituído em três etapas como bem salienta Dalberto, et al (2013, p.3):

Assim, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (1990), o Índice de Desenvolvimento Humano era construído em três etapas. O primeiro passo consistia em definir as medidas de privação que um país sofre em relação a cada uma das três variáveis básicas – expectativa de vida (1), escolaridade (2) e o logaritmo do PIB real *per capita* (3). Os valores máximos e mínimos eram determinados para cada um dos três parâmetros e a medida de privação de um país consistia na diferença entre tais valores extremos, limitados em uma amplitude de 0 e 1. Deste modo, o indicador era o indicador de privação do país em relação à variável.

Segundo esta mesma métrica exposta por Dalberto, et al (2013, p.3), se pode considerar que o IDH avalia algumas bases que cercam a família, porém para Organização das Nações Unidas (ONU), esse método ainda deixa bastante a desejar. “[...] a ONU reconhece que o ideal seria refletir todos os aspectos da vida humana” (OLIVEIRA, 2003, p.03).

Porém, os índices avaliados pelo IDH são de grande importância, considerando-se que grande parte das nações dependem da saúde, renda e educação. De acordo com o PNUD, em novembro de 2010, a ONU passou a utilizar um novo método de cálculo do IDH. Os três índices seguintes são utilizados:

$$\text{- Expectativa de vida ao nascer (EV)} = \frac{EV - 20}{83,2 - 20}$$

$$\text{- Índice de educação (EI)} = \frac{\sqrt{IAME \times IAEE} - 0}{0,951 - 0}$$

$$\text{- Índice de Anos Médios de Estudo (IAME)} = \frac{AME - 0}{13,2 - 0}$$

$$\text{- Índice de Anos Esperados de Escolaridade (IAEE)} = \frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$$

$$\text{- Índice de Renda (IR)} = \frac{\ln(Rendapc) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)}$$

Depois de analisarmos os três índices que compõem o IDH, podemos calcular o mesmo, utilizando a seguinte forma geométrica: $IDH = \sqrt[3]{EV \times EI \times IR}$

Não estamos aprofundando matematicamente, mas sim esclarecendo as fórmulas de cada indicador que compõe o IDH, conforme conceitos do PNUD (2016):

1. **Expectativa de vida ao nascer:** É o número de anos que se calcula que um recém-nascido pode viver caso as taxas de mortalidade registradas da população residente, no ano de seu nascimento, permaneçam as mesmas no longo de sua vida;
2. **Média de anos de escolaridade:** número médio de anos de educação recebidos por pessoas entre 25 anos ou mais de idade;
3. **Anos esperados de escolaridade:** número de anos de escolaridade que uma criança de idade escolar pode esperar receber se os padrões de taxa de matrícula persistir por toda a vida;
4. **Renda Nacional Bruta (RNB) per capita:** Renda agregada da economia gerada pela sua produção e sua propriedade de fatores de produção (FP), menos os rendimentos pagos pela utilização de FP do resto do mundo, convertidos para dólares internacionais PPC, dividido pela população total.

Através da média geométrica desses indicadores encontramos o IDH de cada país.

4 ANÁLISES DO IDHBRASILEIRO

Para ter uma compreensão do IDH do Brasil é necessário que se tenha uma visão do país quando se compara com os dez mais ricos do mundo. Observa-se, portanto, que um dos principais indicadores econômicos, em de 2010, o PIB, mostra o Brasil como a oitava economia do mundo, com um PIB de US\$ 2,023 trilhões, segundo publicação do Fundo Monetário Internacional (FMI), a frente do Canadá e da Rússia, mostrados no Quadro 02 a seguir:

Quadro 02. Os Dez Países Mais Ricos do Mundo – 2010.

POSIÇÃO	PAÍS	PIB (US\$ TRILHÕES)
1º	ESTADOS UNIDOS	14,624
2º	CHINA	5,745
3º	JAPÃO	5,390
4º	ALEMANHA	3,305
5º	FRANÇA	2,555
6º	REINO UNIDO	2,258
7º	ITÁLIA	2,089
8º	BRASIL	2,023
9º	CANADÁ	1,563
10º	RÚSSIA	1,476

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do FMI, 2010.

No Brasil constata-se que o desenvolvimento humano medido pelo IDH mostra o país como um desenvolvimento médio, apesar de uma economia pungente, como visto no quadro acima, podendo o IDH ser comprovado no Quadro 03 a seguir.

O estudo do IDH no Brasil revela um desenvolvimento humano médio não condizente com sua condição de país emergente, quando se verifica o potencial do seu PIB, conforme relatório divulgado pelo PNUD. Foram colocados os dados de 2010 a 2015, mas só analisados os dados de 2010:

Quadro 03. A Evolução do IDH no Brasil – 2010-2015.

Ano	Expectativa de vida ao nascer (em anos)	Média de anos de estudo	Expectativa de anos de estudo	RNB <i>per capita</i> (US\$ PPC)	IDH
2010	72,9	7,2	13,8	10.607	0,699
2011	73,5	7,2	13,8	10.162	0,718
2012	73,8	7,2	14,2	10.152	0,730
2013	73,9	7,2	15,2	14.275	0,744
2014	74,5	7,7	15,2	15.175	0,755
2015	74,7	7,8	15,2	15.175	0,754

Fonte: PNUD Relatório de Desenvolvimento Humano, 2016.

Da breve análise se verifica a situação dos índices de 2010 a 2015 e a observação nos mostra para o ano de 2010, a) uma expectativa de vida ao nascer de 72,9 mostrando a qualidade de anos de uma pessoa nascida em uma localidade em um ano de referência pode viver; b) Já a média de anos de estudo, número médio de educação recebido por pessoas é de 7,2 anos. No que se diz respeito à expectativa de anos de estudo, número de anos de escolaridade que uma criança de idade escolar pode receber observa-se que no ano de 2010 foi de 13,8 anos; c) A RNB *per capita*, renda agregada da economia gerada pela sua produção menos os rendimentos pagos pela utilização de FP do resto do mundo foi de US\$ 10.607.

No ano de 2010 o Brasil alcançou a 73ª posição com o seu IDH de 0,699, tendo como destaque suas cinco regiões, conforme a média aritmética simples, em primeiro lugar, a região Sul (0,756). Logo, em segundo lugar, destaca-se a região Sudeste (0,754), passando pelo terceiro lugar, a Centro-Oeste (0,753), em quarto lugar encontra-se a região Norte (0,690) e por fim em quinto e último lugar encontra-se a região Nordeste(0,660).

4.1 Análises das Regiões Brasileiras

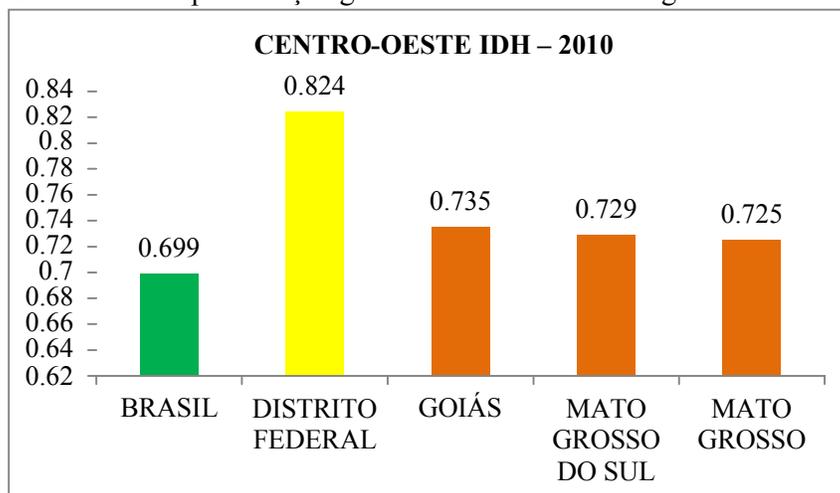
A seguir apresentaremos o IDH das cinco regiões brasileiras para situá-las no conceito da classificação do PNUD conforme o IDH.

Quadro 04. O IDH da Região Centro-Oeste em 2010

REGIÃO CENTRO-OESTE	ESTADO	IDH-2010
DISTRITO FEDERAL	DF	0,824
GOIÁS	GO	0,735
MATO GROSSO DO SUL	MS	0,729
MATO GROSSO	MT	0,725

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

O Distrito Federal é o que mais se destaca na região Centro-Oeste, com o IDH de 0,824, considerando-se de desenvolvimento alto, enquanto que os outros estados que compõem a região tem o seu desenvolvimento médio tendo Mato Grosso com o menor IDH de 0,725, de acordo com o IBGE.

Gráfico 01. Representação gráfica do IDH Brasil e Região Centro-Oeste

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

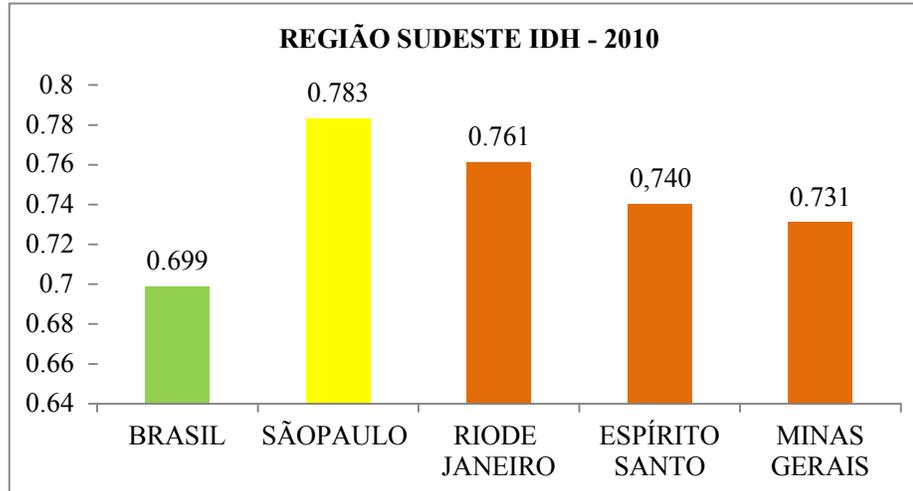
No Gráfico 01 percebe-se uma grande desigualdade do IDH brasileiro com um nível de desenvolvimento médio em relação ao IDH do Distrito Federal que se destacou com um nível de desenvolvimento alto.

Quadro 05. O IDH Região Sudeste em 2010

REGIÃO SUDESTE	ESTADO	IDH-2010
SÃO PAULO	SP	0,783
RIO DE JANEIRO	RJ	0,761
ESPÍRITO SANTO	ES	0,740
MINAS GERAIS	MG	0,731

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

O estado de São Paulo se destaca na região Sudeste, com o nível de desenvolvimento médio, o seu IDH é de 0,783, devido às indústrias que é o maior pólo de riqueza nacional. Por outro lado, o estado de Minas Gerais fica em último lugar na região com IDH de 0,731, mais também entra no nível de desenvolvimento médio, de acordo com a perda de competitividade e a precariedade da infraestrutura existente, por exemplo: os incentivos fiscais e as rodovias.

Gráfico 02. Representação gráfica do IDH Brasil e Região Sudeste.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, Cabedelo, 2017.

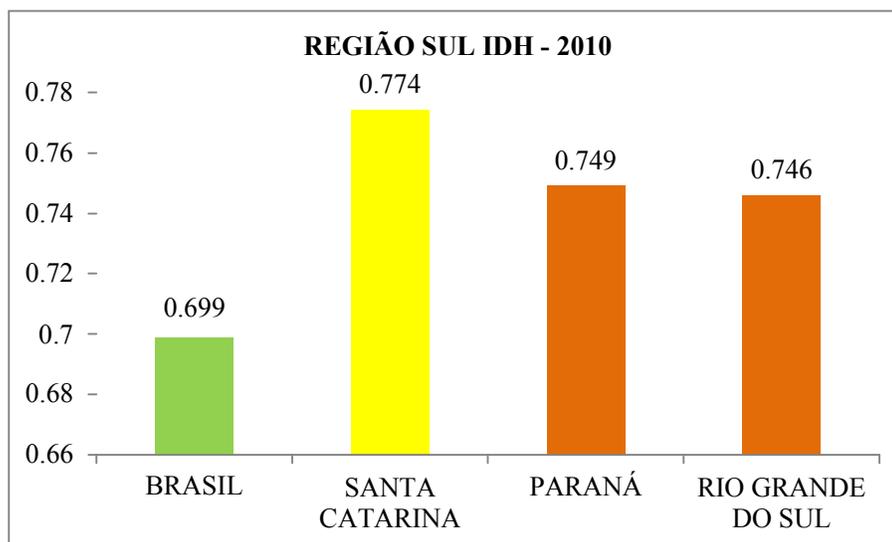
No Gráfico 02 identifica-se que o Brasil teve um nível de desenvolvimento inferior a região Sudeste que teve como destaque a região de São Paulo com maior IDH entre os demais estados que compõem a região Sudeste.

Quadro 06. O IDH Região Sul em 2010

REGIÃO SUL	ESTADO	IDH-2010
SANTA CATARINA	SC	0,774
PARANÁ	PR	0,749
RIO GRANDE DO SUL	RS	0,746

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

O estado de Santa Catarina tem sua economia diversificada, são desenvolvidas diversas atividades econômicas no ramo do extrativismo (animal, vegetal e mineral), agricultura, pecuária, pesca e turismo, com um parque industrial bastante atuante para sua economia local destacando-se como o quarto maior do país, desta forma o seu IDH é de 0,774, alcançando o nível de desenvolvimento médio com destaque nas indústrias de grandes portes e milhares de pequenas empresas se constituindo no mercado, colocando o estado como a oitava maior economia do Brasil em relação ao tamanho do seu PIB.

Gráfico 03. Representação gráfica do IDH Brasil e Região Sul

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2017.

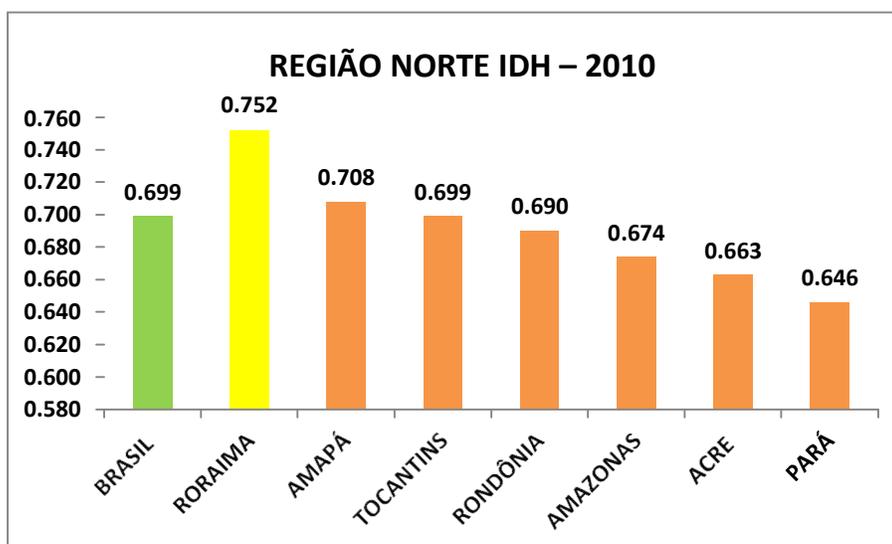
O estado Santa Catarina domina a região Sul com um IDH de 0,774 colocando-se em um nível de desenvolvimento médio, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul que se encontra em terceiro lugar no *ranking*, tendo o IDH abaixo de todos na região, com 0,746.

Quadro 07. O IDH na Região Norte em 2010

REGIÃO NORTE	ESTADO	IDH-2010
RORAIMA	RR	0,752
AMAPÁ	AP	0,708
TOCANTINS	TO	0,699
RONDÔNIA	RO	0,690
AMAZONAS	AM	0,674
ACRE	AC	0,663
PARÁ	PA	0,646

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

Vale destacar na região Norte, o estado de Roraima que é o menos populoso estado das regiões brasileiras, onde lidera com IDH de 0,752 colocando-se com um nível de desenvolvimento médio, sua economia é baseada principalmente no setor terciário que registra uma alta taxa de crescimento devido as suas exportações de couro, madeira e água mineral. Diferente do estado do Pará, que tem o pior IDH de 0,646 da região Norte, devido às péssimas condições econômicas e sociais que vigoram neste estado, além disso, à medida que, a renda dos brasileiros entra em declínio o rendimento do Pará também é afetado. Comparamos no Gráfico 04 abaixo os estados do Norte com o Brasil.

Gráfico 04. Representação gráfica do IDH Brasil e Região Norte

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

Ao avaliar o Gráfico 04 observa-se que Roraima e Amapá encontram-se em um nível de desenvolvimento médio superior ao Brasil, que se posiciona como os demais estados.

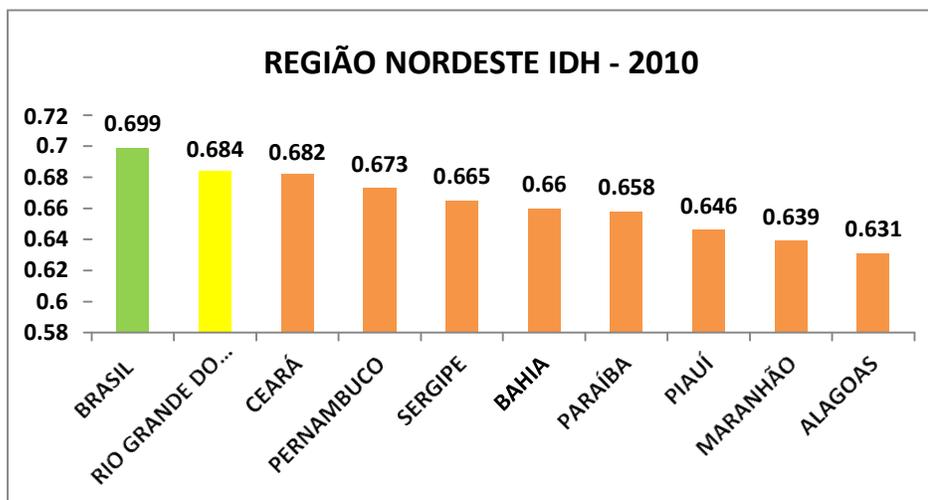
Quadro 08. O IDH na Região Nordeste em 2010

REGIÃO NORDESTE	ESTADO	IDH-2010
RIO GRANDE DO NORTE	RN	0,684
CEARÁ	CE	0,682
PERNAMBUCO	PE	0,673
SERGIPE	SE	0,665
BAHIA	BA	0,660
PARAÍBA	PB	0,658
PIAUI	PI	0,646
MARANHÃO	MA	0,639
ALAGOAS	AL	0,631

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

No Quadro 08 temos a região Nordeste, englobando nove estados: Rio Grande do Norte (RN), Ceará (CE), Pernambuco (PE), Sergipe (SE), Bahia (BA), Paraíba (PB), Piauí (PI), Maranhão (MA) e Alagoas (AL). Podemos destacar o estado do Rio Grande do Norte com o nível de desenvolvimento médio com IHD de 0,684, que tem evoluído de forma significativa a sua economia com atividades produtivas, como bem salienta Veras 2010, “essas atividades estão reunidas nos quatro seguintes eixos econômicos: fruticultura; carcinicultura; turismo e petróleo” como também o potencial turístico que vem registrando índices favoráveis.

O estado de Alagoas merece uma atenção especial por ter uma das menores economias dos Brasil em 2010, apresentou um IDH de 0,631, devido suas atividades agropecuária, industriais e serviços. Vale destacar também, o estado da Paraíba que se encontra em sexto lugar no ranking nordestino com IDH de 0,658, este avanço atual deve-se a melhora nos índices de educação e no crescimento do PIB paraibano.

Gráfico 05. Representação gráfica do IDH Brasil e Região Nordeste

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

No Nordeste, observa-se que os nove estados nordestinos têm muito a melhorar no que diz respeito aos indicadores do desenvolvimento humano, pois é a única região em que todos os estados têm IDH abaixo do IDH do Brasil.

Quadro 09. O IDH dos estados brasileiros em 2010.

POSIÇÃO	ESTADOS	SIGLA	IDH-2010
1º	DISTRITO FEDERAL	DF	0,824
2º	SÃO PAULO	SP	0,783
3º	SANTA CATARINA	SC	0,774
4º	RIO DE JANEIRO	RJ	0,761
5º	RORAIMA	RR	0,752
6º	PARANÁ	PR	0,749
7º	RIO GRANDE DO SUL	RS	0,746
8º	ESPÍRITO SANTO	ES	0,740
9º	GOIÁS	GO	0,735
10º	MINAS GERAIS	MG	0,731
11º	MATO GROSSO DO SUL	MS	0,729
12º	MATO GROSSO	MT	0,725
13º	AMAPÁ	AP	0,708
14º	TOCANTIS	TO	0,699
15º	RONDÔNIA	RO	0,690
16º	RIO GRANDE DO NORTE	RN	0,684
17º	CEARÁ	CE	0,682
18º	AMAZONAS	AM	0,674
19º	PERNAMBUCO	PE	0,673

20°	SERGIPE	SE	0,665
21°	ACRE	AC	0,663
22°	BAHIA	BA	0,660
23°	PARAÍBA	PB	0,658
24°	PARÁ	PA	0,646
25°	PIAUI	PI	0,646
26°	MARANHÃO	MA	0,639
27°	ALAGOAS	AL	0,631

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do IBGE, 2010.

Nas análises dos extremos opostos do IDH no Brasil, verificamos que o estado brasileiro como melhor IDH é Distrito Federal com 0,824, localizado na região Centro-Oeste. Enquanto o estado brasileiro com pior IDH é Alagoas com 0,631, localizado na região Nordeste. A diferença entre o Distrito Federal e Alagoas é de 0,193.

A Paraíba encontra-se na 23ª colocação no *ranking* nacional com 0,658. Nós, contadores, economistas, ou futuros contadores e economistas, precisamos conhecer este importantíssimo IDH, e, sobretudo, debatê-lo nas faculdades públicas e privadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver este trabalho tenta mostrar que o padrão de vida dos brasileiros, embora o crescimento econômico tenha ficado entre os dez países mais ricos do mundo, o mesmo não se pode dizer da sociedade quando se analisa os indicadores mais importantes para o reconhecimento do desenvolvimento da sociedade refletida na Educação, que teve um crescimento insignificante, o aumento da taxa de analfabetismo, além do crescimento do número de matrículas nas instituições públicas e privadas de ensino, da Saúde em virtude da esperança de vida ao nascer ter crescido, à mortalidade infantil caiu significativamente.

Da análise não é aparente melhorias significativas que intuitivamente a melhoria verificada em relação às condições de vida da população não está de certa maneira condizente com o grau de crescimento de um país como conforme citação retro.

A avaliação das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, indicam que os estados brasileiros de uma forma nítida têm o seu IDH dentro do campo de variação definido no Quadro 02, a exceção do Distrito Federal que apresentou um IDH de 0,824 considerado como um desenvolvimento alto, entretanto, todas as demais

regiões apresentaram um IDH entre 0,500 a 0,779, classificado como desenvolvimento médio.

O Brasil encontrava-se no 73º lugar no *ranking* mundial do IDH no ano de 2010. Quando relacionamos os estados brasileiros verificamos que treze estados brasileiros tem IDH acima do IDH brasileiro enquanto que treze estão abaixo do IDH conforme visto Quadro 09. Com mais educação de qualidade, melhoria na saúde e qualidade de vida da população são fatores que certamente contribuiriam com aumento do IDH nos próximos cinco anos. Deste modo, sugerimos que os próximos pesquisadores analisem essas informações com base nos novos dados que surgiram nos próximos anos, além de um estudo sobre o IDH do estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

CONSCIÊNCIA E VONTADE. **Os 100 maiores PIBs do Mundo (FMI 2010).**

Disponível em: <https://georgelins.com/2010/1/122/os-100-maiores-pibs-do-mundo-fmi-2010/>. Acesso em: 28 de nov. 2010.

DALBERTO, Cassiano Ricardo; ERVILHA, Gabriel Teixeira; BOHN, Liana; GOMES, Adriano Provezano. **Índice de Desenvolvimento Humano Eficiente**: uma mensuração alternativa do bem estar das nações. Disponível em: http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i2-1eb8c3a06811b61e9b37129503d9ccb4.pdf. Acesso em: 07 de set. de 2017.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 26 de nov. de 2017.

KIELING, L. M. **O índice de desenvolvimento humano**: adaptações metodológicas e práticas no Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina, Monografia. Florianópolis, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Júlio César. **Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil em relação aos dos países latino-caribenhos**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD18_2003_oliveira.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. Disponível em: file:///D:/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 19 de nov. de 2017.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013**. Disponível em: file:///D:/Downloads/undp-br-hdr_portuguese-2013.pdf. Acesso em de novembro de 2017.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2016**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/21/relat-rio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-n-o-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano.html>. Acesso em: 27 de ago. de 2017.

SANTOS, Edinaldo Leal; BRAGA, Vitor Braga; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. **Desenvolvimento**: um conceito multidimensional. Disponível em: <file:///C:/Users/Alana/Downloads/215-804-1-PB.pdf>. Acesso em: 07 de set. de 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

TRINDADE, Larissa de Lima; BRONDANI, Gilberto. **A Contabilidade e sua Responsabilidade Social**. Disponível em: <file:///C:/Users/Alana/Downloads/6226-27516-1-SM.pdf>. Acesso em: 07 de set. de 2017.

VERAS, Alcyr. **Economia do RN: ontem e hoje**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/economia-do-rn-ontem-e-hoje/140796>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

VEJA, Revista. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/indice-de-desenvolvimento-humano-idh/>. Acesso em: 01 de dez. 2017.

A Utilidade da Contabilidade Gerencial para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Um Estudo de Caso na Perspectiva Local

Juliana Jacinto Gomes¹⁶

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior¹⁷

Resumo: Este trabalho objetiva identificar a utilidade da Contabilidade Gerencial para as Micro e Pequenas Empresas, evidenciando que o acesso às informações úteis possibilita ao gestor administrar sua empresa de maneira eficiente. Para ilustrar o tema proposto, foi feita algumas considerações em relação as Micro e Pequenas Empresas, demonstrado a sua importância na economia brasileira, bem como a necessidade que o Micro empreendedor tem de uma gestão competente que garanta a continuidade do seu negócio. Foi evidenciada a Contabilidade Gerencial como uma ferramenta administrativa eficiente, e apresentado o modelo de planejamento estratégico atualmente utilizado e que atende a vários tipos de Empresas. Para entender como a utilização da Contabilidade Gerencial pode ser significativa para as Micro e Pequenas Empresas, foi aplicado um estudo de caso realizado em um comércio de João Pessoa. As informações obtidas neste estudo foram definidos a partir da combinação de abordagem de vários autores. A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da aplicação de uma entrevista realizada através de questionário com perguntas relativas ao desenvolvimento da empresa. Percebeu-se que a falta de uma gestão eficiente contribuiu para que a empresa não alcance maiores resultados ecrescimento.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial, Micro e Pequenas Empresas, Planejamento Estratégico.

Abstract: This paper aims to identify the usefulness of Management Accounting for Micro and Small Companies, evidencing that access to useful information enables the manager to manage his company efficiently. To illustrate the proposed theme, some considerations were made regarding Micro and Small Companies, demonstrating their importance in the Brazilian economy, as well as the need that Micro entrepreneurs have of a competent management that guarantees the continuity of their business. Management Accounting was evidenced as an efficient administrative tool, and presented the strategic planning model currently used and that serves several types of Companies. In order to understand how the use of Managerial Accounting can be significant for Micro and Small Companies, a case study was applied in a trade in Joao Pessoa. The informations obtained in this study were defined from the combination of several authors approach. The field research was developed through the application of an interview conducted through a questionnaire with questions related to the development of the company. It was noticed that the lack of efficient management contributed to the company not achieving greater results andgrowth.

Keywords: Management Accounting, Micro and Small Business, Strategic Planning.

¹⁶Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do IESP Faculdades. E-mail: julianagomes2901@gmail.com

¹⁷Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Docente do Curso Superior no IESP Faculdades nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a utilidade da Contabilidade Gerencial nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil. O Brasil é a nona economia do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,7 trilhões (FMI) e a maioria das suas empresas formais são MPEs (SEBRAE, 2015). A lei da oferta e da procura é fundamental para o crescimento econômico do País. As MPEs oferecem produtos e serviços aos consumidores das classes econômicas A, B, C, D e E no mercado globalizado e muito competitivo.

Porém, o que falta para alguns empresários é o conhecimento específico de como gerir o próprio negócio. Isso ocorre porque a grande maioria das Micro e Pequenas Empresas surgem a partir de uma ideia amadora e sem domínio de gestão de empresa. Além disso, a falta de um plano de negócio, controle sobre o fluxo de caixa e até mesmo o conhecimento em relação aos tributos, representam alguns dos principais motivos para o fechamento do negócio durante os dois primeiros anos de vida da empresa.

Atkinson, et al. (2015, p.04) defendem que o sucesso de uma boa gestão está na estratégia como método para fornecer o melhor ajustamento entre o ambiente de uma organização e os recursos internos para atingir seus objetivos. Já Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.200) definem que o sucesso de uma empresa vai além da análise estratégica, ou seja:

Essas colocações servem para mostrar algo que está por trás da figura da estratégia, que é em sua essência: o planejamento. Planejar é simular a estratégia desejada pela empresa, é antecipar contingências possíveis e escolher formas de se chegar a um objetivo, desdobrando etapas, prevendo o emprego de recursos antes de efetivamente empregá-los na execução da estratégia.

Como podemos perceber a estratégia é o ponto de partida para o sucesso de uma empresa, ela geralmente é definida através de um planejamento que é incluído no sistema de gestão. Esse planejamento é criado baseando-se na necessidade de aperfeiçoar os recursos utilizados para alcançar as metas desejadas. O profissional de Contabilidade que atua na área de gestão deve deter um conhecimento mais específico de como esse planejamento deve ser criado para obter uma melhor execução estratégica, otimizando os gastos, comparando preços e auxiliando o Micro e Pequeno Empreendedor na tomada de decisão.

Diante desse contexto a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta indispensável para fornecer as informações necessárias de gerenciamento aos seus gestores. Geralmente, as informações apresentadas são trabalhadas com foco voltado para o planejamento estratégico, controle e tomada de decisão. O profissional de Contabilidade que atua na área de Gestão, além de obter informações e gerir com eficiência a empresa, ainda deve ter a competência de conquistar novos clientes e, sobretudo, auferir lucros cada vez maiores.

Partindo desta perspectiva, questiona-se: **Qual a vantagem na utilização da Contabilidade Gerencial para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e qual o reflexo da sua não adoção?** Na intenção de responder a este questionamento, objetiva-se analisar a eficácia da Contabilidade Gerencial para o desenvolvimento de MPEs. Para tanto, conceitua-se empresa e o que vem a ser MPEs, contextualizando a sua importância para a economia brasileira; caracteriza-se a Contabilidade Gerencial, pontuando benefícios e atuação; analisando as ferramentas utilizadas pela Contabilidade Gerencial e sua participação dentro das Micro e Pequenas Empresas.

Diante deste contexto, a produção deste conhecimento pretende se constituir em uma contribuição enquanto produção acadêmica, uma vez que pode embasar teoricamente estudos e pesquisas, tal como também, incentivar profissionais e estudantes na área de Contabilidade a adotarem e desenvolverem informações contábeis que demonstrem o valor de oferecer informações fidedignas aos gestores, revelando que o Contador é um profissional liberal em sua essência. Portanto, capaz de observar os recuos, os avanços e os desafios das MPEs na economia de mercado.

Para a sociedade este conhecimento pode, por meio dos estudantes e pesquisadores, alcançar a dinâmica dos Micro e Pequenos Empresários para que estes saibam qual a importância de utilizar informações geradas por profissionais contábeis na área de gestão de negócios, e como essas informações são importantes no processo de tomada de decisão. Queremos demonstrar que a habilidade do gestor em utilizar-se da Contabilidade Gerencial como apoio, contribui diretamente no sucesso e desenvolvimento da empresa.

Podemos deste modo, concluir que através da Contabilidade é que se traçam objetivos, mensuram-se resultados e se avaliam desempenhos. É por meio dos relatórios elaborados com base no sistema de informações contábeis que administradores decidem quanto ao preço a ser praticado, ao mix de produtos a ser vendido e à tecnologia a ser utilizada. (SZUSTER, 2013, p.08)

Este trabalho utiliza o método da pesquisa bibliográfica e documental, no qual Medeiros (2013, p.38) define este tipo de pesquisa como “aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse”, e para aprofundar a temática, utiliza-se também uma entrevista realizada em uma empresa do setor de varejo. Através de livros, artigos, produções acadêmicas (monografias, dissertações e teses) e plataformas digitais, reuniremos dados, para posteriormente analisar e interpretar, desenvolvendo desta maneira o conhecimento científico para complementar o nosso estudo de caso realizado através de entrevista, e enfim, poder determinar qual a utilidade que a Contabilidade Gerencial tem para asMPEs.

Assim sendo, este trabalho será organizado por meio desta breve introdução, a qual apresenta um todo da estrutura do artigo. No desenvolvimento contemplaremos o conceito de empresa e de Micro e Pequenas Empresas, demonstrando qual o papel que elas possuem na economia brasileira bem como o reflexo da não utilização da Contabilidade Gerencial nas MPEs, seguido por um breve histórico sobre Contabilidade apresentando conceito, objetivo e finalidade para em seguida, conceituar a Contabilidade Gerencial, informando através de dados contábeis e ferramentas financeiras, o modelo de planejamento mais utilizado atualmente pela gestão das empresas e que demonstram a utilidade que a Contabilidade Gerencial tem para o crescimento do negócio. E finalmente, apresentamos a metodologia e seus resultados e nossas considerações finais sobre o tema de tamanha relevância para a economia brasileira.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO EMETODOLÓGICO

2.1 Conceito deEmpresa

Ao falar em negócios pensamos logo em empresa, mas qual o conceito que devemos ter em relação a essa palavra? Há vários conceitos existentes para empresa, porém, iremos apresentá-la através do conceito mais utilizado atualmente que é definido por Fabretti (2003, p.36) como sendo:

Uma unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações.

Dentro do contexto apresentado podemos perceber que o objetivo final de uma empresa é a obtenção de lucros. De acordo com o economista brasileiro Sandroni (2008, p.291), no seu *best-seller* Dicionário de Economia do Século XXI, a empresa significa uma “Organização destinada à produção e/ou comercialização de bens e serviços, tendo como objetivo o lucro”. Sendo então este o seu principal objetivo, a Contabilidade Gerencial acaba por se tornar uma ferramenta indispensável para a obtenção de tal resultado.

Na economia capitalista vigente no Brasil podemos visualizar e contabilizar inúmeras empresas privadas que atuam no mercado globalizado e competitivo, e que sofrem com a forte intervenção do Estado na economia de mercado.

Deste modo a adoção de um planejamento estratégico, torna-se necessário para que o empreendedor possa tomar decisões seguras para obter os lucros esperados, ou o retorno do capital investido ou ainda, pelo menos, evitar uma decisão impensada para que assim suas perdas sejam minimizadas ao máximo possível.

Segundo Malheiros, Alberto Ferla e Almeida Cunha (2005, p.46) o principal motivo dos empreendimentos fracassarem é a “falta de habilidades administrativas, financeiras, mercadológicas ou tecnológicas dos empreendedores, somada os aspectos comportamentais que envolvem a gestão de um empreendimento”. Ou seja, o sucesso de uma empresa não dependerá somente do talento do empreendedor, mas também de uma gestão eficiente, eficaz e econômica que contribua diretamente para alcançar os resultados planejados.

2.1.1 Micro e Pequenas Empresas

Para Lemes Júnior e Pisa (2010, p.43), “Não existe critério único para definir micro ou pequenas empresas, tanto no Brasil quanto em qualquer país do mundo”. Isso mostra que a classificação de Micro e Pequenas Empresas não terá uma definição única, mas sim se classificará de acordo com a finalidade e pontos de vista, ou órgãos aos quais estejam essas definições vinculadas.

A classificação tanto pode ser feita levando-se em conta o pessoal que emprega, quanto o faturamento (aqui entendido como receita bruta operacional com vendas ou na prestação de serviços, no exercício fiscal). Essa diversidade de conceitos decorre, basicamente, por serem distintos os objetivos e a finalidade das instituições que os enquadram. O SEBRAE¹⁸ define pelo número de empregados, o BNDES¹⁹, pela Receita Operacional Bruta, da mesma forma como está definido na Lei do Simples Nacional (LEMES JÚNIOR e PISA, 2010,p.43).

Partindo desta perspectiva, apresentamos em seguida o Quadro 01. Nesta ilustração demonstramos alguns critérios utilizados para o enquadramento de Micro e Pequenas Empresas no Brasil:

Quadro 01. Critérios para Definição das MPEs no Brasil

CRITÉRIOS	MICROEMPRESAS	EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Receita Operacional Bruta Indústria/Comércio/Serviço (BNDES)	até R\$ 360 mil	até R\$ 3,6 milhões
Simples Nacional Receita Bruta	até R\$ 360 mil	até R\$ 3,6 milhões
Número de Empregados Indústria e Construção (SEBRAE)	até 19	de 20 a 99
Número de Empregados Comércio/Serviço (SEBRAE)	até 09	de 10 a 49

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, baseado em dados do BNDES, Lei nº 123/2006 e SEBRAE-NA 2017

O Quadro 01 nos apresentou a classificação das Micro e Pequenas Empresas no Brasil segundo critérios de faturamento e número de colaboradores explicados a seguir (SEBRAE, 2017), que são:

- Por critérios de faturamento bruto anual²⁰, seguindo a Lei Complementar 123/2006, o SEBRAE e o BNDES, consideram Microempresas àquela cuja

¹⁸Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE é uma entidade sem fins lucrativos, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso em: 18 set. 2017.

¹⁹Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é um banco de desenvolvimento, é o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>. Acesso em: 18 set. 2017.

²⁰Faturamento bruto anual representa a soma das vendas de uma empresa em um determinado período. Com a definição do faturamento de uma empresa é que o governo pode calcular a quantidade de impostos a serem recolhidos, levando em conta ainda, obviamente, o ramo de atividade empresarial. Disponível

receita bruta for de até R\$ 360 mil e empresa de pequeno porte a que apresentar faturamento de até R\$ 3,6 milhões.

- Ainda de acordo com o SEBRAE, empresas no segmento de indústria e construção civil que contratam até 19 funcionários, são classificadas como Microempresas. Caso a contratação seja entre 20 a 99 colaboradores, consideram-se Empresas de Pequenoporte.
- Já as empresas de comércio e serviço que chegam até 09 funcionários se enquadram como Microempresas, e as consideradas Pequenas Empresas, são as que ficam na faixa de contratação entre 10 a 49 pessoascontratadas.

Gostaríamos de ressaltar que a partir de 2018 o limite máximo de receita bruta anual para Pequenas Empresas, de acordo com o regime de tributação do Simples Nacional²¹ (Antiga Lei Complementar nº 123 que foi alterada para a nova Lei Complementar nº 155), deixará de ser R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões. Sendo assim, as Microempresas continuarão a faturar até R\$ 360 mil ao ano e as Empresas de Pequeno Porte passarão a faturar R\$ 4,8 milhões aoano.

2.1.1.1 A Relevância das Micro e Pequenas Empresas para a Economia Brasileira

No Brasil a maioria das empresas em funcionamento é constituída de Micro e Pequenas Empresas, o que representa para a economia do país geração de empregos e renda. Segundo os autores Lemes Júnior e Pisa (2010, p.46):

Importante salientar que esse fato não é somente observado nas grandes cidades, muito mais se pode dizer do impacto social e econômico sobre pequenos municípios, onde são os pequenos negócios as principais fontes para as economias locais, através dos setores do comércio, prestação de serviço e de pequenasindústrias.

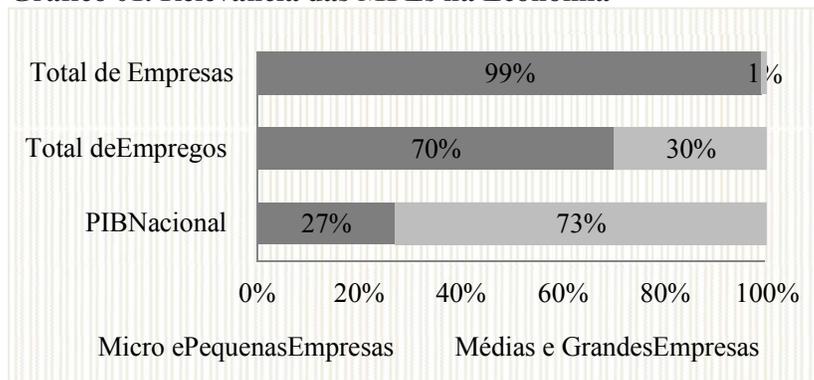
Dados do SEBRAE (2014) indicam que as MPEs representam aproximadamente 8,9 milhões do total de empresas no País, e o número de contratações ultrapassa os 50%

em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/conceito-de-faturamento-entender-para-nao-errar-na-empresa/47791>. Acesso em: 08 ago.2017.

²¹SIMPLES NACIONAL 2018: Confira Nova Lei e Tabela. Disponível em: <http://contadores.ent.br/noticias/tecnicas/2017/07/04/simples-nacional-2018-confira-as-novas-tabelas-e-limites.html>. Acesso em: 23 dez. 2017.

do número total de vagas que surgem no Brasil durante o ano (SEBRAE e FGV²², a partir de dados do IBGE²³, 2012). No Gráfico 01, podemos analisar esses dados e o que eles representam para a economia brasileira:

Gráfico 01. Relevância das MPEs na Economia



Fonte: SEBRAE-Especialistas em Pequenos Negócios, Anuário do Trabalho 2012.

O Gráfico 01, totaliza as Micro e Pequenas Empresas em 99%, enquanto que as Médias e Grandes empresas estão distribuídas em apenas 1% do total de empresas abertas no Brasil. Também podemos constatar que são as empresas de pequeno porte responsáveis por 70% do total de empregos gerados no País. Apesar disso, o total do PIB²⁴ nacional das MPEs corresponde a apenas 27%, enquanto das Médias e Grandes empresas o PIB alcança a marca dos 73%, isso ocorre devido às altas cargas tributárias que são cobradas às MPEs, taxa essa que incide muito nos custos diretos e indiretos dessas empresas.

De acordo com uma pesquisa de campo realizada pelo SEBRAE em outubro de 2016 com 2.000 empresas constituídas no Brasil nos anos de 2009 a 2014 sobre a pressão dos custos no desenvolvimento empresarial, cerca de 31% dessas empresas alegaram que o motivo para que deixassem de funcionar se daria por causa das altas

²²Fundação Getulio Vargas – FGV é uma instituição privada brasileira que se dedica ao ensino de Economia, Administração e Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/fgv/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

²³Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é o órgão público encarregado de fazer recenseamentos e levantamentos geográficos do país. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ibge/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

²⁴Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pib/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

taxas tributárias, ao passo que 52% dos empreendedores que evitaram o fechamento de sua empresa foi devido à redução de encargos e impostos.

Como podemos perceber as Micro e Pequenas Empresas representam um dos principais agentes econômicos de contribuição da economia brasileira. A geração de novos empregos causa um estímulo na economia gerando novas oportunidades e contribuindo com o crescimento do PIB anual. Porém, a alta taxa tributária que incide nas MPEs somada à falta de experiência dos microempreendedores é o que dificulta seu crescimento e consequente aumento na economia brasileira.

Além desse, outro principal motivo que impede o sucesso dos microempresários é a falta de um plano de negócio. O plano de negócio é utilizado para que o empreendedor possa elaborar um modelo de negócio para sustentar sua empresa. Ele é um documento elaborado com base na escolha das melhores ideias, e tem como objetivo melhorar o desempenho interno e externo da empresa, atingindo desde os funcionários até clientes em potencial.

Com um bom plano de negócios é possível (Dornelas, 2005):

- entender e estabelecer diretrizes para o seu negócio;
- gerenciar de forma mais eficaz a empresa e tomar decisões acertadas;
- monitorar o dia-a-dia da empresa e tomar ações corretivas quando necessário;
- conseguir financiamentos e recursos junto a bancos, governo, SEBRAE, investidores, capitalistas de risco etc.;
- identificar oportunidades e transformá-las em diferencial competitivo para a empresa;
- estabelecer uma comunicação interna eficaz e convencer o público externo (fornecedores, parceiros, clientes, bancos, investidores, associações etc.).

Então, podemos resumir os objetivos que se deseja atingir com um bom plano de negócio, através da elaboração de processos realizados através do desenvolvimento de uma equipe de gestão que testará se o conceito de negócio é viável, após isso, orientará o desenvolvimento das operações para atrair mais recursos financeiros, transmitindo assim, mais credibilidade e tendo como consequência o desenvolvimento da empresa.

O plano de negócios é montado com uma estrutura que comporte vários tópicos que devem ser claros, completos e ter uma linguagem bastante simples. Dornelas (2005) apresenta algumas variações para a estrutura de um plano de negócios, de acordo como

foco da empresa. Utilizaremos, como exemplo, uma estrutura apresentada por Dornelas que é mais voltada para empresas focadas em inovação e tecnologia.

- **Capa** – é a identificação do plano, a primeira parte a ser visualizada pelo leitor do plano;
- **Sumário** – facilita ao leitor encontrar mais rápido as páginas que lhe interessa;
- **Sumário executivo** – contém uma síntese das principais ações que constam no plano de negócio;
- **Descrição da empresa** – deve conter todos os dados históricos e de desenvolvimento da empresa (histórico, razão social, faturamento, etc.);
- **Produtos e serviços** – descreve todos os produtos e serviços da empresa;
- **Mercado e competidores** – deve demonstrar sua participação no mercado e principais concorrentes;
- **Marketing e vendas** – deve demonstrar quais serão os métodos utilizados para a divulgação e comercialização dos produtos e serviços oferecidos;
- **Análise estratégica** – deve fazer a análise dos planos estratégicos utilizados;
- **Plano financeiro** – deve conter os demonstrativos de Fluxo de Caixa;
- **Anexos** – devem conter outras informações consideradas importantes para o entendimento do plano de negócio, além do currículo dos sócios e imagens e figuras se necessário.

2.1.1.2 As Micro e Pequenas Empresas Familiares

Como vimos anteriormente, as MPEs estão presentes em 99% do total de empresas brasileiras em funcionamento, mas outro tipo muito comum e que também oferece uma grande contribuição econômica são as empresas consideradas familiares. Segundo definição de Lemes Júnior e Pisa (2010, p.50) “as MPEs também possuem a característica de ser empresas individuais no início”, ou seja, todas as empresas quando abertas no início, tendem a ser gerenciadas diretamente por seus donos, neste caso são eles os responsáveis pela administração, pagamento de salários e pelo gerenciamento de compras e recebimentos das vendas.

O SEBRAE (setembro, 2015) define empresa familiar como sendo “aquela em que há parentes (pai, mãe, filho/a, sobrinho/a, neto/a, cunhado/a), entre os sócios e/ou

empregados/colaboradores (com ou sem carteira)”. Já Longenecker, et al. (2007, p.82) definem empresa familiar “como uma empresa na qual dois ou mais membros de uma mesma família são proprietários ou a operam em conjunto ou por sucessão”.

Toda essa responsabilidade, atribuídas ao dono do negócio, impede que ele possa se aperfeiçoar profissionalmente com relação à gestão da empresa. Quando a empresa cresce, a família é quem assume determinadas funções, podemos utilizar um exemplo citado por Lemes Júnior e Pisa (2010, p.50) que é o “caso de uma empresa de confecções, em que um membro da família do empreendedor é quem faz as entregas dos pedidos aos clientes, outro cuida do estoque e das compras e outro da produção”. Ou seja,

Empresas assim administradas serão relativamente bem-sucedidas enquanto o empreendedor estiver à frente dos negócios, porém, na sua eventual falta, os sucessores não estarão preparados para substituí-lo. O que temos observado é que a maioria das MPEs ‘morre’ com seus fundadores. (LEMES JÚNIOR E PISA, 2010,p.50).

O Gráfico 02 a seguir foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada em setembro de 2015 pelo SEBRAE–NA, cuja finalidade era identificar a proporção das empresas familiares no âmbito das MPEs no Brasil. Vejamos:

Gráfico 02. Proporção de Empresas Familiares no Brasil



Fonte: SEBRAE – NA (Relatório Especial de Setembro de 2015)

O SEBRAE constatou com esta pesquisa mensal que 57% das MPEs no Brasil, possuem algum tipo de parente entre os sócios e/ou empregados.

Num pequeno restaurante, por exemplo, um dos cônjuges poderá trabalhar como anfitrião e gerente, enquanto o outro mantém os livros contábeis atualizados, e os filhos talvez ajudem na cozinha ou servindo às mesas (LONGENECKER, et al., 2007,p.82).

Este é um cenário muito comum entre as Micro e Pequenas Empresas, Longenecker, et al. (2007, p.82) afirmam que para uma empresa dar certo é necessário que seu sucessor tenha paixão pelo negócio da família, mesmo assim a transferência bem sucedida de direção só ocorre num grupo minoritário.

Sendo assim, podemos analisar que, apesar de representar número significativa para a economia, mais da metade das pequenas empresas são administradas sem uma gestão profissional adequada que auxilie no crescimento esperado pelas empresas o que pode ser um agravante de contribuição para seu fracasso.

2.1.2 Os Reflexos da não utilização da Contabilidade Gerencial nas MPEs

Apesar de ser grande o número de Micro e Pequenas Empresas abertas no Brasil, podemos notar que boa parte delas deixa de existir após apenas dois anos de abertura. Dados do SEBRAE sobre a sobrevivência/mortalidade das empresas no Brasil revelam que no ano de 2012, a taxa de mortalidade do total de empresas existentes ficou em 23,4%.

A seguir podemos verificar conforme Figura 01 abaixo, os principais motivos apontados para a taxa de sobrevivência/mortalidade das MPEs:

Figura 01. Motivos para sobrevivência/mortalidade das MPEs



Fonte: Figura elaborada pelos autores, baseado em dados do SEBRAE-NA 2016.

Como podemos perceber a gestão do negócio está entre uma das principais razões para o sucesso, ou não, das MPEs, assim como também os motivos que levaram a abertura da empresa, se o empresário abriu por necessidade ou oportunidade. É preciso ter conhecimento de como esta empresa surgiu. Se for aberta por oportunidade, deve-se analisar se houve planejamento ou não, se o empresário utilizou alguma ferramenta gerencial, ou se fez uso de algum profissional, ou se planejou tudo bem antes da abertura de sua empresa. Caso contrário, se ele tiver iniciado o seu negócio por necessidade, quais os motivos que o levaram a fazer isso, se mesmo nessa situação houve ajuda profissional, ou interesse em obter tal ajuda, todos esses pontos são determinantes para o sucesso de uma MPE.

No caso das empresas que não obtiveram tal sucesso em sua manutenção, observamos a necessidade de um gerenciamento profissional, para auxiliar o gestor na tomada de decisão que melhor favoreça sua empresa. Para isso, a Contabilidade Gerencial, se faz como uma ferramenta indispensável, porém pouco reconhecida, de planejamento e gestão, que contribuem diretamente no auxílio para o crescimento do negócio.

Muitos empresários acreditam que o contador tem como função somente fazer os lançamentos contábeis e tributários. Porém, o que a maioria desses empresários desconhece, é que o contador pode vir a ser uma importantíssima fonte de conhecimento gerencial dentro da empresa, fazendo com que a visão do empreendedor se expanda mais longe do que somente o controle operacional, acarretando com isso uma redução dos custos e possível aumento dos lucros.

2.2 Conceito de Contabilidade

Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das entidades. Através dela são fornecidas informações para a tomada de decisão. Essas informações são geradas por meio do conjunto de técnicas, normas e procedimentos que são medidas e interpretadas resultando na conclusão de informações repassadas, posteriormente, aos donos das empresas.

Segundo Ferreira (2008, p.01), Contabilidade é a “ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações”, ou seja, através dos estudos das Ciências Contábeis, é possível ter o

conhecimento da situação em que se encontra o patrimônio da empresa e acompanhar o seu andamento.

O objeto de que se trata a Contabilidade é o patrimônio, sendo este um conjunto que inclui bens, direitos e obrigações da entidade, independente se a constituição é de pessoa física ou jurídica ou das mutações que ocorrem no patrimônio. Por este motivo, é possível que seus usuários possam ter o conhecimento necessário para a tomada de decisão, através de informações econômico-financeiras e também de caráter social.

De acordo com o economista Sandroni (2008, p.183), Contabilidade significa o “Setor das ciências de administração que cuida da classificação, registro e análise de todas as transações realizadas por uma empresa ou órgão público, permitindo dessa forma uma constante avaliação da situação econômico-financeira”. A finalidade da Contabilidade está em examinar, fiscalizar, planejar e controlar o patrimônio da entidade, sendo apresentado através de registros e comentários dos fatos ocorridos. Já sua função econômica está em apurar o lucro ou o prejuízo no final de um determinado período.

2.2.1 A Evolução da Contabilidade Gerencial

Antes de conhecermos como a Contabilidade Gerencial evoluiu com o passar do tempo, é importante fazer um breve histórico sobre o surgimento da Contabilidade no mundo. A Contabilidade surgiu da necessidade de contar quanto um indivíduo possuía em seu patrimônio particular. Para Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.05):

A Contabilidade, como disciplina de estudo, tem registros de sua existência desde as civilizações mais remotas, sendo os mais significativos, devido à comprovação, os dos Babilônios e dos Egípcios. Até o século XIII, o papel principal da Contabilidade foi o de contar QUANTO era o patrimônio de uma determinada pessoa ou família.

A Contabilidade foi evoluindo através do tempo devido ao “comércio intensificado, a existência de moeda como meio de troca, utilização da escrita e da matemática, a propriedade particular e outras mais” (CARDOSO; MÁRIO; AQUINO, 2007, p.05). Portanto, a Contabilidade foi surgindo e evoluindo de forma contínua atendendo as necessidades de cada pessoa ou empresa. Durante muito tempo a Contabilidade era utilizada apenas para a mensuração dos bens que o indivíduo possuía e o retorno que ele poderia ter ao negociar esses bens.

Porém, foi somente com a Revolução Industrial no século XVIII que a Contabilidade Gerencial foi ganhando campo de atuação cada vez maior. Com o aumento no número de novos estabelecimentos comerciais, principalmente de fábricas, as empresas foram deixando de se basear somente nas transações diárias e começaram a ter a necessidade de acompanhar as vendas e produção de modo que fosse possível sua continuidade a longo prazo.

Além desse fator, começaram a surgir o interesse de outras pessoas e/ou famílias em participar dos empreendimentos através de sociedades. Com isso se fez necessário o conhecimento dos resultados apurados pelo negócio. Esses resultados eram fornecidos como garantia aos novos sócios, através de relatórios financeiros que evidenciavam os gastos e custos da empresa eles eram apresentados através da Contabilidade Financeira para que cada investidor pudesse ter conhecimento da distribuição dos lucros.

Nos dias atuais as necessidades em apurar os resultados ainda permanecem, porém, elas não ocorrem mais somente no âmbito societário, mas também do empresário individual. Hoje em dia a Contabilidade Gerencial tem o papel de fornecer informações “voltada única e exclusivamente para a administração da empresa” (IUDÍCIBUS, 2007, p.21). Através do controle de gestão é possível traçar um planejamento estratégico para que o empresário possa ter uma base para tomar decisões necessárias e alcançar suas metas além de saber qual a melhor decisão a ser tomada.

Em resumo, a história da contabilidade gerencial ilustra que as inovações na prática da contabilidade gerencial foram – e continuam a ser – orientadas pelas necessidades de informação de novas estratégias, à medida que as empresas se tornaram mais complexas, as tecnologias mudaram e novos concorrentes apareceram. (ATKINSON, et al., 2015, p.03)

Podemos perceber então que a Contabilidade Gerencial tem evoluído de acordo com a necessidade da empresa e que através dela é possível garantir que as empresas, sejam elas pequenas, médias ou grandes, possam ter um controle ordenado de todos os setores e de todos os gastos necessários para alcançar o resultado planejado.

2.2.2 Conceito de Contabilidade Gerencial

Contabilidade Gerencial tem como objetivo fornecer as informações necessárias para tomada de decisões por parte dos gestores das empresas. Ela reúne as informações

que são entregues à administração de uma empresa, isto é, os responsáveis pela direção e controle das operações, essas informações são um conjunto de dados financeiros, de levantamento de custos e relatórios de controle, que auxiliaram aos gestores tomarem as melhores decisões possíveis, alcançando o resultado final esperado, em outras palavras, o lucro. De acordo com Atkinson, et al. (2015,p.02):

Contabilidade Gerencial é o processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma organização informação relevante, financeiras e não financeiras, para tomada de decisões, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho.

Essas informações são importantes para que a empresa possa funcionar e garantir a continuidade do negócio. Para isso é necessário um planejamento estratégico e, sobretudo, uma análise dos dados contábeis por parte do contador da empresa.

2.2.2.1 Relação das MPEs com a Contabilidade Gerencial

A relação do contador tem sua importância para o crescimento do empreendedor e de seu negócio, mas será que ambos pensam da mesma maneira? Infelizmente, para o empresário a cultura antiga ainda predomina, nos dias atuais, de que o contador serve apenas para cumprir as obrigações da empresa, assim como muitos contadores que contemplam do mesmo pensamento. Porém, mesmo acreditando nisso, a necessidade da busca pela estabilidade no negócio obriga que o empresário busque na Contabilidade meios de driblar a crise atual e garantir a sobrevivência do seu negócio, ao passo que o contador que quiser garantir aos seus clientes bons resultados, terá que buscar novas maneiras de melhorar o desempenho da empresa. Assim, a Contabilidade Gerencial é de suma importância para que o empresário sinta segurança no seu empreendimento.

Uma pesquisa realizada em Abril pelo SEBRAE (2017) em 6.054 Empresas de Pequeno Porte teve como objetivo responder a esta questão sobre o relacionamento do contador com as MPEs, comparando o ponto de vista de um e outro. Ilustraremos a seguir com o Quadro 02 essa realidade pertinente ao ponto de vista do contador e do microempresário:

Quadro 02. Comparação da Percepção dos Serviços Prestados

COMPARAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
AFIRMAÇÃO	VISÃO CONTADOR	DO VISÃO DAS MPEs
Clientes têm confiança nas informações prestadas pelo escritório de Contabilidade	9,3	8,3
No Brasil, os contadores são os principais aliados dos pequenos negócios	8,7	6,5
Os serviços que a empresa de Contabilidade oferece são de alta qualidade	8,6	7,2
Clientes compreendem as informações que o contador fornece	8,2	7,6
Os serviços são usados apenas para cumprir obrigações legais	7	7,4
Os preços praticados pelo escritório de Contabilidade são caros	4,4	5,7
Escala: 0 significa "discordo totalmente" e 10 significa "concordo totalmente"		

Fonte: SEBRAE-NA 04/2017.

O Quadro 02 acima nos mostra que os empreendedores utilizam muito mais os serviços básicos contábeis. Além de realmente acreditarem que o contador serve apenas para cumprir as obrigações legais, tanto que essa afirmação recebeu nota 7,4 em escala de concordância de 0 a 10. Como se pode notar essa divergência de pontos de vista esbarra na questão: Será que o pequeno empresário tem falta de conhecimento da capacidade do contador, ou será que o contador que não está preparado para ser mais do que um mero escriturador? Podemos encontrar essa resposta em outro trecho da pesquisa onde o empresário não acredita muito que os contadores sejam seus aliados para o crescimento do seu negócio dando nota de 6,5 a essa afirmação.

Então esta pode ser a oportunidade para que o contador se posicione como um parceiro estratégico de seus clientes, agregando valor e demonstrando que pode atender aos interesses deles, provando que há mais campos em sua atividade que somente serviços burocráticos. Mas para isso o contador que desejar atuar como um gerenciador de empresa, terá que se preparar e se aprofundar nesse tipo de Contabilidade que tem se tornado um modo mais eficiente de gestão de negócios.

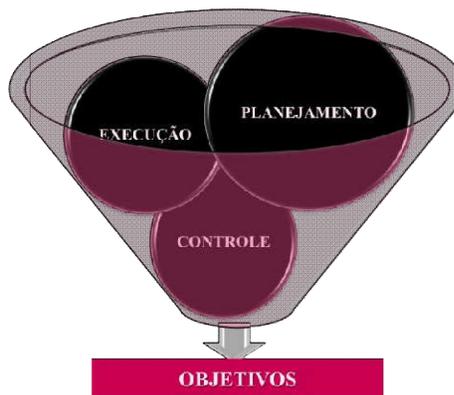
2.2.3 Controles Gerenciais

Segundo Atkinson, et al. (2015, p.272), o termo controle em Contabilidade Gerencial "refere-se ao conjunto de procedimentos, ferramentas, medidas de desempenho, sistemas e incentivos que as organizações usam para orientar e motivar

todos os funcionários a atingir os objetivos organizacionais”. Então, o profissional de Contabilidade utiliza o controle como ferramenta administrativa para atingir os objetivos da empresa, garantindo assim que as metas planejadas sejam alcançadas.

Para que um sistema de controle gerencial possa funcionar de forma eficaz e eficiente, se faz necessário que o gestor da empresa entenda como ele ocorre. Atkinson, et al. (2015, p.272) acreditam que “para o processo de controle ter significado e credibilidade, a organização deve ter conhecimento e habilidade para corrigir situações que a identificam como fora de controle; de outra forma, o controle não serve como propósito”. O processo de gestão de controle consiste em três fases. Podemos observar através da Figura 02:

Figura 02. Fases do Processo de Gestão de Controle



Fonte: Figura elaborada pelos autores.

Independente do ramo da empresa aplica-se esse processo básico de gestão de controle. Portanto, controlar significa ter controle sobre o caminho que a empresa almeja através de um planejamento, e é nessa primeira fase que a empresa poderá obter informações de que caminho deverá seguir para que as suas metas sejam alcançadas, através da escolha de atividades que visam realizar esses objetivos. Na fase da execução, é implementado o plano traçado, e considerado este como o plano a ser seguido até que se confirmem os resultados, nesta fase se faz um acompanhamento das transações que ocorrem. Por fim, na fase de controle executam-se as fases anteriores através da análise dos registros operacionais, para que o sucesso empresarial seja certo e caso contrário, possa corrigir erros de forma mais eficiente, sugerir alterações ou melhorias no planejamento agindo de modo a evitar grandes perdas para a empresa e garantindo que ela alcance os objetivos planejados.

2.2.3.1 Planejamento

Como vimos anteriormente o controle está ligado diretamente à Contabilidade Gerencial no sentido de auxiliar o gestor na melhor forma de administrar os custos e as despesas de uma empresa, para que se alcance um futuro rentável e próspero. Além do controle e da execução, uma das ferramentas utilizadas pela Contabilidade Gerencial de uma empresa é o planejamento, foco do nosso trabalho. E esta é a ferramenta que será mais eficiente para que o Microempreendedor possa alavancar seu negócio.

O planejamento é responsável por desenvolver os objetivos da empresa é um processo que deve ser realizado para que aja a garantia de sucesso organizacional. O planejamento é dividido em duas fases: estratégico e operacional. De acordo com Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.203):

Do planejamento estratégico originam-se as diretrizes da empresa, como os objetivos, as políticas e regras, que delinearão a atuação da empresa, para alcance de suas metas. [...] No planejamento operacional, aspectos táticos e operacionais são avaliados, analisando-se alternativas e seus impactos, através de pré-simulações, compreendendo orientações de médio e longo prazos e de curto prazo.

Então, o planejamento é onde surgem os caminhos a serem seguidos pela empresa, resultando na criação de um plano que deverá ser seguido por todos que participam do negócio. Neste trabalho abordaremos como principal ferramenta da Contabilidade Gerencial o planejamento estratégico.

2.2.3.2 Estratégia

Estratégia é uma palavra que tem como significado plano, método ou caminhos usados para chegar a um objetivo ou resultado específico. Segundo Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.198, grifo do autor) “o termo *estratégia* é de origem grega, *strategía*, e vincula-se à figura da arte de planejamento e execução para fins de se alcançarem os objetivos, que em sua origem eram os de guerra, como escolher onde, quando e com quem guerrear”. Então originalmente, a palavra estratégia se relacionava com a capacidade de gerir guerra de um líder militar, como por exemplo, um general.

A palavra estratégia possui conceitos variados e também vários contextos, tornando mais difícil a sua definição. No âmbito organizacional, a estratégia tem sua

utilidade no sentido de melhorar os resultados esperados pela empresa. “A **estratégia** diz respeito a uma organização que faz escolhas sobre o que fará” (ATKINSON, et al., 2015, p.04, grifo do autor). Ou seja, em um mundo cada vez mais competitivo, é de suma importância que as empresas possuam uma boa estratégia para que ela possa concorrer de igual forma com outras que atuam no mesmo ramo de negócio.

Uma vez formulada a estratégia, é essencial que a organização possua as informações da Contabilidade Gerencial, “à medida que a estratégia é executada, a informação contábil-gerencial fornece *feedback* sobre onde está trabalhando e onde não está e orienta ações para melhorar o desempenho da estratégia” (ATKINSON, et al., 2015, p.04, grifo do autor), o que torna a Contabilidade Gerencial ferramenta útil para o andamento da execução estratégica nos processos operacionais. Por isso, é essencial que o profissional contábil tenha todas as informações gerenciais disponíveis para a administração da empresa.

2.2.3.3 Planejamento Estratégico

Como pudemos perceber o planejamento é onde surgem os caminhos dos planos que serão traçados pela empresa, já estratégia, no âmbito organizacional, é onde se analisa o melhor plano a ser escolhido baseado na análise de mercado de acordo com o ramo da empresa. Então, o planejamento estratégico nada mais é do que o “processo de definir a estratégia da empresa” (MAXIMIANO, 2011, p.62). Essa estratégia é realizada englobando essencialmente:

- A escolha de uma missão ou ramo de negócio;
- A definição dos objetivos específicos de desempenho;
- A definição de como realizar a estratégia escolhida.

Portanto, planejamento estratégico consiste em, primeiramente, determinar qual a missão ou o ramo de negócio que será seguido, Maximiano (2011, p.63) cita como exemplo “a venda de detergentes e outros produtos de limpeza a granel. Os empreendedores que se dedicam a esse tipo de negócio circulam em caminhões com esses produtos e os vendem por volume, de porta em porta”, então, a missão ou o ramo que o empresário escolher representará o objetivo de maior importância para sua

empresa, ou seja, sua principal fonte de receita. “Essa decisão é a essência da estratégia”. (MAXIMIANO, 2011,p.63)

Mas tão importante quanto à escolha da missão, é também definir quais os objetivos específicos, que indicam como o empreendedor que está iniciando seu negócio pode fazer para se desenvolver dentro do mercado escolhido “como ser o líder de vendas no ramo de negócios, ser a empresa mais lembrada quando os consumidores pensam em adquirir o produto ou o serviço” (MAXIMIANO, 2011, p.63), enfim, como crescer e se firmar num cenário tão competitivo.

E finalmente, o planejamento estratégico também será realizado através da definição de como implementar a estratégia definida. Segundo Maximiano (2001, p.63):

Para implementar a estratégia e os objetivos específicos de desempenho, você precisa de estruturas e mobilização de recursos e de vantagens competitivas para lidar com as empresas que disputam os mesmos objetivos que a sua [...] Ou seja, implementar é definir e acionar os recursos para fazer a estratégia funcionar, atuando com vantagens no mercado. Por exemplo, oferecer produtos de limpeza a preços mais baixos que o supermercado [...] e fazer muita propaganda disso.

Os planos estratégicos podem possuir muitos atributos e várias maneiras de serem elaborados, no entanto dentro da Contabilidade Gerencial o modelo atualmente utilizado, trata-se do *balanced scorecard* - BSC, esse modelo de indicador de desempenho pode atender a vários modelos de negócios, inclusive as empresas de pequeno porte. Ele se baseia na necessidade da empresa, fazendo um levantamento do desempenho organizacional de acordo com “quatro perspectivas diferentes, embora vinculadas, derivadas da missão, visão e estratégia da organização” (ATKINSON, et al., 2015, p.14).

Podemos perceber na Figura 03 que a missão e a estratégia estão presentes em todos os níveis da organização da empresa, direcionando ao que é importante, o crescimento e rentabilidade futura. Para isso, é preciso fazer um acompanhamento dos resultados financeiros e não financeiros, assim Atkinson, et al. (2015, p.15) definem que:

As medidas financeiras tendem a ser indicadores atrasados da estratégia; relatam o impacto financeiro das decisões tomadas nos períodos atual e anteriores. As medidas não financeiras nas três outras perspectivas do BSC são indicadores importantes. Melhorias nesses indicadores devem levar a melhor desempenho financeiro futuro, enquanto diminuições nos indicadores não financeiros (como satisfação e lealdade dos clientes; qualidade

dos processos e motivação dos funcionários), geralmente, prevêm redução do desempenho financeiro futuro.

Figura 03. Perspectiva do *Balanced Scorecard*



Fonte: Figura elaborada pelos autores. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/03/o-que-e-balanced-scorecard-bsc.html>. Acesso em: 23 nov.2017.

Então, o andamento da empresa depende do relacionamento entre as informações financeiras das não financeiras, uma vez que para que aja um melhor desempenho financeiro é necessário que os indicadores não financeiros apresentem resultados de forma positiva.

O BSC para ser bem elaborado deve deixar clara a estratégia utilizada nas mais variadas perspectivas de desempenho, tornando visível de forma sucinta a relação de causa e efeito de uma ação específica com os resultados obtidos dessa ação. Segundo Cardoso, Mário e Aquino (2007, p.364):

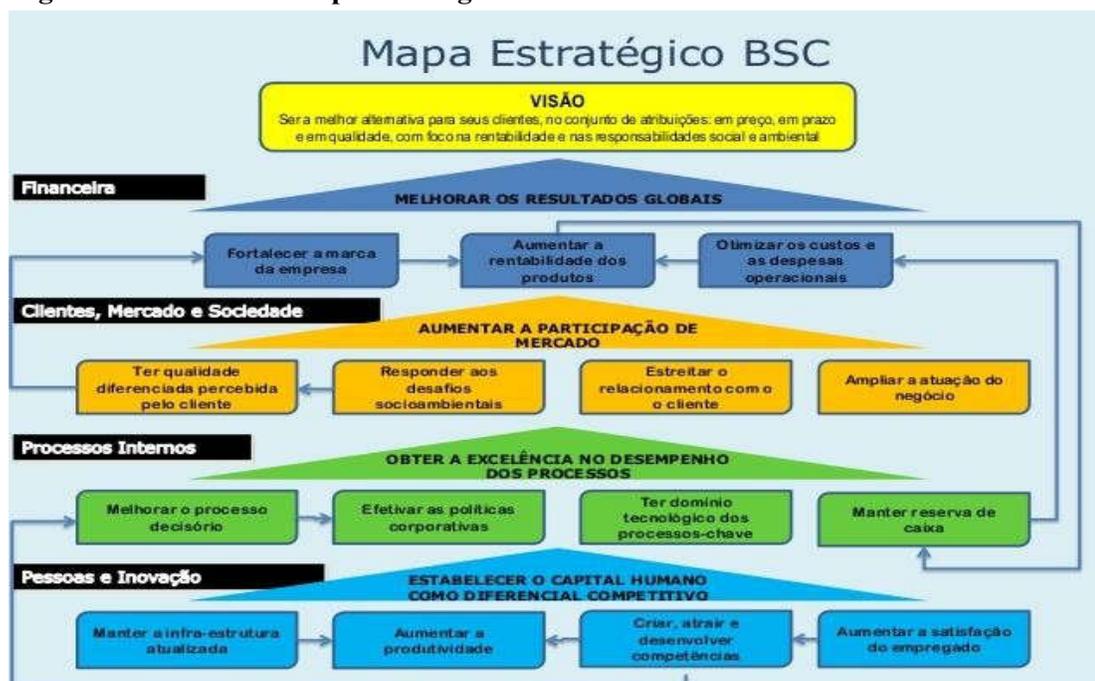
O comportamento de uma medida de resultado seria explicado por um conjunto de vetores de desempenho, que indicam os motivos do comportamento desta medida. Por exemplo, a satisfação dos funcionários depende do clima organizacional, entre outras variáveis. Neste caso, o “clima organizacional” é um vetor de desempenho, da medida do resultado “satisfação dos funcionários”.

Assim podemos entender que o vetor de desempenho seria a causa dos resultados, enquanto que a satisfação dos funcionários seria o efeito da causa. Para alcançar esses resultados as empresas utilizam o chamado mapa estratégico, o qual ilustramos na Figura 04 a seguir. Esse modelo de apresentação do BSC segue um processo de criação lógico como definem Atkinson, et al. (2015, p.19):

Primeiro, identificar os objetivos financeiros a longo prazo, a destinação final para a estratégia. Na perspectiva do cliente, selecionar os clientes visados que gerarão o faturamento para a nova estratégia, e os objetivos para a proposição de valor oferecida para atrair, reter e aumentar os negócios com esses clientes. Na perspectiva do processo, selecionar objetivos que criam e entregam a proposição de valor ao cliente e também aumentam a produtividade e a eficiência para melhorar as medidas de desempenho financeiro. Finalmente, identificar as habilidades dos funcionários, as necessidades de informação, a cultura da empresa e o alinhamento que direcionarão a melhoria dos processos críticos.

Conforme o modelo de mapa estratégico a seguir apresentado na Figura 04, podemos observar que a utilização do BSC como uma ferramenta do planejamento estratégico tem como objetivo apresentar com clareza a visão e a estratégia; o relacionamento dos objetivos e estratégias; o planejamento e organização de metas e planos estratégicos; melhorar o feedback e o aprendizado estratégico. “Nesse sentido, acreditamos que não o modelo em si, mas o processo pelo qual a empresa passa para implantar um sistema de indicadores, é que possibilita aos gestores discutirem tais aspectos e chegarem a novas soluções” (CARDOSO, MÁRIO E AQUINO, 2007, p.367).

Figura 04. Modelo de mapa estratégico BSC



Fonte: Disponível em: <https://pt.slideshare.net/CarlosEduardoRocha2/estrategia-de-vendas-35079613>. Acesso em: 24 nov. 2017.

Apesar de ser um pouco complexo e abrangente, o *balanced scorecard* demonstra ser uma ferramenta eficaz e eficiente não só no sentido financeiro como também nos assuntos relacionados e que são significativos no desempenho empresarial.

2.3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia detalha o tipo de pesquisa realizada e o ato desenvolvido durante o desenvolvimento do trabalho acadêmico, ou seja, tudo o que foi utilizado para obter dados que foram trabalhados na pesquisa.

Sendo assim, a metodologia está ligada ao objetivo da pesquisa, é a maneira com que os dados captados serão trabalhados de maneira a evidenciar o que for de maior relevância a pesquisa. Para isso o autor deve ter claro o objetivo buscado com sua pesquisa, Medeiros (2013, p.31) define que “o pesquisador deve antes de tudo conhecer seu objeto, o autor e a obra que serão o foco de sua pesquisa. Sem o levantamento e a leitura exaustiva das obras de crítica literária relativas à sua área de atuação, sua pesquisa corre riscos sérios de fracasso”.

Então para que um trabalho acadêmico possa ser bem desenvolvido e de bom entendimento é necessário que seu autor tenha conhecimento suficiente do assunto abordado, através da pesquisa científica que exige a utilização de dois métodos, classificados em dedutivo e indutivo. Para Medeiros (2013, p.31) “o raciocínio dedutivo parte de enunciados gerais dispostos em ordem, como premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular”, ou seja, a conclusão não pode ir além da ideia original. Já o método indutivo “é um processo inverso ao dedutivo. A indução caminha de fatos singulares para chegar a uma conclusão ampla”, sendo assim, esse método nos leva para dentro do estudo através de informações exteriores.

O nosso artigo utiliza um pouco dos dois métodos, sendo o método dedutivo utilizado para a pesquisa bibliográfica realizada a partir do estudo de publicações que conceituam a Contabilidade e sua utilidade para as Micro e Pequenas Empresas trazendo o entendimento do assunto de forma a tornar mais fácil e rápida a sua aplicação para os gestores.

Já o método indutivo, foi realizado através do estudo de caso, sendo utilizado um questionário com o propósito de avaliar a utilidade que a Contabilidade Gerencial tem dentro de uma empresa de Pequeno Porte.

2.3.1 Tipos de Pesquisa

No que diz respeito à tipologia de pesquisa, Medeiros (2013, p.33) explica que esta pode ser dividida em pesquisa exploratória – que é a que estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto da pesquisa e orientar a formulação de hipóteses; descritiva – é a pesquisa que estuda, analisa, registra e interpreta os fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador, são exemplos às pesquisas de campo e de opinião; e explicativa – que registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas.

Baseado no que foi esclarecido, podemos dizer que nossa pesquisa inicialmente é classificada como exploratória, uma vez que ela é considerada como a iniciação do trabalho científico, pois visa fornecer as informações necessárias para avaliar se é possível a realização de uma boa pesquisa sobre determinado assunto. Em seguida utilizamos a pesquisa descritiva, pois nela é que os fatos são levantados e analisados através de coleta de dados, realizada via questionário e observação dos resultados.

2.3.1.1 Procedimentos adotados para obtenção de dados

Utilizamos para coletar os dados da empresa uma entrevista, onde foi elaborado um questionário com nove perguntas fechadas e abertas que foi respondido pelo dono da empresa.

3 SOBRE A EMPRESA ENTREVISTADA

3.1 Sobre a Empresa Alvo

A empresa na qual foi realizada uma entrevista é do segmento varejista e autorizou a pesquisa com a condição de manter sigilo quanto ao seu nome original. Desta forma, utilizaremos a nomenclatura de “Supermercado São João” como nome fantasia. A empresa pesquisada foi fundada em março de 2000, foi aberta em sociedade do dono com sua esposa, como um pequeno negócio em uma comunidade de João Pessoa, no estado da Paraíba. Com o passar dos anos a Empresa Alvo ampliou suas atividades sendo pioneira no ramo a fazer entregas em domicílio, fato este que fez com que ela alavancasse seu negócio.

O crescimento da empresa, que começou com poucos funcionários e hoje agrega mais que o dobro desse número, se deu pela experiência que o dono tinha com esse ramo. Segundo ele, o mercado na época foi acompanhando o desenvolvimento dos bairros que cresciam ao redor do seu negócio. Então ele aproveitou a oportunidade e ampliou as entregas para fora do bairro, fazendo crescer o interesse das pessoas em ter a comodidade de ver suas compras sendo entregues em casa.

Mas somente isso não bastou, após esse período, ele sentiu a necessidade de formalizar suas contratações, visto que esse crescimento trouxe como consequência a ampliação do mercado e a contratação de mais funcionários. Atraídos pelos preços abaixo do oferecido pelos concorrentes, a demanda de clientes obrigou o proprietário a comprar as casas ao redor e ampliar ainda mais sua empresa.

Atualmente, o dono alega que muito do seu crescimento, se deu após a contratação de um profissional contábil para auxiliá-lo na tomada de decisão. Segundo ele, o contador foi fundamental para fornecer informações onde somente sua experiência não bastava. Hoje, a empresa conta com uma estrutura capaz de atender a toda a cidade, inclusive com venda em atacado.

Missão: Atender às necessidades de seus clientes, superando as expectativas de um bom atendimento em um ambiente agradável, com comodidade e melhores preços.

3.2 Sobre a Entrevista

Sobre a primeira pergunta que tratou do tipo de Contabilidade que a empresa utilizava, o proprietário respondeu que utiliza a Contabilidade Financeira, segundo ele o que importa é a entrada e saída de dinheiro, ou seja, a empresa utiliza o fluxo de caixa que é definido por Maximiano (201, p.194) como “uma poderosa ferramenta de gestão do empreendedor, que lhe permite planejar ações que envolvam recursos financeiros”. Longenecker, et al. (2007, p.402), por sua vez, complementam afirmando que “se existe uma coisa que pode ajudar ou quebrar uma empresa, especialmente quando ela é pequena, é o fluxo de caixa”.

A segunda pergunta indagou sobre em que as tomadas de decisões da empresa se baseavam e a resposta foi que as decisões eram tomadas baseadas nas experiências adquiridas com o decorrer do tempo. Porém, o recomendado seria considerar o planejamento estratégico onde Maximiano (2011, p.61) afirma que planejamento “serve para enfrentar o futuro, com suas certezas e incertezas. Se a empresa não se preparar

será atropelada pelos acontecimentos”. Esta afirmativa ilustra a resposta dada pelo empresário à terceira pergunta sobre o tipo de planejamento utilizado, cuja resposta foi que se utilizavam apenas metas e vendas, porém nada estratégico. Neste caso Longenecker, et al. (2007, p.60) afirmam que:

Estratégia é, essencialmente, um plano de ação para coordenar recursos e compromissos de uma empresa, a fim de aumentar seu desempenho. A seleção das estratégias deve ser orientada mais pela situação da empresa que pelas escolhas passadas, pela nova moda do segmento setorial ou por quaisquer outros ‘sentimentos’ do momento. A escolha de uma estratégia que faça sentido a um empreendedor e a seu empreendimento é o primeiro passo significativo em direção ao desempenho superior

Quando perguntado sobre qual a utilidade da Contabilidade para a empresa afirmou que utiliza apenas para atender ao Fisco e ao Governo, mas para Maximiano (2011, p.188):

O objetivo principal da Contabilidade é permitir que cada grupo de partes interessadas possa avaliar a situação econômico-financeira da empresa, em um determinado momento, bem como avaliar as tendências. Para cumprir esse objetivo, a Contabilidade produz relatórios contábeis e demonstrações financeiras com informações resumidas e ordenadas.

Quanto à pergunta sobre a utilização de algum tipo de controle, foi informado que sim, que fazia uso do controle financeiro que nada mais é que o controle do fluxo de caixa. No entanto, Longenecker, et al. (2007, p.402) afirma que “é absolutamente essencial que o empreendedor desenvolva um orçamento de fluxo de caixa para antecipar quando o dinheiro vai entrar e sair do negócio”.

Em seguida perguntamos com relação à visão da empresa, se ele considerava a Contabilidade Gerencial importante, e foi respondido que sim, e que a empresa desenvolve junto ao seu contador um programa que o auxilia na tomada de decisão em relação à formação do preço, ele escolhe o preço baseado no valor da compra para decidir se esse preço irá ser rentável e competitivo ao mesmo tempo.

Para isso, Atkinson, et al. (2015, p.51) acreditam que “nos mercados em que a organização enfrenta um preço determinado pelo mercado, ele utilizará as informações de custo do produto para decidir se sua estrutura de custos lhe permitirá competir rentavelmente”. Logo, Longenecker, et al (2007, p.258) complementam que “para uma empresa obter sucesso, sua definição de preço deve cobrir os custos totais mais alguma

margem de lucro. A definição de preço, sendo assim, deve ser baseada no entendimento do comportamento básico dos custos”.

Complementando a pergunta anterior, perguntamos se a empresa sentiu alguma dificuldade para executar as ferramentas contábeis, o empresário respondeu que não, uma vez que ele achou necessário ter uma boa contabilidade que o auxiliasse no planejamento dos custos.

A contabilidade de custos desempenha as funções de auxílio ao controle e à tomada de decisão. Na função de auxílio ao controle, fornece dados para a elaboração de padrões e orçamentos, que poderão ser comparados com os custos e receitas a serem obtidos no futuro. Na função de auxílio à tomada de decisão, fornece informações para a determinação do preço de venda e escolha do fornecedor, entre outras. (MAXIMIANO, 2011,p.197)

E para concluir o questionário foi perguntado ao entrevistado se a partir do conhecimento da Contabilidade Gerencial quais os possíveis benefícios que ela poderia levar para a empresa, foi respondido que, um dos benefícios levados é a melhor segurança para a tomada de decisões, o que garante melhores resultados e a permanência por mais tempo no mercado.

A tomada de decisões que tem implicações financeiras é uma constante na rotina de um empreendedor: comprar ou alugar equipamentos e instalações, fixar preços e controlar estoques, só para mencionar algumas. A contabilidade, por meio de coleta e do processamento de informações, é o instrumento que auxilia o processo interno de tomar decisões. (MAXIMIANO, 2011,p.187)

3.3 Resultados

Após a apuração dos resultados, elaboramos um esquema com as principais respostas dadas pelo empresário e que referenciam nosso artigo:

Figura 05. Principais Respostas Obtidas



Fonte: Figura elaborada pelos autores.

Através das informações obtidas no nosso estudo de caso, podemos perceber que apesar de conseguir manter-se estável em um ramo tão competitivo, o proprietário de uma empresa utiliza-se de métodos intuitivos para manter o funcionamento do seu negócio. Como mostrado anteriormente durante o nosso artigo, as Micro e Pequenas Empresas surgem do âmbito familiar, e se desenvolvem através da experiência adquirida pelo dono em antigos empregos no mesmoramo.

Apesar do empresário entrevistado se valer de um bom profissional contábil, percebemos que o modelo de gestão utilizado não é o adequado para que seu negócio venha a crescer. Podemos ilustrar essa informação através do que foi declarado durante a nossa entrevista, segundo ele somente após contratar um contador foi que seu negócio expandiu, pois este o ajudou a gerir os gastos. Entretanto, o entrevistado alegou que utiliza a Contabilidade somente como ferramenta financeira e para análise de custos, acreditando ainda, que a mesma é necessária somente para fornecer informações ao Fisco e ao Governo.

O que não é de um todo errado, visto que essa também é a função da Contabilidade. Contudo, como mencionado anteriormente em nosso artigo, há muito mais benefícios em explorar essa ciência mais a fundo, do que somente na área financeira e tributária, como por exemplo, aumentar o número de vendas através de um planejamento estratégico de vendas.

Um profissional preparado, atualizado e com visão de futuro, poderia garantir ao microempreendedor muito mais lucro do que seu faturamento atual. Para isso, o empresário precisaria ter uma noção do que a Contabilidade Gerencial poderia fazer pelo crescimento do seu negócio. E essa falta de conhecimento ficou evidente quando, dentro das definições de Contabilidade que o nosso entrevistado reconhecia, ele afirmou que já se utilizava da Contabilidade Gerencial, uma vez que fazia um planejamento dos custos das mercadorias adquiridas para escolher seus preços de venda. Todavia, o que pudemos perceber com nosso artigo, é que existem outras ferramentas da Contabilidade Gerencial do que somente planejar os custos.

Acreditamos que esse caso ilustra bem o atual cenário das MPEs no Brasil, empresários despreparados, com uma cultura limitada em relação ao contador, e que apesar de ter o espírito empreendedor, lhe falta o conhecimento necessário para alavancar os negócios, conhecimento esse que o profissional na área de Contabilidade

Gerencial possui. O que demonstra o quanto é importante o papel do contador dentro das MPEs.

Baseados nas informações analisamos que, no Brasil um microempresário que não detém pelo menos o conhecimento básico do funcionamento de um negócio, pode não durar tanto quanto gostaria. Mas que, como apresentamos no nosso estudo de caso, quando consegue suportar as altas cargas tributárias e se manter ativo por tanto tempo, chega a um momento que atinge seu limite de crescimento, estagnando, não por comodismo, mas sim, por falta de profissionais da área de gestão empresarial que o oriente sobre qual o melhor caminho para expandir seu negócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou qual a utilidade que a Contabilidade Gerencial tem para as Micro e Pequenas Empresas para gerir o negócio, já que podemos perceber que no atual cenário tão competitivo, possuir os conhecimentos específicos é o melhor modo de garantir uma gestão eficiente e eficaz. No que se refere ao objetivo geral que era “analisar a eficácia da Contabilidade Gerencial para o desenvolvimento de MPEs”, foi constatado, por meio da pesquisa e estudo de caso, que há a necessidade por parte do empreendedor de obter uma Contabilidade voltada mais para a gestão do que somente para o controle financeiro.

Como pudemos perceber na nossa pesquisa, apesar do entrevistado alegar que está satisfeito com sua contabilidade, ainda sim sente falta de uma contabilidade que alcance os setores gerenciais e não somente os financeiros.

Em relação aos objetivos específicos no primeiro objetivo específico que foi “conceituar a empresa e as MPEs”, vimos que existem várias interpretações do que vem a ser Micro e Pequenas Empresas, porém, independente da sua interpretação, percebemos que elas representam uma parte significativa na economia brasileira. O que foi comprovado com o histórico da empresa alvo do nosso estudo de caso, que teve uma contribuição econômica de mercado local significativo ao gerar mais empregos diretos, uma vez que ela começou com menos de dez funcionários e hoje agrega cerca de trinta e nove funcionários, o que a classifica como Empresa de Pequeno Porte.

O segundo objetivo específico era “pontuar as características, benefícios e atuação da Contabilidade Gerencial”, este também foi alcançado, pois como vimos a Contabilidade Gerencial é a principal ferramenta para auxiliar o gestor na tomada de

decisão. Apesar de o entrevistado responder que se utiliza mais da contabilidade financeira, ele também gostaria de ter acesso a modelos de planejamentos estratégicos disponibilizados através da Contabilidade Gerencial.

O nosso último objetivo específico tinha como interesse responder qual a importância da “utilização das ferramentas contábeis dentro das MPEs”, constatamos que ela é de suma importância na contribuição de informações específicas que auxiliaram ao Micro empresário na tomada de decisões. Atualmente, diante das incertezas de mercado e suas constantes transformações, ter um planejamento estruturado por uma gestão competente é essencial para o desenvolvimento das estratégias, o que pode facilitar para o empresário tomar medidas que o ajudem a chegar ao seu objetivo final, enquanto dono de um negócio, que é auferir lucros cada vez maiores.

Então, podemos considerar que o presente artigo demonstrou que a Contabilidade Gerencial é de grande utilidade para as MPEs no Brasil, tendo em vista que utilizar um modelo de gestão é garantir um recurso a mais para o desenvolvimento da empresa, dando-lhe suporte para competir e se manter no mercado. Portanto, os objetivos foram atendidos, pois a empresa entrevistada nos forneceu informações relevantes que comprovaram que muitas vezes sem um conhecimento específico de gestão, o empreendedor provavelmente não alcançaria seus objetivos.

A partir dos diálogos realizados através da nossa entrevista e também com os autores percebemos que a Contabilidade Gerencial é uma importante ferramenta estratégica que pode ser utilizada pela administração das empresas na busca por melhorias e benefícios na tomada de decisão. E que a sua não utilização pode acarretar prejuízos significativos ou até mesmo causar o encerramento de suas atividades.

Enquanto dificuldades, apontamos a dificuldade de realizar uma pesquisa de campo ampla, já vista o grande número de Micro e Pequenas Empresas existentes no Brasil, os dados de pesquisa disponibilizados pelo SEBRAE (2014) referente à contribuição econômica das MPEs no Brasil também foi uma limitação, uma vez que esses índices podem ter sofrido alterações significantes.

Por fim, observamos que ainda há muito a ser pesquisado mediante esta temática, recomendamos então ampliar esse estudo as MPEs de outros ramos de atividades para comparar com os resultados aqui apresentados, correlacionando a pesquisa apresentada aqui como referência e lembrando-se de verificar se houve atualização dos dados dos órgãos pesquisados. Recomendamos também um estudo

sobre o custo financeiro de implementar as ferramentas gerenciais estudadas aqui, nas MPEs.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**: Informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4. Ed. Tradução de Ailton Bonfim Brandão; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2015.

BNDES. **Quem somos?**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>. Acesso em: 18 set.2017.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Pueri do Carmo; BUSANELLI DE AQUINO, André Carlos. **Contabilidade Gerencial**: Mensuração, monitoramento e incentivos. 1. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Campus: Rio de Janeiro, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática Tributária da Micro, Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Ricardo José. **Resumo de Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2008.

INFORMAL, Dicionário. **Significado de FGV**. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/fgv/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

INFORMAL, Dicionário. **Significado de IBGE**. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ibge/>. Acesso em: 25 nov.2017.

IUDICIBUS, Sergio de. **1935 – Contabilidade Gerencial**. 6. Ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LONGENECKER, Justin G. et al. **Administração de Pequenas Empresas**. Tradução Oxbridge Centro de Idiomas. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: Fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MALHEIROS, Rita de Cássia; ALBERTO FERLA, Luiz; ALMEIDA CUNHA, Cristiano J. C. de. **Viagem ao Mundo do Empreendedorismo**. 2. Ed. Florianópolis: IEA, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. Ed. 6. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO: Tudo sobre Administração. **Balanced Scorecard (BSC)**: análise e aplicação. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/03/o-que-e-balanced-scorecard-bsc.html>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Conceito de Faturamento**: entender para não errar na empresa. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/conceito-de-faturamento-entender-para-nao-errar-na-empresa/47791>. Acesso em: 08 ago.2017.

ROCHA, Carlos Eduardo. **Estratégia de Vendas**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/CarlosEduardoRocha2/estrategia-de-vendas-35079613>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que fazemos?**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso em: 18 set.2017.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudos e Pesquisas**: Taxa de Sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15_01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 19 jul. 2017.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudos e Pesquisas**: Relatório Especial Empresas Familiares. Disponível em: http://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/outros-estudosdestaque18_c61af925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 02 ago.2017.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório Especial** – “Pressão de Custos”. Junho de 2016.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Especialistas em Pequenos Negócios: Pequenos Negócios no Brasil. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Novo%20MPE%20Indicadores%2013%2003%2014.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SIGNIFICADOS. **Significado de PIB**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pib/>. Acesso em: 25 nov.2017.

SIMPLES NACIONAL 2018: Confira Nova Lei e Tabela. Disponível em:
<http://contadores.cnt.br/noticias/tecnicas/2017/07/04/simples-nacional-2018-confira-as-novas-tabelas-e-limites.html>. Acesso em: 23 dez. 2017.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral:** Introdução à Contabilidade Societária. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

O Comportamento da Inadimplência do Consumidor no Brasil de 2010 a 2014

Paula Chaves Nóbrega²⁵

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior²⁶

Resumo: Esse trabalho visa estudar o comportamento do índice de inadimplência no período de 2010 a 2014 e quais as principais variáveis que influenciam para o aumento ou queda desse índice no mercado, com ênfase no PIB e no índice de desemprego. Através do gráfico de dispersão, calculando o coeficiente de Pearson, analisa-se a relação dessas duas variáveis com a inadimplência. O tema aborda os principais fatores que levam o consumidor a entrar num quadro de endividamento e que muitas vezes excedem sua capacidade de pagamento, chegando a inadimplir, verifica-se também, como algumas manobras feitas pelo governo, afeta diretamente no poder do consumo, como exemplo, as isenções e redução de impostos sobre produtos, o que aumenta o consumo das famílias e fazem os consumidores muitas vezes comprar bens e serviços desnecessários. Identifica-se o quanto é importante o planejamento e a educação financeira e como a inclusão desse tema poderia ajudar na saúde financeira da família.

Palavras-chave: Inadimplência, Endividamento, Planejamento Financeiro.

Abstract: This study aims to study the behavior of the default rate in the period from 2010 to 2014 and which are the main variables that influence the increase or decrease of this index in the market, with emphasis on GDP and the unemployment rate. Through the dispersion graphic, calculating the Pearson coefficient, we analyze the relation of these two variables with the default. The issue addresses the main factors that lead the consumer to enter into a debt situation and that often exceed their ability to pay, we also notice, like some maneuvers made by the government, directly affect the power of consumption, as an example, exemptions and reduced taxes on products, which increases household consumption and make consumers often buying unnecessary goods and services. We identified how important financial education and planning are and how inclusion of this topic could help the family's financial health.

Keywords: Defaults, Indebtedness, Financial Planning.

²⁵Graduanda do Curso de Administração no IESP Faculdades. E-mail:

p_cnobrega@hotmail.com²⁶Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Docente do Curso Superior em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inadimplência é o descumprimento de uma obrigação previamente acordada, especialmente relacionada com a falta de pagamento de uma dívida, segundo o site do Dicionário de Português Dicio (2017), em outras palavras, consiste na falta de cumprimento de uma obrigação.

E o que leva as pessoas deixarem de cumprir com essas obrigações? Existem muitos motivos que levam uma pessoa a inadimplir: o desemprego, a diminuição da capacidade de pagamento, o aumento dos preços nos bens e serviços como alimentação, remédio, educação e saúde. Mas, não é só a falta de dinheiro, que faz com que as pessoas não cumpram com essas obrigações, há outros motivos, tais como a falta de planejamento e educação financeira, que faz o consumidor, gastar mais do que ganha e comprar coisas que não precisam.

Existem vários fatores que podem auxiliar a análise do comportamento do índice de inadimplência, no entanto neste trabalho será utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado lugar (município, estado e país) em um determinado período, como também, os indicadores de desemprego do País neste mesmoperíodo.

O ano de 2010 foi iniciado com grandes expectativas, os setores de serviços e comércio acreditavam no crescimento de faturamento no início do primeiro trimestre, como mostra a matéria publicada pelo site oficial do SERASA (2010), que em sua avaliação diz, “O empresário brasileiro está mais otimista em relação ao seu negócio e, gradualmente, amplia sua disposição para aumentar os investimentos”. Sabemos que quando o mercado está em crescimento e sua economia estabilizada, tende-se a gastar mais e comprar mais.

Para melhor concretização do êxito deste artigo, pretende-se alcançar vários objetivos: O objetivo geral consiste em buscar informações relevantes que demonstram o comportamento da inadimplência do consumidor brasileiro no período de 2010 a 2014. Seguindo para os objetivos específicos: identificar as principais causas da inadimplência no País; verificar os conceitos e os indicadores do SERASA em relação à inadimplência no Brasil; identificando os motivos que levam uma pessoa a inadimplir, mesmo em um ambiente favorável ao cumprimento do acordo, com isso contribuir com novos estudos sobre a inadimplência em território brasileiro, visto que existe pouca literatura sobre o temaespecífico.

O presente artigo está dividido em cinco partes. A primeira parte é uma breve introdução. A segunda trata do referencial teórico. Já na terceira abordaremos a metodologia utilizada neste estudo. Na quarta, a análise dos dados estudados. E por fim, apresentamos as considerações finais sobre o comportamento da inadimplência no País.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Inadimplência

Segundo Iudícibus e Marion (2001, p.145), nos termos contábeis a inadimplência seria “a falha em atender a um contrato. Geralmente, refere-se à falha no pagamento de juros ou principal sobre obrigações de empréstimos”. Embora exista uma única interpretação para a palavra inadimplência, há também uma definição mundial e mais abrangente adotada pelo *Basel Committee on Banking Supervision* – Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária (BCBS) :

Considera-se ter ocorrido *default* em relação a um devedor específico quando um ou ambos os eventos tenham acontecido:

- O banco considera improvável que o devedor pague na totalidade suas obrigações ao conglomerado financeiro sem que este tenha que recorrer a ações tais como a realização de garantias (sepossuir);
- O devedor está atrasado em mais de 90 dias em alguma obrigação material com o conglomerado financeiro. Saques a descoberto são considerados como operações em atraso quando o cliente infringir um limite recomendado ou tenha lhe sido recomendado um limite menor que a dívida atual (BCBS, 2006,p.100).

Diferente da metodologia utilizada pelo BCBS como visto em DIEESE (2012, p.9), “sendo a inadimplência recursos provisionados pelos bancos, para possíveis perdas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de crédito, no intuito de resguardar o patrimônio das instituições financeiras”. E da forma que Chu (2001) dividiu as causas que elevam o índice de inadimplência em dois grandes grupos, sendo o primeiro fatores microeconômicos ou idiossincráticos, que estão ligados ao comportamento individual de cada instituição financeira e seus tomadores de recursos e em segundo os fatores macroeconômicos que afetam o estado da economia de um modo geral.

Para mostrar o comportamento da inadimplência na nona economia do mundo, ao mesmo tempo, a décima nação mais desigual do planeta, vamos considerar apenas a metodologia dos indicadores do SERASA.

- Construído a partir da quantidade dos CPFs consultados mensalmente à base, exceto cheques e “lotes”;
- Se um CPF foi consultado mais de uma vez, considera-se apenas um registro (o que importa é se o consumidor buscou crédito naquele mês e não quantas vezes buscou);
- Quantidade de CPFs consultados transformado em número índice médio (2008 = 100).

Para o economista Sandroni (2008, p.416) no seu *best-seller* intitulado Dicionário da Economia do Século XXI, a inadimplência significa a “Falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros de mora, multa contratual ou outros encargos”.

2.2 Cenário Macroeconômico

Existem alguns estudos, que tem como finalidade verificar as variáveis que influenciaram diretamente o nível de inadimplência de uma economia. É o caso do estudo de Jakubik (2007), que propôs uma análise pela aplicação do modelo de Merton para República Tcheca, incluindo fatores macroeconômicos para confirmar se tais fatores influenciam na taxa de inadimplência. As variáveis utilizadas foram: inadimplência, PIB, taxa de juros nominal, inflação, endividamento do setor não financeiro, taxa de desemprego, taxa de câmbio e demanda agregada.

Dados trimestrais divulgados pelo Banco Nacional Tcheco referente ao período de 1997 a 2005 foram utilizados na pesquisa. Foi constatado que apenas a taxa de inadimplência, PIB, a taxa de juros nominal e a inflação são variáveis macroeconômicas que influenciam no fenômeno do estudo.

A economia brasileira passou por grandes transformações nesse período de 2010 a 2014, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Contas Regionais do Brasil 2010 (2012, p.11), “o PIB a preço de mercado acumulado no ano de 2010 cresceu, em volume, 7,5% em relação ao ano anterior”. Já em 2014 o PIB fechou em alta de 3,6% um crescimento bem abaixo de 2010.

No estudo sobre a influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras, Ruberto (2013), concluiu que, existe uma

relação positiva entre o endividamento e o PIB, e que o aumento dessa variável leva ao crescimento da anterior. E que a um longo prazo o crescimento poderá levar a inadimplência.

Em outro artigo sobre a avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil, Linardi (2013), analisa que os resultados apresentados indicam que choques macroeconômicos têm efeito significativo sobre a taxa de inadimplência.

Existem outros fatores que influenciam diretamente no índice de inadimplência, como visto no relatório de estabilidade financeira do BCB - Banco Central do Brasil (2012), a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), medidas utilizadas pelo Governo Federal para estimular o crescimento econômico. Como também a redução nas taxas de juros praticadas pelos bancos, que fez com que o índice estudado apresentasse um elevado nível.

2.2.1 Cenário Macroeconômico Atual

Na análise feita dos indicadores econômicos por parte do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil e Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) (2017, p.3) “estima que ao final de maio 2017 haviam um total de 60,1 milhões de pessoas físicas negativas no país”. Esse índice foi um dos maiores já registrados nos últimos sete anos. Ele aponta também que o cenário recessivo com a redução da capacidade de pagamento das famílias brasileiras e a redução da tomada de crédito tem uma grande parcela nesse aumento.

Mesmo com a redução contínua no último ano da taxa SELIC, em outubro de 2016 era 14% a.a. e caiu em outubro do ano de 2017 para 7,5% a.a., os juros para crédito e financiamento, por parte dos bancos e financeiras, não tem acompanhado essa queda.

A inadimplência pode ser um dos fatores que fizeram com que as instituições financeiras não baixassem as taxas praticadas no mercado, sabendo que a taxa SELIC é a taxa básica para cálculo das demais taxas bancárias. Já que para se enquadrar ao Acordo de Basileia III, as instituições financeiras teriam que se adequar ao percentual de 11% do total de ativos ponderados pelo grau de risco.

Segundo os dados do SPC, o número de pessoas inadimplentes cresceu de 56,5 milhões em maio de 2015 para 60,1 milhões em maio de 2017, ou seja, um crescimento de 6,37%. Este artigo destacará os dados de dezembro de 2010 a 2014.

2.3 Cenário Microeconômico

Segundo o economista Santos (2017, p.62), “A recessão bateu na arrecadação dos governos, criando a crise nas finanças públicas, gerou crise nas famílias com a redução dos salários e do crédito e também atingiu as empresas produtivas que enfrentaram retração do mercado e o endividamento”.

Em uma pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2017, p.4) aponta a importância do controle dos índices para liberação de crédito, “Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste”.

Nesse cenário atual da economia brasileira, onde existem mais de treze milhões de desempregados, a importância do controle da inadimplência é de extrema prioridade. Campanhas para descontos nos juros e acordo de novas negociações e parcelamento são mecanismos usados pelas empresas e instituições financeiras nas tentativas de diminuir esse elevado índice.

Esse controle não é só importante para as pessoas jurídicas, mas também, para todas as pessoas físicas, que necessitam de educação e de planejamento financeiro, sendo de extrema relevância para evitar o atraso nas contas e a falta de recursos para honrar com seus compromissos.

De acordo com Lucena (2017, p.3), “A administração financeira é uma das linhas de abordagem que contempla a gestão de recursos monetários, indo muito além do uso apenas nas empresas. A área de finanças consegue abranger tanto a área de negócios, quanto a área de finanças pessoais, estando presente inclusive, diariamente em nosso cotidiano”.

Em Lucena (*apud* Silva, 2004), a realidade no Brasil é de que as pessoas não foram educadas para pensar sobre dinheiro na forma de administração. Assim, a maioria gasta aleatoriamente sem refletir sobre o seu contexto financeiro e os impactos futuros. Poupar é importante, mas não é o suficiente. Poupar é consumo futuro. É preciso saber

investir, escolher a modalidade mais interessante de rendimento, além da caderneta de poupança.

A facilidade de acesso ao crédito em uma sociedade capitalista na busca de bens e serviços que nem sempre está ligada a sua real necessidade, faz com que as pessoas, mesmo endividada, procurem os bancos, as financeiras e as administradoras de cartões de crédito na perspectiva de realizar seu desejo com a possibilidade de pagamento futuro, gerando um acúmulo de contas a pagar que muitas das vezes é maior que seu rendimento mensal.

2.4 Endividamento

Muitas pessoas confundem endividamento com a inadimplência e por terem conceitos bem parecidos possuem uma relação entre si. A pessoa pode estar comprometida, mas ainda assim pagando suas contas em dia, dizemos que esta pessoa está endividada. Quando ela começa a consumir mais que os recursos disponíveis para quitar essas dívidas, passa a ser um inadimplente.

O superendividamento pode ser gerado por vários fatores além do consumo excessivo de acordo com Marques (2008):

O sobreendividamento, também designado por falência ou insolvência dos particulares, diz respeito aos casos em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Uma parte da doutrina considera ainda como sobreendividamento as situações em que o devedor, apesar de continuar a cumprir os seus compromissos financeiros, o faz com sérias dificuldades. Fala-se de sobreendividamento ativo quando o devedor contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, por exemplo, não planejando os compromissos assumidos. Designa-se por sobreendividamento passivo os casos em que essa impossibilidade de cumprimento resulta da ocorrência de circunstâncias imprevistas como o divórcio, o desemprego, a morte ou uma doença (os chamados “acidentes de vida”), que determinam um aumento de despesas excepcionais ou uma quebra no rendimento habitual do devedor.

Como bem definido pela professora doutora Maria Manoel Leitão Marques, em sua citação acima, os consumidores que por muitas vezes agem de forma ativa para chegar ao endividamento, logo, levando diretamente à inadimplência, está sempre ligado ao consumo desenfreado. Já os consumidores que de forma passiva chega ao endividamento e nesse caso pode ser momentâneo, já que essa renda poderá vir a ser recuperada, o simples planejamento e educação financeira ajudariam a diminuir essas circunstâncias.

Analisando por outra ótica, o credor também tem uma parcela de responsabilidade sobre o superendividamento da população, através do estímulo à busca de crédito, com propagandas em horários nobres da televisão, dos rádios e nas mídias sociais. Na Revista de Informação Legislativa, Lopes (1996) aborda esse assunto como uma problemática de fenômeno social e não apenas pessoal.

No âmbito jurídico o assunto é abordado na mesma linha de análise, na Revista de Direito do Consumidor Marques (2010, p.13) define, “Esse estado de endividamento dos consumidores pessoas físicas de boa-fé é um fenômeno social e jurídico”, ainda no mesmo artigo ela descreve que “o endividamento é fato individual, mas com consequências sociais e sistêmicas”.

Não se pode simplesmente falar que o endividamento e a inadimplência são gerados por consumo em massa, falta de planejamento e de educação financeira, se no Brasil as pessoas não tem essa cultura de poupar e investir pensando no futuro. O grande número de facilidades no pagamento, linha de crédito, ações promocionais, gera um sentimento de necessidade pelo consumo de bens e serviços que não são essenciais.

2.5 Principais Fatores da Inadimplência

Entre os principais fatores da inadimplência no Brasil, alguns já falados anteriormente, podemos destacar entre eles: i) o desemprego; ii) o descontrole financeiro; iii) os juros elevados; iv) a facilidade no crédito; v) o empréstimo do nome para terceiros; vi) o consumo em massa; e vii) a falta de planejamento financeiro.

Neste artigo daremos ênfase a principal questão macroeconômica, o desemprego. E principal questão microeconômica, a facilidade no crédito.

Segundo Miriam Leitão (2015, p.90), “Ter uma população com a maioria de pessoas em idade ativa é bom, mas ter essas pessoas desempregadas e o fora da PEA é um desperdício de capital humano que o país não terá outra chance de aproveitar. Muita gente em idade ativa pode gerar revolta e acirrar a crise social”.

Mesmo com a taxa de desocupação caindo nos últimos trimestres, não superou o aumento dessas taxas em relação ao ano anterior, como mostra os dados divulgados pelo IBGE, “no Brasil, no 2º trimestre de 2017, foi estimada em 13,0%. Este indicador apresentou queda de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (13,7%), em comparação com o ano anterior, 2º trimestre de 2016 (11,3%), a taxa aumentou 1,7 pontopercentual”.

A facilidade no crédito, a redução dos juros e alongamento de prazos, fizeram com que os brasileiros se endividassem cada vez mais, comprometendo todo o orçamento mensal com parcelas de compras, muitas vezes divididas em doze meses. Com o desemprego nos maiores níveis já visto, essas parcelas acabam não sendo honradas e o consumidor que ontem era endividado, passar a ficar inadimplente.

No relatório de análise do PEIC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2017, p.3), foi visto que “O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 77,3% das famílias endividadas, seguindo por carnês, para 14,1%, e, em terceiro, por financiamento de carro, para 10,1%”.

Um estudo da Fecomércio-RS (Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul), sobre Consumo & Endividamento aponta que (2017, p.40), “Sem educação para usar crédito, quando as dívidas crescem muito rápido, é possível que ocorram atrasos de pagamentos por falta de um mínimo de organização e programação orçamentária, mesmo que o nível de endividamento no longo prazo, não seja excessivo”.

Um grande problema enfrentado pelos consumidores inadimplente é o empréstimo do nome para terceiros, como mostra o artigo do sítio do Brasil Econômico (2017, s.p.), “um levantamento feito pelo SPC e pela CNDL mostrou que 17% dos consumidores negativados, ou que estiveram nesta situação nos últimos 12 meses, ficaram inadimplentes por emprestarem o nome para terceiros”. Prática comum vista no mercado, porém muito inadequada, visto que na maioria das vezes quem acaba pagando a dívida foi quem emprestou o nome, conforme visto nessa mesma pesquisa “em 41% dos casos a dívida foi paga exclusivamente pela pessoa que emprestou o nome”.

De um lado temos a facilidade no crédito, do outro temos um grande percentual de endividamento dos consumidores, com a perda ou redução da capacidade de pagamento, esses fatores tornam-se as principais causas para o aumento da inadimplência.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho é de caráter bibliográfico que para Marconi e Lakatos (2010, p.166) tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

A leitura e a pesquisa nos permitem conhecer melhor as variadas formas de análise do tema abordado.

É através dessa pesquisa que de forma descritiva foram apresentados os dados e analisados para maior conhecimento acerca do assunto. Como visto em Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Este artigo tem como foco a análise quantitativa e qualitativa dos dados do SERASA, de dezembro de 2010 até dezembro de 2014, da taxa de inadimplência no Brasil.

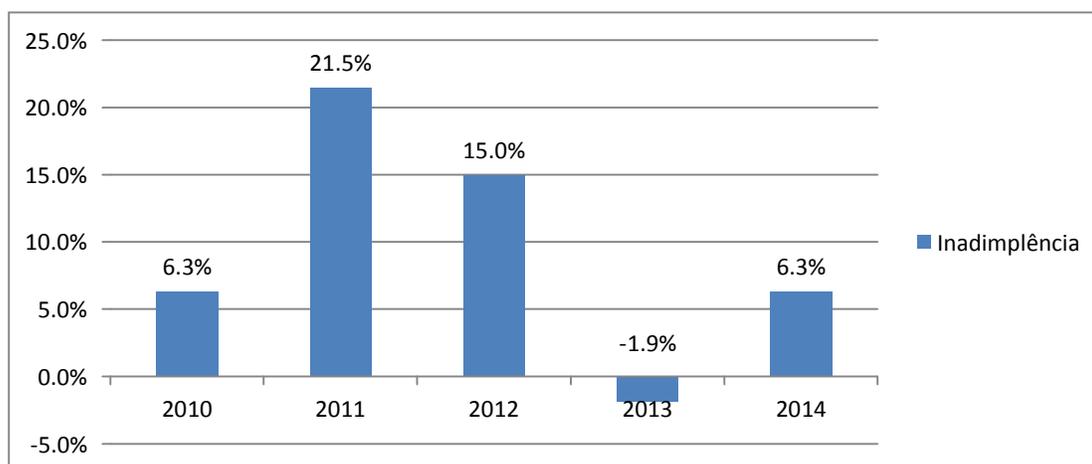


Gráfico 1. Inadimplência.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

4. ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o Gráfico 1, observa-se os índices de inadimplência do período estudado, sendo o percentual de crescimento e queda relativos aos anos anteriores, verificamos que existe uma oscilação muito grande entre os cinco anos apresentados, e que essa oscilação surge por diversos fatores paralelos à economia, porque mesmo em situações favoráveis, os consumidores ficam inadimplentes por não se planejar para assumir uma determinada dívida.

Para explicar sobre o índice de inadimplência, a análise do PIB e do desemprego foi realizada paralelamente. Assim como acontece na inadimplência, muitas variáveis fazem com que o PIB sofra alteração, seja com o consumo das famílias ou investimentos das empresas, o crescimento de uma demanda, anula a queda de outra. E

a relação direta do desemprego com a falta de recursos para pagamento das dívidas, nos chama atenção para análise dessa situação.

No período estudado o mercado em relação ao crédito, taxas de juros, consumo das famílias estavam muito oscilante. Mais essas oscilações não prejudicaram o acesso ao crédito, como podemos ver em uma notícia divulgada pelo Serasa (2011, s.p.) “A expansão da demanda do consumidor por crédito em 2010 foi impulsionada pelas condições favoráveis de crédito as pessoas físicas – as quais vigoraram ao longo de todo ano”.

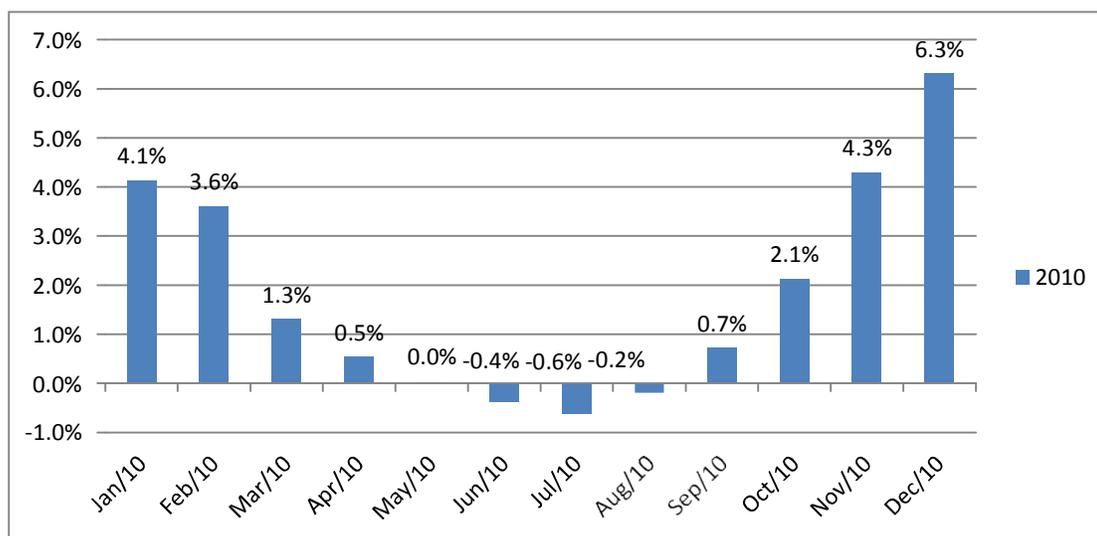


Gráfico 2. Indicadores de inadimplência do ano de 2010.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

Em 2010 o crescimento da inadimplência foi de 6,3% em comparação com 2009, crescimento esse, maior que o ano anterior que foi de 5,9%. Apesar desse índice está em alta, houve um crescimento da economia, como mostrado pelo PIB, que nesse mesmo ano cresceu 7,5% em relação ao ano anterior. E o desemprego nesse mesmo ano foi o menor dos últimos oito anos fechando em 6,7%. Porém, esse cenário de crescimento não se repete em 2011, quando tivemos aumento da taxa básica de juros, a SELIC, que chegou há 11,75%, sendo a mais alta desde 2009, deixando o crédito mais caro para o consumidor já que essa taxa serve de referência para todas as taxas utilizadas no mercado.

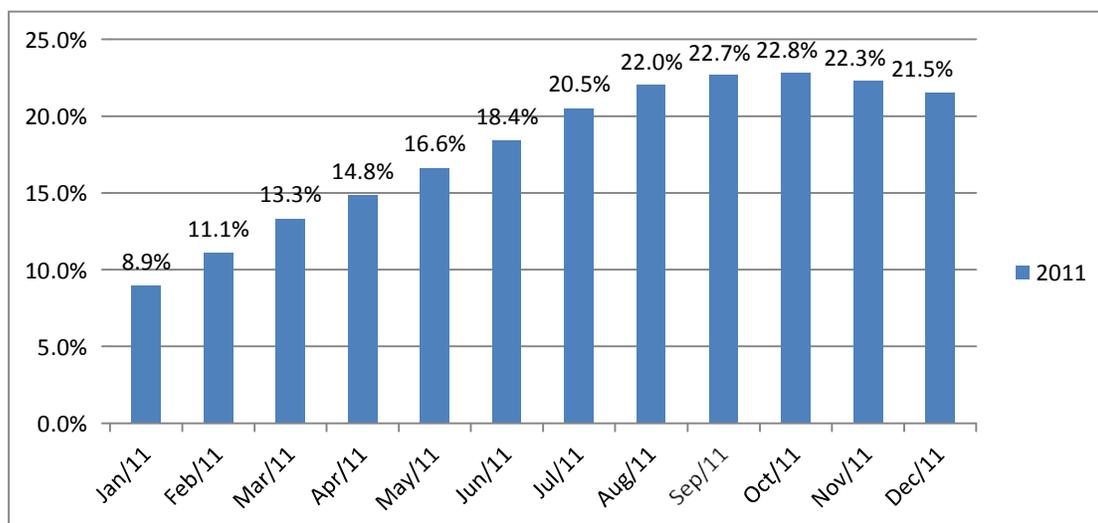


Gráfico 3. Indicadores de inadimplência do ano de 2011.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

No ano de 2011 observa-se uma diferença muito grande na relação do PIB com a inadimplência, enquanto o Brasil crescia a pequenos passos, a taxa do PIB fechou em 2,7%, e ainda assim se tornava a sexta maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido. Apesar desse mesmo ano a taxa de desocupação 4,7%, ter sido a menor já registrada pelo IBGE desde 2002, a inadimplência nesse período teve um crescimento de 21,5% em relação ao ano anterior e a maior do período estudado. Para os economistas do Serasa Experian (2012, s.p.), “Cabe destacar que o acúmulo de dívidas, de médio e longo prazo, vem desde 2010, ano que as condições de crédito e do orçamento do consumidor foram mais favoráveis do que em 2011”.

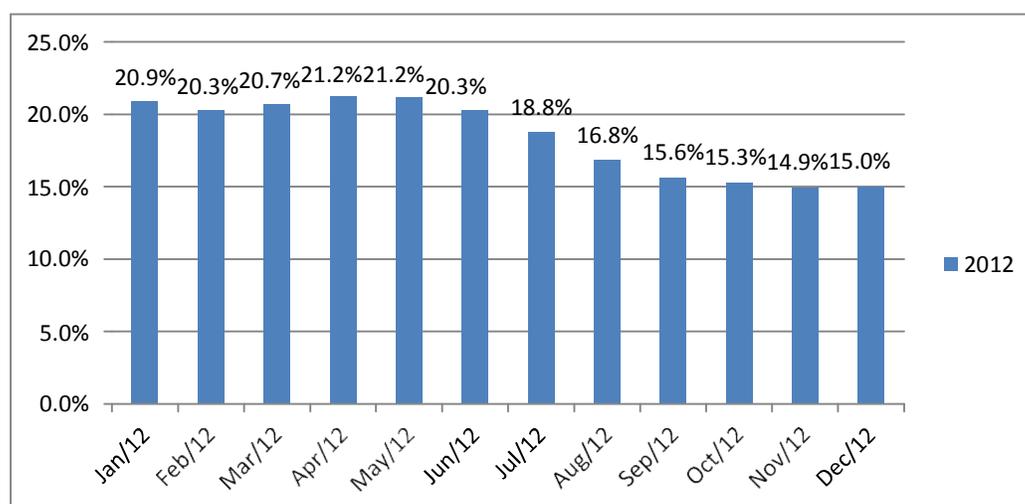


Gráfico 4. Indicadores de inadimplência do ano de 2012.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

O primeiro semestre de 2012 permaneceu com alto índice de inadimplência, como visto também em 2011. A economia ainda em crescimento, analisada aqui pelo PIB, todavia, bem mais discreta que nos anos anteriores, chegou a dezembro em alta de 0,9% em relação a 2011, o desemprego continua caindo e fecha o ano em 5,5%. O segundo semestre de 2012 teve uma grande interferência do mercado e do governo com manobras para recuperação do crédito, que fez com que o número de consumidores inadimplentes tivesse um crescimento menor nos últimos doze meses.

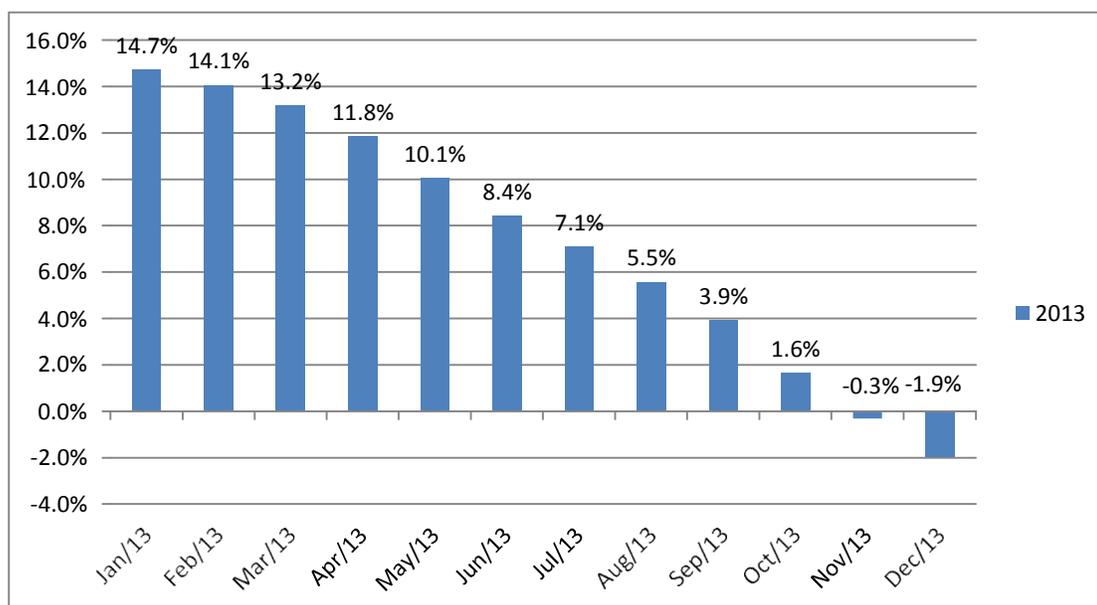


Gráfico 5. Indicadores de inadimplência do ano de 2013.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

O cenário de menor crescimento se repete ao longo do ano de 2013, fechando dezembro em queda, com percentual negativo de 1,9%, pela primeira vez nos últimos dois anos. Essa melhora aumenta a demanda de consumidor por crédito, apesar de o desemprego bater seu maior índice dos últimos três anos, alcançando o percentual de 7,1%, mais uma vez a estimulação ao consumo impulsiona o crescimento do PIB, que fechou dezembro em 2,3%.

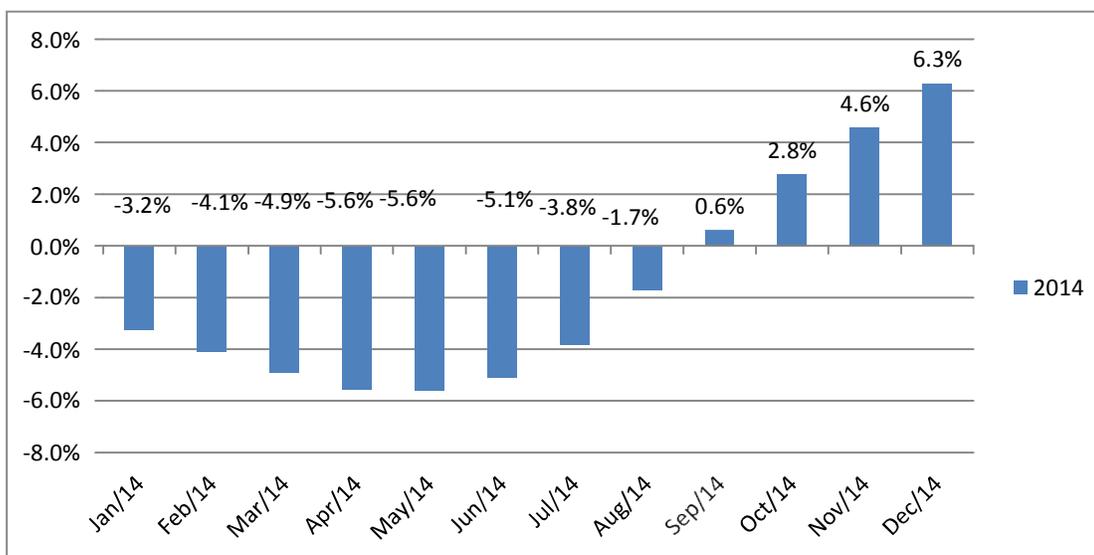


Gráfico 6. Indicadores de inadimplência do ano de 2014.
Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

Apesar de dez meses consecutivos de baixa, o índice de inadimplência volta a crescer em 2014 e fecha em alta de 6,3%. Essa alta não foi acompanhada pelo PIB nem pelo desemprego. O PIB mais uma vez teve seu crescimento estagnado e fechou com 0,1% de alta em relação a dezembro de 2013 e o desemprego volta a cair e fecha o ano em 6,8%.

Com esses percentuais não podemos dizer que o índice de inadimplência tem relação direta com o PIB, visto que a correlação dessas duas variáveis quando analisada através do gráfico de dispersão, apresenta um coeficiente negativo, sendo Pearson $R = -0,119242$, como mostra o Gráfico 7 desse estudo. A mesma análise fizemos com o desemprego, como mostra o Gráfico 8, e as variáveis continua sem possuir uma correlação apresentando um coeficiente negativo, sendo Pearson $R = -0,84778$.

O gráfico de dispersão pode ser utilizado para a visualização do tipo de relacionamento existente entre duas variáveis e através do coeficiente de correlação Pearson “R” que varia de -1 a +1, poderá indicar um padrão: Correlação positiva; Correlação negativa; Ausência correlação; Correlação linear. Sendo valores de “R” próximos de +1 indicando forte correlação positiva e “R” próximo de -1 indicando forte correlação negativa e próxima de zero indicam uma fraca correlação.

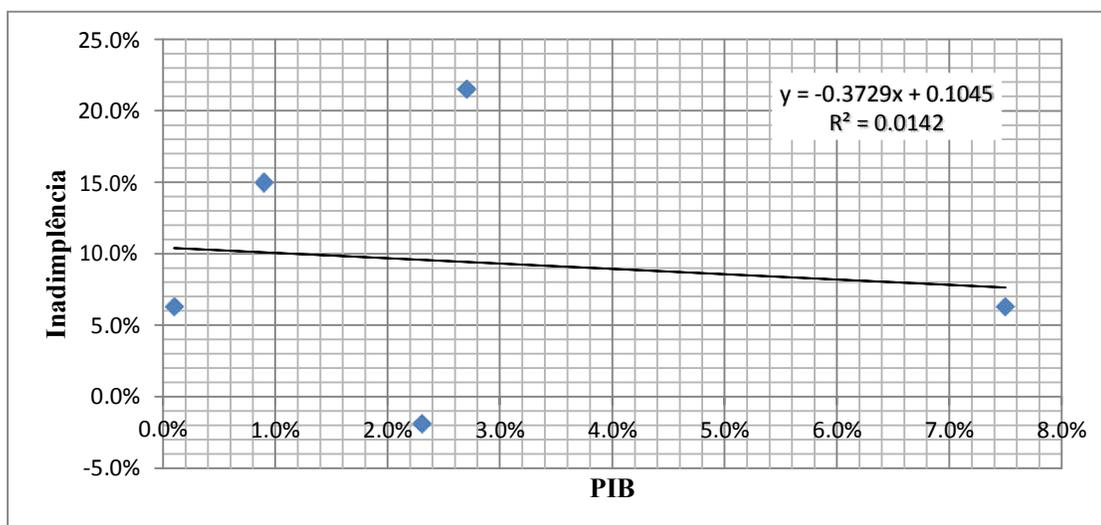


Gráfico 7. Análise de dispersão.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

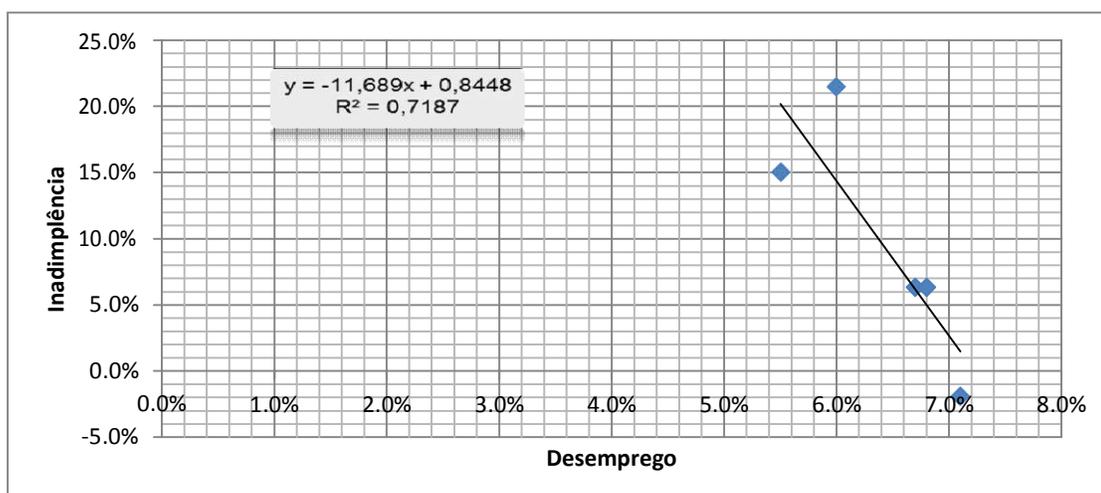


Gráfico 8. Análise de dispersão.

Fonte: SERASA, adaptado pelos autores, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou a inadimplência no período de 2010 a 2014 e como visto nos gráficos teve momentos em alta e em queda nesse período estudado. Existem vários fatores que determinam o aumento desse índice na economia. Não se pode constatar que apenas um deles seja o fator predominante, a soma de todos esses fatores leva o cliente a inadimplir e de deixar de honrar com seus compromissos.

Mesmo com a alta do PIB, do desemprego, da taxa SELIC o que mais afeta a inadimplência é o fator emocional, quando a vontade e o desejo de comprar, viajar,

trocar de carro, tem uma importância maior que a condição de pagamento dessas dívidas, ou a possibilidade do não pagamento.

Vimos isso na análise dos gráficos de dispersão quando nenhuma das variáveis, PIB ou desemprego, correlaciona com a inadimplência. Quer dizer que mesmo com a economia em crescimento e empregado, o consumidor continua com endividamento excessivo, seu comprometimento mensal é maior que seu rendimento. As instituições financeiras têm uma grande parcela de culpa nesse endividamento, quando libera empréstimos mesmo para as pessoas negativadas e essa facilidade de crédito acompanha uma taxa de juros muito alta.

Mais é importante também, atentarmos para a falta de planejamento financeiro por parte das famílias. Ainda existem muitos consumidores que não fazem uma relação básica de quanto ganham e de quanto podem gastar. O que ocasiona o superendividamento com excesso de parcelas mensais, que nos tiram a capacidade para poupar.

É diante desses fatos que se levanta a importância da educação financeira, que deveria começar desde a infância, adaptando-se de acordo com as situações. Além de ensinar de forma adequada o planejamento dos gastos com o orçamento disponível, a educação financeira mostra também a importância de termos sempre uma reserva para emergências. Inserir este assunto na educação básica traria muitos benefícios a médio e longo prazo para toda sociedade.

A falta de literatura sobre a inadimplência nos restringe para aprofundar o estudo do tema tão relevante, o acesso as informações essenciais para o desenvolvimento das pesquisas, também restrito, dificultam uma melhor e mais profunda análise da interferência de outras variáveis sobre a inadimplência no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNIBAL, C. **Inadimplência do Setor Bancário Brasileiro**: uma avaliação de suas medidas. Brasília: Banco Central do Brasil, nº 192, 2009, p.1-36.

BCB. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Volume 11, N 2. Brasília, 2012. Disponível em: <https://bcb.gov.br/htms/estabilidade/2012_09/refp.pdf>. Acesso em: 24/09/2017.

BRASIL ECONÔMICO. **Emprestar o nome endividou 17% dos consumidores, aponta SPC Brasil.** Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2017-04-10/inadimplentes-spc-brasil.html>>. Acesso em: 15/11/2017.

CARTA CAPITAL. **Brasil teve em 2010 a menor taxa de desemprego da série histórica.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-teve-em-2010-a-menor-taxa-de-desemprego-da-serie-historica>> Acesso em: 05/12/2017.

CERVO, Amado Luiz. Et al. **Metodologia Científica.** 6 Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007.

CNC. **Percentual de famílias com dívidas recua em janeiro de 2017 para o menor patamar desde 2010.** Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_janeiro_2017.pdf>. Acesso em: 24/09/2017.

CHU, V. Principais fatores macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e spread bancário no Brasil: avaliação de 2 anos do projeto.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112001.pdf>>. Brasília, 2001.

DICIO. **Dicionário Online de Português.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inadimplencia/>>. Acesso em: 13/09/2017.

DIEESE. **Nota técnica DIEESE.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notatec109spread.pdf>>. Abril 2012, p.9. Acesso em: 16/09/2017.

GOVERNO DO BRASIL. **País fecha 2012 com a menor taxa de desemprego desde 2002.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/01/pais-fecha-2012-com-menor-taxa-de-desemprego>> Acesso em: 05/12/2017.

IBGE. **Indicadores IBGE Contas Nacionais.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE>. Acesso em 24/09/2017.

PNAD Contínua: **taxa de desocupação cai em 11 das 27 UFs no 2º trimestre de 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017.html>>. Acesso em: 15/11/2017.

IUDICIBUS, Sergio, MARION, José. **Dicionário de Termos de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

LEITÃO, Míriam. **História do Futuro: O horizonte do Brasil no Século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LINARDI, F. **Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil**. Belo Horizonte: Atlas, 2008.

LUCENA, Alycionnéia Sandrelly Lins – “**Importância do Controle das Finanças Pessoais para Redução da Inadimplência do Brasil**”. Cabedelo, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Altas, 2010.

MARQUES, Maria Manuel Leitão. **Regular o sobreendividamento**. Disponível em: <<https://www.dgpj.mt.pt/sections/informacao-e-eventos/anexo/prof-doutora-maria>>. Última modificação 13/05/2008. Acesso em: 12/10/2017.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 4 ed. São Paulo: Record, 2008.

SENADO FEDERAL. **Revista de Informação Legislativa**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsl/bitstream/handle/id/176377/000505407.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12/10/2017.

SERASA. **Metodologia dos indicadores**. Disponível em: <noticia.Serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-do-consumidor/> Acesso em: 16/09/2017.

SERASA. **Inadimplência do consumidor sobe 21,5% em 2011 e é a maior alta em nove anos, revela Serasa Experian**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2012/01/10/inadimpl%C3%Aancia-do-consumidor-sobe-215-em-2011-e-%C3%A9-a-maior-alta-em-nove-anos-revela-serasa-experian/>>. Acesso em 17/11/2017.

VERRONE, Marco Antônio P. Guimarães. **Basiléia II no Brasil**: uma reflexão com foco na regulação bancária para risco de crédito. Resolução CMN2.682/99.2007.155f.

Marketing Político: Planejamento e Criação de uma Campanha Política

Rodolfo Giovanni Amaral de Santana Silva²⁷

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior²⁸

Resumo: O presente trabalho trata do Marketing Político e constrói uma lógica com base no conceito de marketing considerando-o como ponto inicial de uma campanha eleitoral. O voto é a razão da política e o eleitor tem sido cada vez mais exigente fazendo com que o político se importe cada vez mais com sua imagem e com as suas ações. Para alguns autores o Marketing Político é como uma ação simplesmente eleitoral, outros entendem que existem diferenças entre eles. O fato é que o marketing tem surgido com grande força nas eleições e tem sido fator primordial na esfera política. O uso do marketing nas campanhas está vinculado à possibilidade de se captar informações sobre o quadro político, os adversários, e principalmente, os desejos e necessidades do eleitor. Desta forma, um dos objetivos deste artigo é demonstrar que o Marketing Político traz muitos benefícios à democracia. Se bem gerido, e aplicado, permite aos cidadãos estarem mais inteirados da realidade política, podendo tornar o exercício da política mais responsável, tanto para políticos como cidadãos.

Palavras-Chave: Marketing Político, Campanha Eleitoral, Planejamento.

Abstract: The present work deals with Political Marketing and builds a logic based on the concept of marketing considering it as the starting point of an electoral campaign. Voting is the reason for politics and the voter has been increasingly demanding making the politician care more and more for his image and his actions. For some authors the Political Marketing is like a simple electoral action, others understand that there are differences between them. The fact is that marketing has emerged with great force in the elections and has been a prime factor in the political sphere. The use of marketing in campaigns is linked to the possibility of capturing information about the political framework, opponents, and especially voters' desires and needs. Thus, one of the objectives of this article is to demonstrate that Political Marketing brings many benefits to democracy. If well managed and applied, it allows citizens to be more aware of the political reality and can make the exercise of politics more responsible, both for politicians and citizens.

Keywords: Political Marketing, Election Campaign, Planning.

²⁷Graduando do Curso de Administração do IESP Faculdades. E-mail: rodolfoamaral1@hotmail.com²⁸Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Docente do Curso de Administração no IESP Faculdades nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, cabe destacar o tema desta pesquisa realizada em Livros, *Sites*, Revistas e, outros artigos, denominada de: Marketing Político, Planejamento e Criação de uma Campanha Política. Este tema foi escolhido em função de perceber-se que é impossível pensar no processo eleitoral sem lembrar-se do Marketing. Sendo notável que os políticos precisam evoluir nos estudos de comunicação política, onde muitas vezes, durante o período eleitoral, se peca. Visto que de modo geral, um mau uso desta comunicação, pode gerar um grande desperdício de dinheiro.

O marketing é uma ferramenta indispensável nos dias de hoje, seja qual for a área. Com os avanços dos estudos nesta área e com campanhas políticas cada vez mais acirradas, começou a perceber que uso do marketing no âmbito político traria grandes resultados.

Os políticos perceberam que não era suficiente utilizar a propaganda para fazer com que as pessoas aceitassem as ações sociais sugeridas por eles. Era preciso primeiro obter informações sobre os reais desejos da sociedade e depois, então, produzir propostas sociais adequadas a estes anseios. Foi então que surgiu o Marketing Político. (CRUZ, 2017, p. 02).

O papel do Marketing Político dentro do processo eleitoral é formar e propagar a boa imagem do candidato, apresentar a imagem vitoriosa, passando ao eleitor confiança. Assim, o período de disputa eleitoral em nosso país começou a ser descoberto como mercado empresarial.

O mercado eleitoral brasileiro apresenta características distintas de qualquer outro, uma vez que é cercado de altos riscos, infestado de “picaretas”, leigos e “charlatões”, calotes, fornecedores oportunistas, tudo isso regido por uma legislação inadequada e ultrapassada que acaba levando todos – candidatos, partidos, fornecedores – a agir na clandestinidade de uma justiça eleitoral despreparada. (KUNTZ, 2006, p.44).

No estado da Paraíba não é diferente, por exemplo, as últimas eleições governamentais, duas grandes campanhas foram apresentadas ao eleitorado, com adversários que um dia já estiveram juntos, porém, passavam a imagem do novo, de um novo tempo.

Campanhas sem planejamento estarão sempre alguns passos atrás, e algumas semanas atrasadas em relação ao que se propõem. O planejamento é, portanto, uma obrigação e não uma opção para quem se propõe a vencer uma eleição.

Ao contrário do que se pode pensar, o planejamento não é um luxo ao alcance somente das campanhas “ricas e importantes”. Quanto mais carente de recursos for à campanha, mais necessário se torna o planejamento.

O marketing transformou-se em um instrumento imprescindível para a sobrevivência de políticos e candidatos. Originário de um ambiente competitivo apresenta-se como o caminho natural para enfrentar o desafio da competição eleitoral.

Este trabalho terá uma metodologia em pesquisa bibliográfica em livros, revistas, *sites*, outros artigos e jornais que tratam do tema. A pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007, p.61).

Dentro de uma disputa eleitoral, as estratégias escolhidas pelo candidato e sua equipe sempre vão influenciar no resultado final de sua trajetória, afinal, as decisões tomadas determinam o rumo da campanha.

Este trabalho se propõe a avaliar o processo de planejamento e criação publicitária de campanhas eleitorais na Paraíba, como sendo um manual, tendo como foco o Marketing Político, detalhando o passo a passo dos caminhos para a conquista do voto, procura caminhos para solução do problema da má imagem do candidato, o que leva ao insucesso de sua campanha. Procura identificar os caminhos para imagem correta, a imagem vitoriosa, contando que o candidato se aproxime cada vez mais de seu eleitorado, conquistando-o, fazendo com que o eleitor se identifique com a causa e propostas apresentadas. Desta forma, quais são as estratégias e decisões a serem tomadas para uma campanha eleitoral desucesso?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Verificar dentro do processo de planejamento e criação publicitária os caminhos para o sucesso em uma campanha eleitoral.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Estudar o desafio de administrar numa campanha eleitoral;
- Analisar o crescimento do mercado do Marketing Político.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a *American Marketing Association* (2015, p. 01) “O Marketing é uma atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para os consumidores, clientes, parceiros e sociedade em geral”. Para Kotler, (*apud*, Cobra, 1997), marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros. Esse conceito é o mais abordado na área do marketing para defini-lo.

Para Cobra (1997) marketing é satisfazer as necessidades do consumidor, para o autor marketing é agradar os desejos dos consumidores.

Conforme Las Casas (1997) marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade.

Marketing Político é um segmento específico dentro da comunicação voltada para o ambiente político e ou eleitoral, que visa estreitar a relação do candidato com seu eleitor. Trata-se de um estudo e ação de mercado que visa à boa imagem do candidato no conhecido período eleitoral.

A tarefa principal de um político é atender às necessidades de seus eleitores, geralmente de acordo com a plataforma de seu partido e os anseios gerais da sociedade. De onde se conclui que a política está intrinsecamente relacionada à promoção de interesses e valores.

Uma campanha é dinâmica e apresenta fatos novos todos os dias. Assim, decisões precisam ser tomadas na hora certa e corretamente. Pela velocidade e a dinâmica com que as coisas acontecem, é bom ter sempre alguns caminhos que se possa seguir, porque raramente se tem tempo para retomar uma oportunidade perdida. O mais importante é fidelizar seu eleitor ao máximo, para que vença sempre. Como dito por Duda Mendonça (2000): uma campanha é uma guerra, no sentido metafórico da palavra. Com exército, estratégias, bombas, vítimas, derrotas e sofrimentos.

Cada vez que você bola uma estratégia para ser mais bem-visto ou benquisto num grupo, ou para conquistar um cliente, uma amizade ou um amor, você pratica o marketing. Isto porque você tem que estudar o que estas pessoas pensam, gostam ou desgostam. (KUNTZ, 2006, p. 19)

O período eleitoral encurta-se cada vez mais, como dito por Kuntz (2006) o período eleitoral é curto, cada dia em que se detectou uma nova oportunidade, um erro no discurso do adversário, qualquer deslize que possamos explorar, ou não se teve nenhuma nova ideia, nem se aprendeu algo, que possa ser utilizado amanhã, foi um dia perdido. E quando começam os programas do horário eleitoral gratuito, o trabalho dobra. Estas responsabilidades consumiriam todo o seu tempo.

Segundo Gomes (2014) o Marketing Político é um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivos adequar um candidato ao seu eleitorado potencial, procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários, obviamente melhor posicionado. Na visão de Andrade (1996, p. 33) “Buscar construir a imagem certa, com meios honestos, gestos e iniciativas, a partir do conhecimento das necessidades do eleitor é criar uma força avassaladora e vitoriosa nas urnas”. Sendo assim, o Marketing Político é algo mais permanente, está relacionado com a formação da imagem em longoprazo.

2.1 DEFINIÇÕES DE MARKETINGPOLÍTICO

Segundo Rego (1985, p. 23), “o Marketing Político é um esforço planejado para se cultivar a atenção, o interesse e a preferência de um mercado de eleitores, é o caminho seguro para o sucesso de quem deseja vencer napolítica”.

Tomazeli (1988, p. 14) descreve que o Marketing Político é aplicado na conduta de qualquer pessoa que deseja desenvolver uma estratégia para “vender-se bem”, em qualquer atividade. Ainda em 1988, Tomazeli (1988, p. 17) acrescentaria que Marketing Político é o estudo de todas as variáveis que envolvem o mercado eleitoral e que se constitui na ferramenta indispensável para a viabilização de uma prática política.

Conforme Gomes (2014) no cenário político brasileiro, diversos candidatos utilizaram de técnicas de planejamento e marketing para determinar sua candidatura e permanência no poder. Cita Queiroz (2006) que na construção da imagem pública dos governantes brasileiros, do Imperador Pedro I ao presidente atual tem passado, invariavelmente, pelas mãos de pintores, fotógrafos, redatores publicitários, roteiristas de vídeos e áudio, produtores e pesquisadores desde o final do século passado sob a designaçãomarqueteiros.

A função do marketing é compreender e estimular os desejos e as necessidades dos indivíduos, desenvolvendo produtos e serviços que atendam a essas necessidades e comunicando sua existência à sociedade. Este processo é bastante amplo, dividido em uma série de etapas e tarefas complexas, algumas das quais, por serem mais visíveis, tendem a atrair maior atenção por parte do grande público ou daqueles que se iniciam no assunto.

A crescente sofisticação das técnicas de marketing (previsão de demanda, análise do perfil dos eleitores, segmentação de mercado, etc.) e dos instrumentos aplicados nas mesmas (procedimentos estatístico-matemáticos feitos em computadores acabaram por atingir a esfera da política, principalmente durante as eleições).

A partir do momento em que uma pessoa se associa/filia-se a um partido político ou diz representar uma ideia, uma imagem de capacidade gerencial ou visão política da sociedade em uma eleição, na maioria das vezes ela visa receber em troca um cargo público eletivo. A “moeda” dessa troca são os votos que o candidato possa receber pelas suas promessas de atuação política futura, na qual vai objetivar uma melhoria ou manutenção do status ou de um determinado segmento da sociedade. Quando o candidato já possui um mandato eletivo, poderá também receber votos em função de seu desempenho anterior.

Segundo Lima (1988) a crescente sofisticação das técnicas de marketing e dos instrumentos aplicados nas mesmas acabou por atingir a esfera da política. Com o aprofundamento dos estudos na área de marketing, o mesmo acabou por abranger a política. O conceito de marketing é abrangente o suficiente para serem incorporadas as demandas do mercado eleitoral.

Para Figueiredo (2000) o marketing político é uma atividade fundamentada em um planejamento estratégico, com vista a elevar ao máximo os meios disponíveis para alcançar o número de votos necessários para eleger o candidato.

O Marketing Político pode ser extremamente eficaz, chegando a ser indispensável quando bem feito.

O Político que é firmado de forma direta, com uma relação pessoal do candidato com o eleitor, em cidades pequenas é o fator essencial para vitória do candidato, e por fim o Voto Eleitoral, que é onde está representado o Marketing Político, a construção da imagem do candidato é essencial, em eleições consideradas grandes, como de Presidente, Senador e Governador, é o fator primordial.

Também é substancial não confundir o marketing com publicidade, boca de urna ou distribuição ilegal de panfletos. O Marketing Político está na inteligência ao tomar atitudes. Componentes estes que aumentam ou diminuem sua importância em função do tamanho do seu universo de eleitores.

2.1.1 Diferença entre Marketing Político e Marketing Eleitoral

Como mostra Grandi (1992) o Marketing Político está relacionado com a formação da imagem em longo prazo. É utilizado não apenas por políticos, mas também por qualquer pessoa que deseje projetar-se publicamente. Empresários, sindicalistas, apresentadores de televisão, dirigentes de clubes de futebol são alguns exemplos.

O marketing eleitoral está relacionado com a formação da imagem em curto prazo. Usado na maioria das vezes, apenas por políticos, estratégia e tática são montadas de tal forma que no momento da eleição o candidato possua o maior número de votos possível, e cumpra seus objetivos. O fator crucial é o tempo.

2.2 TIPOS DE MARKETING POLÍTICO

Existem na atualidade dois tipos de Marketing Político, o Marketing Político Diferenciado e o Marketing Político Concentrado, onde o mais usado é o Marketing Político Diferenciado, pois viabiliza um planejamento por completo, atingindo vários segmentos do mercado de eleitores, desta forma, o torna mais viável.

2.2.1 Marketing Político Diferenciado

Conforme Andrade (1996) essa estratégia de Marketing Político viabiliza ao candidato o planejamento completo de sua campanha, envolvendo mensagens específicas aos diversos segmentos do mercado de eleitores. Dessa forma, torna-se viável conquistar segmentos diferenciados, desencadeando elevados impactos positivos, quando bem realizada.

2.2.2 Marketing Político Concentrado

De acordo com Andrade (1996) é a estratégia de marketing mais indicada para os momentos onde se faz necessário realizar o trabalho direto com determinada faixa de eleitores, assim, o profissional responsável direciona todas as energias da campanha para uma única porção do mercado. A escolha da melhor estratégia dependerá muitos

recursos do próprio candidato, que também irá definir a homogeneidade dos segmentos, da força dos concorrentes e do conhecimento que o eleitor possui do candidato. Nesse sentido, caso o eleitor seja cativo, o profissional poderá guiar o candidato ao desenvolvimento de estratégias conjuntas que sejam capazes de atingir correntes diversificadas.

2.3 MARKETING POLÍTICO E SUAS VARIACIONES

De acordo com Kuntz (2006) buscar a sintonia entre o que o eleitor quer, ou precisa, com as propostas que um candidato tenha sobre o tema é regra número um e é o que torna um discurso atraente e capaz de angariar votos. Afinar o discurso visa assegurar que quem se propõe a representar o eleitor manifeste-se sobre aquilo que o eleitor acha que é importante e, só depois, sobre o que ele, candidato, acha que é importante para o eleitor. E esta é uma postura legítima e saudável.

Pensar em Marketing Político é pensar em planejamento político, Posicionamento de imagem, Pesquisas, Análise de cenários, Assessoria de imprensa, Informativo partidário, *Website* de sua campanha, Inserção nas redes sociais e a eficiência em aparição no horário eleitoral gratuito, que ainda é a grande estrela que movimenta a massa, sendo usado da melhor forma possível, pode fazer com que o candidato se diferencie dos outros, fidelizando assim cada vez mais os eleitores. Pois, este importante modelo é mundialmente consagrado e se mostra muito eficiente por fazer parte dos dois maiores veículos de comunicação de massa: TV e Rádio.

O Candidato pode ser definido como elo de ligação entre as causas públicas e o eleitor. É primeiro a vitrine dos partidos, das ideologias, das estratégias de marketing, de suas ideias, tornando-se mais tarde a própria essência de todos esses fatores. Portanto, mesmo a mais bem elaborada das campanhas irá por terra se tentar distorcer a natureza do candidato, seu conteúdo. (GRANDI, 1992, p. 52)

Conforme Grandi (1992) o equilíbrio sempre será a palavra-chave na formação do perfil do candidato. Os fatores que influenciam sua imagem devem ser harmônicos entre si. A forma atenua ou intensifica o conteúdo, dependendo da vontade do eleitorado, mas nunca pode distorcê-lo, sob pena de tornar o discurso falso e vazio aos olhos do eleitor.

Segundo Kuntz (2006) o Marketing Político é frio e calculista e visa produzir efeitos que atendem objetivos em longo prazo, entre eles, o maior de todos: vencer eleições futuras e levar o grupo dominante a permanecer no poder.

Nesse sentido, no estado da Paraíba os grupos dominantes sempre foram mantidos pelas oligarquias familiares, o que vem de certa forma alimentando e sempre contribuindo para o crescimento e sucesso do mercado do Marketing Político.

2.4 FERRAMENTAS DO MARKETING POLÍTICO

2.4.1 Pesquisas

As pesquisas são um dos principais instrumentos do Marketing Político e são fundamentais para definir o planejamento e a estratégia de campanha. A pesquisa eleitoral procura descobrir o que vai ao encontro dos interesses do eleitor, identificando as suas necessidades, seus desejos e seus valores. Com isso, o candidato pode se posicionar e desenvolver as estratégias com uma margem de erro muito menor. A campanha eleitoral vai ser orientada em torno dos temas presentes na opinião pública, são usadas como orientação em todo processo eleitoral.

Segundo Figueiredo (2004), dentro de uma campanha eleitoral, o planejamento das pesquisas políticas pode ser dividido em três fases: mapeamento do eleitorado, posicionamento do candidato/partido e de forças concorrentes e acompanhamento da campanha.

Para cada uma dessas etapas são usadas, necessariamente, dois tipos de pesquisas: as qualitativas e as quantitativas. A pesquisa qualitativa deve anteceder a quantitativa, principalmente quando o assunto é novo para o pesquisador.

As pesquisas qualitativas são feitas com número reduzido de pessoas através de entrevistas ou discussões em grupo, tratam de aspectos subjetivos e estimulam o eleitor a pensar e falar sobre tal candidato, ou seja, levemente manipuladas. No estado da Paraíba não seria diferente, muitas das vezes essas pesquisas são realizadas semanalmente, para saber como anda o clima da campanha. Quando utilizadas, é possível explorar profundamente o tema, além de analisar em seguida reações e estímulos do eleitorado a ser analisado. Já para as quantitativas é necessário selecionar, através de critérios estatísticos, uma amostra representativa do eleitorado a ser analisado.

A pesquisa quantitativa determina o resultado mais rápido que a qualitativa, além disso, é possível projetá-lo para o todo. Por obter resultados concretos, a pesquisa quantitativa torna-se mais propícia ao acerto de interpretação e provê índices que podem ser comparados com outros. No Brasil, o principal instituto que realiza pesquisas é o Instituto Brasileiro de Opinião Pública – IBOPE, criado em 1942, durante o governo Getúlio Vargas. Na Paraíba empresas privadas realizam pesquisas e prestam serviço para os partidos políticos e para imprensa, como a Rede Paraíba de Comunicação e o GrupoWSCOM.

2.4.2 Planejamento de Campanha

Este é o ponto mais importante, o que requer mais tempo e investimento necessário, geralmente, campanhas eleitorais começam a ser planejados anos antes do pleito, uma campanha sem planejamento está sujeita ao fracasso, o primeiro passo a ser seguido sempre será a formação de uma equipe de sucesso, é claro que você sozinho não conseguirá executar seu projeto por completo sem um pessoal preparado para isso. Para dar-se início a uma jornada eleitoral, uma equipe básica deve ser composta por:

- a) Coordenador de Campanha: O nome já diz tudo, geralmente esse posto é tomado pelo braço direito do candidato, é o responsável por coordenar a campanha por completo, desempenhando diversas funções;
- b) Coordenador Financeiro: Esse membro tem a missão de arrecadar recursos da iniciativa privada para a campanha e aplicá-los devidamente, sempre prestando contas e de acordo com as normas do Tribunal Eleitoral;
- c) Coordenador de Marketing: Profissional destinado a coordenar toda a equipe responsável pela comunicação do candidato, como: Redatores, Produtores de Marketing Político Digital e Roteiristas;
- d) Coordenador de Pesquisa: É o responsável por inicialmente encomendar e logo em seguida analisar os dados das pesquisas, mostrando o *feedback* ao candidato e sua equipe, e a partir disso traçar todas as estratégias da campanha;
- e) Coordenador de Militância e Cabos Eleitorais: Este coordenador é responsável por comunicar os militantes e cabos eleitorais às ações do candidato, fazendo e gerando ações para que seja feita a divulgação de forma correta e necessária;
- f) Militantes e Cabos Eleitorais: Um dos pontos mais cruciais de uma campanha de sucesso, onde vários candidatos pecam no despreparo de seu pessoal que está na rua, com quem está botando a campanha nas ruas, são as pessoas que irão fazer a divulgação das propostas e ações do candidato. É de extrema importância o preparo e competência desse pessoal, sendo eles contratados ou voluntários.

Lima (1988) diz que dentro desse processo científico e racional de dirigir uma campanha, o planejamento ocupa uma posição central, na medida em que permite a melhor alocação possível dos recursos. Com um planejamento bem elaborado os recursos da campanha ficam melhores distribuídos.

Segundo Lima (1988) o planejamento permite determinar para onde sopra o vento, e qual a maneira de avançar com segurança. O planejamento vai traçar o caminho da campanha eleitoral.

2.4.3 Estratégias Eleitorais

O posicionamento e a estratégia a serem adotadas obedecem a quatro pontos principais, que são: Escolha geográfica, escolha do critério, escolha do tom e escolha dos temas decampanha.

Podemos visualizar a mente do eleitor como uma montanha, quem conseguir ocupar o topo dessa montanha receberá o voto. A melhor forma de chegar a ele é conhecer bem o terreno e escolher o melhor caminho antes que os outros o façam.

Para Lima (1988), conhecer bem o eleitor e saber como conquistá-lo é a melhor forma de obter o êxito.

Segundo Manhanelli (1988) devemos identificar o eleitor e procurar suas necessidades, anseios, desejos e pautar o candidato dentro destas expectativas. Ainda afirma que devemos orientar nossa campanha, fazendo um minucioso estudo dos concorrentes, averiguando suas possibilidades de sucesso, segmentos que penetram tipo de ação que é levado em sua campanha e estratégia de abordagem utilizada.

Conforme Jacques Sequela no Livro “Voto é Marketing, o resto é Política” traz princípios estratégicos no Marketing Político, que são:

- a) Conheça o que pensa o eleitor, antes de partir para sua conquista;
- b) Não basta ter o perfil desejado pela população, é preciso associar sua imagem a ele antes dos adversários;
- c) Procure maximizar os pontos favoráveis e minimizar as falhas, se possível convertendo-se em virtudes;
- d) Procure antecipar o ciclo de ideias e aspirações que predominará no momento da eleição;
- e) O eleitor sempre associará o candidato a continuidade ou mudança;
- f) Compartilhe sua imagem com antecedência predominante, respeitando os limites impostos por sua personalidade;
- g) Concrete seu discurso na valorização e unidade do partido;
- h) Redirecione forças para os segmentos que apresentam maior potencial de votos.

O livro mostra o que mais uma vez vem sendo mostrado neste artigo, a busca da imagem perfeita deve ser intermitente, conhecer seu eleitor faz do candidato ser o diferencial dos demais, o novo. Fazer com que o eleitor confie de olhos fechados é a chave para o sucesso.

2.4.4 Comunicação Eleitoral

Manhanelli (1988) diz que em campanhas eleitorais, os meios de comunicação são usados para se alcançar um resultado direto: aumentar a quantidade de votos de um candidato.

Ainda afirma que muito mais que um partido político, a mídia é responsável pela formação de nossas ideias e por nosso comportamento político. Em campanhas eleitorais o uso das ferramentas de comunicação auxilia na obtenção de um maior número de votos.

Todo o material de comunicação de política do candidato deve obedecer à estratégia geral da campanha, seguindo uma linha coerente que permita ao eleitor identificar e fixar a imagem do candidato e sua mensagem, a campanha deve seguir uma linha para agregar valor à imagem do candidato e não confundir os eleitores.

Conforme Lima (1988) pode-se definir propaganda eleitoral como toda forma de atividade paga para se divulgar um candidato em larga escala e fixar sua imagem, informando e persuadindo os eleitores a votarem nele. As televisões, rádios, jornais, revistas, cartazes, peças gráficas e outdoors são um dos principais veículos de comunicação utilizados em campanha eleitorais. Como o rádio é ouvido na maioria das vezes com 100% da atenção, geralmente dentro de carros e/ou ônibus, o processo de produção da mensagem política tem que seguir alguns padrões: o programa tem que ser direto, objetivo, mais repetitivo, sem perder a criatividade.

A internet dispõe de vários recursos que podem ser explorados em prol do candidato, aumentando as possibilidades e a diversidade da campanha eleitoral. Os impressos devem reproduzir os símbolos, cores e slogans utilizados na campanha em geral. Com o desenvolvimento tecnológico o uso de mídias gráficas e sociais alcançou os melhores resultados.

2.5 CAMINHOS PARA CONQUISTA DO VOTO

O voto é consequência de um processo. Este processo se dá à medida que a campanha vai se prolongando, ou seja, o candidato vai emitindo o seu discurso e o eleitor vai construindo a sua imagem do candidato. Vai comparando a plataforma defendida pelo candidato e as suas aspirações como cidadão.

Esta relação dura para a maioria dos cidadãos o período da campanha eleitoral, portanto, o eleitor vai amadurecendo e se alterando durante a campanha, ele vai questionando e se identificando com algumas questões e se incompatibilizando com outras.

No final ele se decidirá pelo candidato que mais compatibilidade apresentar com suas aspirações sociais, ou seja, aquele que se aproximar mais da possibilidade de realizações de seus sonhos para o futuro. Portanto, indiscutivelmente o candidato deve ouvir o eleitor e na medida do possível compatibilizar o seu discurso com as necessidades e desejos do eleitor.

Este ouvir significa manter uma assessoria permanente de pesquisa quantitativa e qualitativa de sua campanha, é imprescindível que o candidato saiba que a linguagem de Marketing Político é diferente, é necessário criar mecanismos que possibilitem levantamentos de opinião pública, ou seja: avaliação de como a sua mensagem está sendo interpretada e qual a percepção que o eleitor tem em relação a candidato.

É de vital importância para o político saber que a campanha política trabalha com os espaços emocionais do eleitor, despertando a fé e a esperança das pessoas.

Portanto, é necessário agrupá-las em torno de um ideal de vida e de um mundo melhor. Estes desejos e esperanças estão armazenados no interior, no íntimo, das pessoas, no que os especialistas em Marketing Político chamam de refúgio mágico.

É importante salientar que a emoção se constrói a partir do racional para o emocional. Por isso, o discurso do candidato deve ser consistente, moderno, atual e sintonizado com as expectativas do eleitor. O candidato precisa manter um bom relacionamento com os formadores de opinião pública, que no caso do Marketing Político é diferente dos formadores de opinião do marketing empresarial, quais sejam os barbeiros, cabeleireiros, jornalistas, economistas, professores, e principalmente jornalistas e lideranças comunitárias.

Em resumo, o candidato deve: Planejar formalmente a sua estratégia de campanha, sua postura diante dos problemas, sua propaganda, suas aparições, sua base para a obtenção de fundos, sua monitoria da situação, seus objetivos, sua alocação de recursos e o tempo que dispõe para obter a aprovação dos eleitores e construir uma forte organização de ações, capaz de reforçar, durante a campanha eleitoral, sem que ocorra a perda de campos já conquistados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a revisão bibliográfica realizada sobre textos clássicos e fundamentais para o tema foi possível constatar que o tema Marketing Político abordado e seus significados possuem sempre relação direta com a busca pela satisfação do cliente, que no caso, é o eleitor. A busca incessante pela imagem perfeita que o candidato procura está sempre ligado diretamente com os conceitos e objetivos do marketing.

Percebeu-se que o Marketing Político teve diversas evoluções com o decorrer do tempo. A única conclusão concreta que pode ser feita é que o ser humano é muito complexo e suas respostas para os estímulos recebidos através da prática do Marketing Político são muito variadas, sendo praticamente impossível agrupá-las de acordo com um padrão lógico do tipo ação-reação.

No caso exclusivo do Marketing Político, a partir do resultado surpreendente das últimas eleições, devemos ser realmente cautelosos ao tentar defender alguma base teórica sobre o impacto das mensagens midiáticas, pois se houvesse uma lógica evidente, candidatos com os melhores assessores, melhores campanhas e maior tempo de exposição não perderiam eleições.

O que foi explanado neste artigo mostra cada vez mais que não podemos deixarmos hipnotizados pelo Marketing Político, que é apenas mais um instrumento, dentre vários, e não necessariamente o mais importante, para auxiliá-lo a definir seu voto e a formar suas convicções políticas e ideológicas ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- American Marketing Association*. Disponível em: <http://marketingconteudo.com/o-que-e-marketing.com>. Acesso em: 20 de Junho de 2017.
- ANDRADE, Sérgio Arapuã de. **Como vencer eleições usando TV e Rádio**. São Paulo: Nobel, 1996.
- CERVO, BERVIAN; DA SILVA. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2007.
- CRUZ, Fábio de Souza. **O marketing político e a hipótese de agenda Setting**. Disponível em: <http://manoeljesus.ucpel.tche.br/markpol.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2017.
- EDUARDO, Carlos. **O Marketing eleitoral**. São Paulo, Editora Publifolha, 2002 – (Folha Explica).
- FIGUEIREDO, Rubens. **O que é marketing político**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GOMES, Michel. **O marketing político e eleitoral como estratégia fundamental no processo de decisão do eleitor**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br>. Acesso em: 20 de maio de 2017.
- GRANDI, Rodolfo et al. **Voto é Marketing: o resto é política**. São Paulo: Loyola, 1992.
- KUNTZ, Ronald A. **Marketing Político: manual de campanha eleitoral**. São Paulo: Global, 2006.
- LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 1997.
- LIMA, Marcelo O. Coutinho. **Marketing eleitoral: Para não desperdiçar recursos**. São Paulo: Ícone, 1988.
- MANHANELLI, Carlos Augusto. **Estratégias Eleitorais: Marketing Político**. São Paulo: Summus, 1988.
- MESQUITA, Renato. **O que é Marketing: Tudo que você precisa saber sobre o assunto**. Disponível em: <http://marketingdeconteudo.com/o-que-e-marketing/>. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquatto. **Marketing Político: Um roteiro para campanhas e estratégias de comunicação**. São Paulo: Summus, 1985.

TORQUATTO, Gaudêncio. **Novo Manual do Marketing Político**. São Paulo: Summus, 2014.

TOMAZELLI, **Marketing**. 1988. Disponível em: <http://administradores.com.br/artigos/marketing/a-importancia-do-marketing-para-o-candidato/>. Acesso em 15 de maio de 2017.

UBIALI, Marco Aurélio; TROMBELLI, Sérgio Motti. **Marketing Político: com a Campanha no Bolso**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2012.

Carga Tributária: Os Impactos na População Brasileira

Samuel Pedro Costa Saraiva²⁹

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior³⁰

Resumo: O presente trabalho busca analisar os impactos da carga tributária na população brasileira, tanto nas empresas como também nas famílias, com um estudo bibliográfico e com método de pesquisa quantitativo e qualitativo. Podemos ressaltar que o tema referido se apoiou em vários autores, os quais facilitaram a compreensão e o desenvolvimento do trabalho. Com o intuito de esclarecer os conflitos tributários, pois os tributos dão sustentação à máquina pública, porém são muito mal revertidos em benefícios sociais. Ressaltando o objetivo geral em analisar os impactos na população brasileira, como investigar como os custos causados afetam negativamente a sociedade e impedem um bem estar social e o ingresso de investidores no país. Os principais pontos para elaboração deste trabalho foram considerações teóricas sobre a carga tributária, os tributos e como afetam a sociedade do Brasil. Procuramos encontrar uma saída para esse grande impacto causado no bolso dos brasileiros, através de uma proposta de Reforma Tributária. Desta forma, o assunto proposto será, sem dúvidas, de grande importância não só para estudantes da área de Contabilidade, como também para toda a sociedade que sente no bolso esses impactos.

Palavras-chave: Carga Tributária, Tributos, Impactos na população.

Abstract: The present work seeks to analyze the impacts of the tax burden in Brazilian population, both in companies and in families, with a bibliographic study and a quantitative and qualitative research method. We can to highlight that the refered topic was based on several authors, who facilitated the understanding and development of the work. With the aim of clarify the tariff conflicts, as the tributes support to the public machine, however they are very badly reverted in social benefits. Emphasizing the general objective of analyzing the impacts in Brazilian population, and to investigate how the costs caused negatively affect society and prevent social welfare and the entry of investors in the country. The main points for the elaboration of this work were theoretical considerations on the tax burden, the tributes and how they affect the Brazilian society. We seek to find a way out of this great impact on the Brazilian pocket, through a proposal for Tax Reform. In this way, the proposed subject will, undoubtedly, be of great importance not only for Accountings students, as well as for the whole society that feels in the pocket these impacts.

Keywords: Tax Burden, Tributes, Impacts in population.

²⁹Graduando do Curso de Ciências Contábeis pela IESP e Graduando do Curso de Direito pela UFRN.

E-mail: samuelpedro_007@hotmail.com

³⁰Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão em Recursos Humanos pela FATEC Internacional. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis na disciplina de Economia. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista apresentar e expandir conhecimento sobre o tema proposto, devido a sua complexibilidade e importância para a sociedade brasileira, o presente artigo, tem como objetivo geral em evidenciar e mostrar o problema, abordando a evolução da carga tributária no Brasil, e os seus impactos na população brasileira de modo geral; delatando conceitos, competências, problemas e retornos. Pretendemos compreender o significado da carga tributária, mas afinal, o que é Carga Tributária? Diz respeito à relação direta entre os tributos arrecadados pelos três entes federativos do Governo (Federal, Estadual e Municipal), através de tributações diretas e indiretas e o Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo, ou seja, é a quantidade percentual da riqueza do país, a qual se destina ao pagamento dos tributos.

Atualmente, no Brasil, a nona economia do mundo, com o PIB de US\$ 1,7 trilhão, segundo os dados de 2016 do Fundo Monetário Internacional (FMI), temos em nossa carga tributária, três tipos de tributos, sendo eles: Impostos (13 tipos), Taxas (35 tipos) e Contribuições de Melhoria (45 tipos), segundo o Portal Tributário. De acordo com o Código Tributário, em seu Artigo 3º, o tributo é classificado como: “prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O imposto é o tributo mais conhecido pela população, muitas das vezes até confundido como sendo ele o tributo, e não um tipo. O imposto é o tributo no qual não decorre de uma atuação estatal específica, ele decorre de uma situação em que o contribuinte se enquadre, como por exemplo, para uma cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), basta que haja ocorrência de uma operação mercantil. Nos dizeres de Martins (2002) apud Zapatero (2009, p.69), ele afirma que:

O Tributo pode ter como fato gerador uma atuação estatal específica relativa ao contribuinte. Ou, então, uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte. Por isso a doutrina brasileira classifica os tributos em vinculados (taxas e contribuição de melhoria) e não vinculados (impostos).

Sabemos que o tributo é de importância vital para a manutenção do Governo, e para suprir os gastos públicos; porém, os tributos devem ser voltados em melhorias para

a população, o que em suma não ocorre no Brasil. Os gastos são enormes e superfaturados, a melhoria é mínima, muitas vezes nada tem de retorno social para o cidadão brasileiro que tanto trabalha. Esses tributos pagos pela população equivalem hoje, a mais de 40% das riquezas produzidas no país, segundo dados do último estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O cidadão brasileiro trabalha cinco meses do ano, somente para pagar tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria).

O Brasil tem índices da carga tributária de países desenvolvidos, ou até mais elevada, porém é um país emergente. Segundo o FMI, em países que se apresentam no mesmo nível de desenvolvimento como o brasileiro, a carga tributária é de apenas 27,44% em média, ou seja, o Brasil apresenta muitos pontos percentuais superiores aos demais. Em 1947, quando se iniciou de fato o registro das contas nacionais brasileiras, a taxa da carga tributária era de apenas 13,8% do PIB, ou seja, dentro de 70 anos, a carga tributária brasileira triplicou.

O problema no Brasil é um desequilíbrio fiscal, bem maior do que se é registrado nas contas públicas, os impactos dos tributos no orçamento familiar que é muito oneroso e que o retorno social é muito falho. Embora com o Plano Real (1994), tenhamos tido um aumento da receita, no que diz respeito ao ajuste fiscal, esse ainda continua dependendo de uma profunda mudança institucional, redefinindo as atribuições do Estado e de como é a sua distribuição entre as três esferas governamentais brasileiras.

Desta maneira, esta pesquisa é de extrema importância, e se apresenta como uma possível contribuição para sociedade brasileira, que é tão insatisfeita com este tema, para que passem a ter ciência sobre a importância dos tributos; como também que essa alta taxação é errada, e que devemos ter uma reforma tributária, e não a alta carga, tão onerosa como existe.

Assim sendo, para alcançarmos os objetivos propostos, neste artigo será adotada como metodologia de pesquisa, a bibliográfica; e em seguida dados mistos, que sejam tanto quantitativos como também qualitativos, para chegar a uma análise e resultados fidedignos e relevantes.

A estrutura do artigo será composta por três partes, sendo iniciada com uma breve introdução do tema proposto, com uma análise de como funciona a carga tributária brasileira; a segunda parte é formada por uma pesquisa completamente teórica, com revisão bibliográfica referente ao tema central do trabalho, como se dá os

impactos da carga tributária brasileira em sua população de modo geral e como ocorreu essa evolução, com embasamento em pesquisa de natureza mista, tanto quantitativa como qualitativa, com dados, índices, o seu falho retorno social e uma saída para acabar com o problema. Por fim, na terceira parte serão apresentadas as considerações finais, referente aos resultados obtidos nas pesquisas quantitativas e qualitativas; o embasamento teórico advém de livros e artigos científicos referentes à temática.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada inicialmente foi a pesquisa bibliográfica, com dados de natureza mista, tanto qualitativa como quantitativa, para se chegar as informações relevantes e fidedignas. Nesta fase, as informações coletadas foram de extrema importância, a partir das fontes de consulta, o trabalho foi ganhando corpo. Os autores consultados forneceram bastante conhecimento teórico, o que ajudou nos procedimentos para análise, chegando assim aos objetivos propostos por este trabalho.

2.2 CARGA TRIBUTÁRIABRASILEIRA

Segundo Cintra (1994), “a carga tributária brasileira constitui-se de um sistema tributário bastante complexo, custoso, ineficiente e injusto”. A carga tributária no Brasil se mostra com uma falta de planejamento evidente, o que agrava ainda mais a alta taxaço, a sonegaço e a desigualdade; ter uma carga bem planejada gera mais receita por parte dos contribuintes, diminuindo a alta taxaço e o grande número de tipos de tributos.

De acordo com o economista escocês Adam Smith, o Pai da Economia e do Liberalismo Econômico, em 1776 quando publicou sua obra clássica e de maior sucesso “A Riqueza das Nações”, ele cita preceitos para uma tributação boa: justiça, neutralidade simplicidade. Segundo Smith: “o país tem uma tributação justa, quando toda a população, seja do mais pobre ao mais rico, contribuem proporcionalmente a sua capacidade de pagar”, ou seja, ele quis dizer que quem ganha mais deverá ter uma maior contribuição, equemganhamenos, devecontribuircomumaparcelamenor. Esseéo

grande problema do Brasil, a injustiça, muitos dos tributos são cobrados de forma progressiva, que oneram mais as classes econômicas C, D e E do que as classes A e B.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) em pesquisa no ano de 2016, 57% da arrecadação no país ocorre quando o contribuinte adquire um produto ou serviço, essa é a forma de tributação indireta, isso se dá pelo fato desses tributos incidirem nas empresas, as quais sempre ficam repassando, e aumentando os preços dos produtos para cobrir os seus custos, até chegar ao consumidor final; ou seja, de forma direta ou indireta, o brasileiro sempre acaba pagando tributos.

O Plano Real em 1994 aumentou nossas receitas, e equacionou as contas, mesmo assim, vemos que no Brasil não adianta aumentar as receitas se sempre aumentam os gastos públicos, e nada em prol do bem estar da sua população; não adianta mais acreditar que o aumento de tributos no Brasil está associado ao ajuste fiscal, pois já vimos várias vezes que não está.

Entre os anos de 2000 a 2014, segundo o IBPT, a carga tributária aumentou 7%, enquanto a situação fiscal em nada melhorou, muito pelo contrário. A solução é o pagamento de menos impostos e menos gastos públicos, uma reestruturação da carga tributária, deixando de arrecadações progressivas, nas quais só desfavorecem os mais pobres.

Na hora de arrecadar, o Brasil é muito eficiente, e até vem melhorando e se informatizando, não só pelo cruzamento de dados do Imposto de Renda; mas também a prestação por parte das empresas, principalmente com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O problema é o destino dos recursos, é o retorno social que é degradante e que deixa a sociedade decepcionada.

Segundo Marcel Solimeo (2017), ele afirma que a carga tributária:

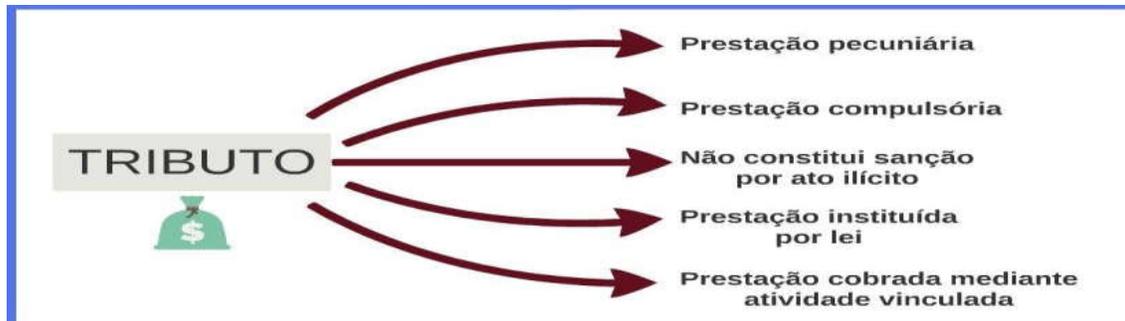
É pouco eficiente devido à burocracia, que impõe custos para a própria Receita e para as empresas. Cada norma e cada formulário criam procedimentos para os dois lados. O melhor seria simplificar o sistema tributário para o benefício de todos, para arrecadar mais, só que de forma inteligente.

2.3 TRIBUTOS

Os tributos devem estabelecer requisitos básicos para que se enquadrem nesta categoria, se determinada situação deixar de estabelecer um só requisito, não é

considerado um tributo. Os requisitos são cinco, como podemos observar na Figura 1 esquematizada abaixo:

Figura 1. Constituição Legal de um Tributo



Fonte: Figura elaborada pelos autores, Cabedelo, 2017.

Conforme o entendimento da Figura 1, podemos observar que: o tributo deve ser pago em moeda corrente do país ou cujo valor possa ser expresso; é uma prestação compulsória, ou seja, é obrigatória, se ocorreu um fato gerador, deve ser pago; não pode advir de um ato ilícito, assim sendo, a multa, por exemplo, não é um tributo; deve também estar instituído em lei a sua prestação, se ocorre um fato que não há na lei, não poderá ser aplicado; é cobrado mediante atividade plenamente vinculada, assim sendo, o fisco não pode deixar de cobrar quando o tributo é devido, independe de uma oportunidade ou conveniência, é sempre vinculado.

Ao longo de toda a história, foram-se criando vários tipos de tributação, como ocorre até hoje, e quem sempre acaba pagando são os trabalhadores que têm sua renda disponível para o consumo diminuindo cada vez mais; e para agravar ainda mais, pagam por serviços básicos e essenciais de forma privada, como saúde, educação e segurança, pois o serviço público é muito falho e de pouca qualidade. Vale ressaltar que, os tributos de forma geral, oneram muito a população brasileira, pois existe arrecadação de todas as esferas (União, Estados e Municípios), e ainda assim, é muito mal aplicado e não promove o bem estar social.

De acordo com Zapatero (2009, p.67) o tributo é gênero no qual decorrem as espécies tributárias. Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 5º, define que as espécies tributárias são três: os impostos, as taxas e contribuições de melhoria. Alguns outros autores incluem mais dois tipos de espécies tributárias, mas as mais citadas e que merecem atenção especial neste artigo são essas três.

2.3.1 Impostos

Define o artigo 16 do Código Tributário Nacional (CTN) que: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Isso quer dizer que o imposto não decorre de algo específico, e sim de alguma situação em que se enquadre o contribuinte, independente de uma contraprestação do Estado. Segundo descrito na plataforma Wikipédia (2017):

Os impostos são, frequentemente, divididos em diretos e indiretos. Os impostos diretos são destinados a taxar diretamente o contribuinte, sendo o principal exemplo deste, o Imposto de Renda. Os impostos indiretos, entretanto, são repassados ao contribuinte através do markup adicionado ao custo de um produto, e o reflexo deste é sentido no preço final dos produtos. Os impostos indiretos são cobrados em todos os bens e serviços adquiridos pelo consumidor.

Além da classificação de diretos e indiretos, os impostos são também classificados em pessoais e reais; e em fixos, proporcionais ou progressivos. Nos dizeres de Zapatero (2009, p.69) “impostos pessoais levam em conta os aspectos de cada contribuinte, a sua capacidade contributiva; enquanto que os reais são aqueles que incidem levando em consideração única e exclusivamente a matéria tributável”. Os impostos classificados como fixos, são aqueles em que existe uma alíquota fixa, já pré-estabelecida, como por exemplo, o ISS/QN. Os impostos proporcionais são aqueles em que se mantém sempre a mesma alíquota, independente do valor a ser tributado. Já os progressivos, são aqueles que a alíquota irá aumentar, de acordo com o valor a ser tributado.

Um grande marco para a população brasileira foi à criação do Impostômetro em 2005, o qual abriu portas para a população pedir a discriminação dos impostos na Nota Fiscal, uma boa ferramenta para a sociedade brasileira, pois, sabendo quanto se paga fica mais fácil de cobrar junto ao Governo.

Figura 2. Evolução da Arrecadação Tributária medida pelo Impostômetro em R\$ Trilhão

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), 2014.

A arrecadação tributária aumenta em ritmo frenético, como podemos observar na Figura 2. No ano de 2015, pela primeira vez, bateu a barreira dos R\$ 2 trilhões, no ano de 2017, é esperada que essa barreira seja quebrada no início de Dezembro.

Falar sobre impostos é um assunto delicado e afeta a todos; essa situação parece que só piora desde o cenário de 2015, com os casos de corrupção, principalmente da Petrobras, que também é constituída de dinheiro público, perderam nada menos que seis bilhões de reais com os escândalos, o cenário só piora com o desemprego elevado, e fica a sensação de perda e a certeza que os cinco meses que o brasileiro trabalha para pagar impostos, são em vão.

O imposto é a espécie tributária mais conhecida pela população, de acordo com o Portal Tributário, são 13 tipos de impostos que incidem na sociedade brasileira, na Tabela 1, podemos observar os impostos, com seus significados e de quem é a competência (sujeito ativo).

Tabela 01. Todos os Impostos do Brasil e sua Competência

Sigla	Significado	Competência
IPTU	Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana.	(Município)
ISS/QN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.	(Município)
ITBI	Imposto sobre Transmissão <i>inter vivos</i> de Bens e Imóveis.	(Município)
ICMS	Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.	(Estado)
ITCMD	Imposto sobre Transmissões <i>Causa Mortis</i> e Doações de qualquer bem ou direito.	(Estado)
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.	(Estado)
II	Imposto sobre a Importação.	(União)
IE	Imposto sobre a Exportação.	(União)
IRPF	Imposto de Renda sobre Pessoa Física.	(União)
IRPJ	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica.	(União)
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.	(União)
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.	(União)
ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural.	(União)

Fonte: Tabela elaborada pelos próprios autores, Cabedelo, 2017.

2.3.2 Taxas

De acordo com Aliomar Baleeiro apud Zapatero (2009, p.71), ele afirma que: “taxa é o tributo cobrado de alguém que se utiliza de serviço público especial e divisível, de caráter administrativo ou jurisdicional, ou tem à sua disposição, e ainda quando provoca em seu benefício, ou por ato seu, uma despesa especial dos cofres públicos”. Ou seja, só é cobrada a taxa, quando o contribuinte usufruir do serviço; quem paga taxa é porque recebeu um serviço, o qual provoca uma despesa aos cofres públicos.

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), só existem duas hipóteses de incidência para as taxas: “prestação de um serviço específico e divisível, ou o exercício do poder de polícia”.

As taxas são de competência comum, assim sendo, podem ser instituídas pelos Municípios, Estados e pela União, conforme o artigo 145 da Constituição Federal. Exemplos de taxas no Brasil são: Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Combate a Incêndios, Taxa de Conservação e Limpeza Pública, Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais – TCIF, Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, Taxa de Licenciamento Anual de Veículo, Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações e Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal.

2.3.3 Contribuições de Melhoria

É a espécie tributária, conforme prevista no artigo 145, III, da Constituição Federal, a sua cobrança é feita, mediante e devida quando ocorrer uma valorização imobiliária, decorrente de construção de obra pública, como exemplo, uma praça.

O autor Ávilo de Oliva entende que esta espécie de tributo é considerada uma das mais justas, pois a sua natureza é vinculada, assim só atinge diretamente os que estão se beneficiando. Não cobrar este tributo, seria uma violação ao princípio de igualdade. Exemplos de Contribuições de Melhoria no Brasil: Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Contribuição ao Funrural, Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (SEBRAE), Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC), Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT), Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR), Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) e Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC).

2.4 IMPACTOS NAS EMPRESAS

A carga tributária acaba sendo um entrave nas empresas e um obstáculo ao crescimento das mesmas. Desestimula a produção, os investimentos, as exportações, as importações e favorecem o desemprego e induzem a informalidade por partes de muito empreendedores.

O constante crescimento da carga tributária, com o complexo da legislação fiscal, é responsável por altos custos dentro das organizações. Segundo o Banco Mundial: “o Brasil é o país que apresenta maior tempo despendido pelas empresas para cumprimento das obrigações tributárias”. Um caso que podemos ressaltar é o do ICMS, um imposto que deveria ser de caráter da União, ganhou um perfil estadual, e existem 27 legislações distintas, com grande diversidade de alíquotas e regimes de redução de base de cálculo, o que acaba em uma guerra fiscal nas cinco regiões do País.

Desde 15 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, o país já editou e publicou mais de 5,5 milhões de normas legislativas, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT); e dessas normas, diz respeito a matéria tributária foram 363.779 normas; a maioria delas sendo uma cobrança em excesso, fazendo com que fique difícil a vida dos contribuintes e confundindo e exigindo cada vez mais das pessoas jurídicas. Neste mesmo período, foram criados vários tributos, entre eles: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em pesquisa realizada no ano de 2015, pelo IBPT, de 1.000 empresas ouvidas, 70% de seus gestores, associou a tributação ao principal entrave do crescimento da empresa na economia brasileira. O sistema tributário brasileiro é tão complexo, que as empresas têm que contratar profissionais só para que possam entender algumas questões e não serem penalizadas. Muitas vezes a empresa contrata um contador, mas esse profissional nem sempre conhece muito sobre as leis, a empresa então tem que contratar um advogado tributarista, fazendo com que só gaste dinheiro em uma questão que se resolveria se o sistema fosse mais simplificado e de fácil entendimento.

Se pararmos para observar o cenário brasileiro, em contrapartida com o mundial, podemos ver que nos outros países, a geração de empregos e renda é incentivada, enquanto em nosso país, em média, 17% do faturamento das empresas é destinado para cumprir com as obrigações tributárias, impacto sentido no caixa e que desestimula.

2.5 IMPACTOS NAS FAMÍLIAS

A carga tributária é responsável em reduzir o poder de consumo das famílias brasileiras, diretamente, os tributos deveriam reverter para a sociedade em forma de

bens e serviços públicos, porém, na prática ocorre basicamente o contrário, por não apresentar melhorias em serviços básicos, como na saúde, educação, transporte, saneamento básico e segurança pública; diminui ainda mais a renda disponível das famílias para consumo, pois as famílias têm que pagar por esses serviços de forma privada. Para se tem uma noção mais exata, a carga tributária é tão onerosa nas famílias brasileiras, que a cada R\$ 100,00 ganhos; R\$ 40,00 deles são destinados apenas ao pagamento de tributos aos cofres públicos.

A cada ano que se passa, se torna mais onera a carga tributária, atualmente, no ano de 2017, o cidadão brasileiro trabalha mais de cinco meses apenas para pagar tributos de toda a natureza, e sentimos isso nos produtos mais básicos, que vão de higiene pessoal, roupas e alimentos. O principal problema é o impacto principalmente nos mais pobres, existem muitos tributos que são cobrados de forma progressiva, deixando as famílias mais necessitadas com bem menos dinheiro no bolso.

De acordo com o economista Bernard Appy (2016), “é virtualmente impossível uma pessoa saber qual o montante dos tributos incidem sobre um bem ou serviço que está comprando”. A falta de transparência quanto ao custo dos impostos é prejudicial à própria democracia, já que a população não faz ideia de quanto custa financiar os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Segundo pesquisa realizada em 2014, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em relação aos tributos embutidos nos preços de despesas de consumo, famílias com renda de até dois salários mínimos gastam mais de 40% das suas rendas com tributos embutidos nos preços. Enquanto, que famílias com renda acima de vinte salários mínimos gastam em média 18% de sua renda com tributos embutidos nos preços de suas despesas de consumo. Deveria ser o inverso, mas num país tão desigual, quem acaba pagando, são os que menostêm.

Figura 3. Porcentagem Média de Tributos em Bens e Produtos do dia-a-dia no Brasil

ÁGUA DE BEBER	ARROZ	CAFÉ	CALÇA JEANS	CAMISA	CANETA
37,88%	17,24%	16,52%	38,53%	34,67%	47,49%
CARBURADOR	CARNE	CASA POPULAR	CEBOLA	CHARUTOS/ CIGARRILHAS	CHOPE
43,03%	29,00%	48,30%	15,83%	61,94%	62,20%
CHUVEIRO ELÉTRICO	COMPUTADOR ATÉ R\$3000	CONTA DE ÁGUA	CONTA DE LUZ	CONTA DE TELEFONE	FEIJÃO
48,23%	24,30%	24,02%	48,28%	46,12%	17,24%
FOGÃO 4 BOCAS	GELADEIRA	FRANGO	GASOLINA	MARGARINA (500G)	
41,22%	38,21%	26,80%	56,09%	35,98%	

Fonte: IBPT

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), 2016.

Conforme a Figura 3, podemos observar que os elevados tributos incidem em produtos do nosso dia-a-dia, como por exemplo, o feijão e o arroz nos bens de consumo, e em serviços como de telecomunicações, energia elétrica e saneamento básico. Alguns produtos mais do que dobram os seus preços. Isso é refletido no bolso da família brasileira que tem a sua renda sendo comprometida.

2.6 REFORMATRIBUTÁRIA

Em anos de eleições presidenciais principalmente, a questão sobre a reforma tributária sempre vem à tona, mas nunca é colocada para frente, algo que é de extrema importância para todos.

Uma possível e real saída para acabar com essa onerosa carga tributária brasileira, passa por uma reforma tributária, que é de grande importância e abrangência, mas não só uma reforma em mudanças de alíquotas, tem que ser uma mudança estrutural, mais transparência e acabar com distorções que só elevam a carga tributária. É preciso que tenha uma modificação no sistema tributário no modo que o Brasil cobra de seus cidadãos, é preciso se adequar de acordo com a sociedade e não só as pretensões do governo que só traz ônus a sociedade; é obrigatório que o Estado consiga cortar gastos

públicos e consiga gastar de modo eficaz e eficiente, pois o que vemos hoje é uma festança de dinheiro público desperdiçado ou malaproveitado.

Uma política tributária adequada é o sonho de todo brasileiro, e esta passa por uma reforma para que possamos alcançar. O Governo Federal diz que é muito custoso e oneroso fazer uma reforma, mas para perdoar dívidas de empresas, estatais ou de bancos, não pensa duas vezes; o verdadeiro custo é a população brasileira ter a sua renda comprometida por esta carga tributária onerosa e injusta.

A reforma tributária é uma solução louvável e justa, para se melhorar a qualidade do nosso sistema tributário, mas que não encontra força para sair do papel, pois depende dos interesses dos políticos, muitos são acusados de corruptos em Brasília.

Até existe uma proposta de reforma tributária, consubstanciada no âmbito de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), tramitando na Câmara dos Deputados para ser votada. Com objetivos de simplificar, eliminar tributos e acabar com a “guerra fiscal” entre os 26 estados e o Distrito Federal, principalmente na questão do ICMS. Entretanto, o debate sobre a reforma tributária deve ser pautado pela retomada dos princípios da equidade, da progressividade e da capacidade de contribuir de cada cidadão, com base no caminho da justiça fiscal e social, priorizando a redistribuição da renda, a reforma deve ser bem mais ampla.

Além de simplificar os tributos, uma reforma tributária bem feita irá reduzir drasticamente a tributação em cima dos serviços e produtos, que são responsáveis por comer boa parte da renda da família brasileira. O que é certo é que todos já perceberam que não cola mais o aumento da carga tributária por parte do governo alegando ajuste fiscal, a verdade é que só há aumento das despesas públicas.

Segundo o economista Fernando Rezende: “Toda vez que a discussão sobre a reforma tributária começa, surge o embate de quem vai ganhar e quem vai perder, e nunca se chega a lugar nenhum”.

Rezende afirma três princípios básicos para a reforma tributária, são eles:

- Simplicidade: Deve ter regras claras e de fácil entendimento, de forma que não seja preciso contratar profissionais só para se ter entendimento das normas;
- Flexibilidade: As questões tributárias não podem ser amarradas como parte do texto constitucional, como ocorre, pois qualquer mudança exige negociações políticas que são muito difíceis;

- **Eficiência:** O sistema tributário brasileiro não pode comprometer e criar dificuldades para a produção do país, para que assim possamos competir no mercado externo e interno. As regras precisam ser eficientes para estimular a produção.

De acordo com todas as propostas feitas, que vieram dos mais variados lugares, para os economistas brasileiros, a reforma tributária deve ter esses 14 pontos, enumerados na Figura 4:

Figura 4. Pontos Essenciais para uma boa Reforma Tributária no Brasil

1. Limitar a representatividade dos impostos indiretos;
2. Criar uma fórmula para níveis mínimos e máximos de progressividade;
3. Proibir a tributação de patrimônio;
4. Proibir o desconto ou o perdão de dívidas tributárias;
5. Estabelecer prazos máximos para pagamento de dívidas;
6. Instituir impostos de fiscalização com alíquotas simbólicas;
7. Criar mecanismos de autofiscalização;
8. Limitar o número de tributos que podem ser cobrados em cada esfera do governo;
9. Unificar as normas dos tributos estaduais e municipais em nível nacional;
10. Unificar os cadastros de pessoas jurídicas em nível nacional;
11. Proibir a tributação sobre folha de salários;
12. Tomar obrigatória a harmonização com os sistemas tributários de outros países;
13. Definir a carga tributária máxima e permitir o aumento da carga apenas mediante desenvolvimento;
14. Fazer avaliações independentes e periódicas dos gastos públicos;

Fonte: Figura elaborada pelos próprios autores, Cabedelo, 2017.

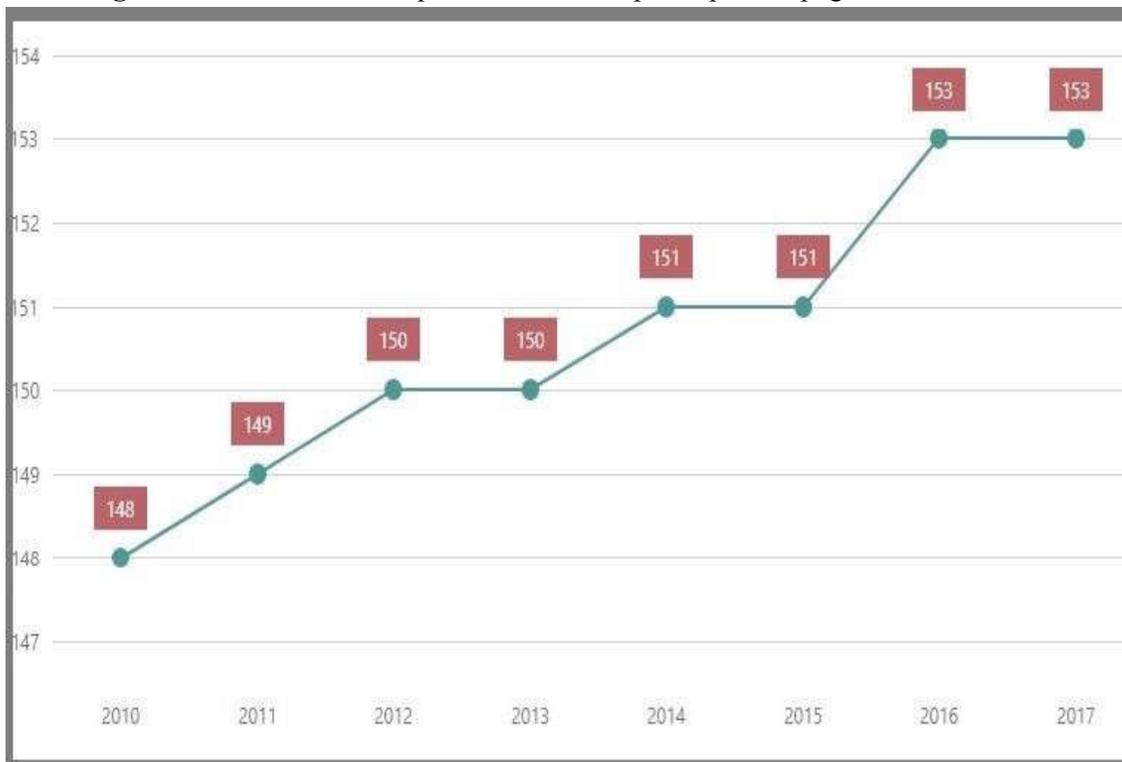
Os economistas, os contadores e os administradores brasileiros precisam se unir para lutar contra a elevada carga tributária no Brasil e a favor de uma reforma tributária já. O crescimento econômico e o aumento do nível de emprego serão beneficiados com a solução prevista na futura reforma tributária no País.

Urge entender que, agora e sempre, a reforma tributária é fundamental para o Brasil, um país emergente, iniciar os seus principais passos econômicos rumo ao seleto grupo dos países desenvolvidos como a França, Austrália, Noruega, Áustria, Holanda, Suécia e Suíça.

Com a reforma tributária, a criação de empregos seria aquecida, favorecendo tanto o governo, como também as empresas e a população. É de se alertar que a reforma

tem caráter de urgência, pois como podemos perceber na Figura 5, cada vez mais os brasileiros estão pagando tributos:

Figura 5. Dias trabalhados pelos brasileiros apenas para se pagar tributos



Fonte: Impostômetro, 2017.

A maioria da população defende que deve haver uma reforma tributária, mas existem várias propostas e respostas para como deve ser feita, cabe ao Estado maximizar as melhores ideias e projetos, de modo que acabe com essa onerosidade e que maximize os gastos públicos. A reforma é um processo contínuo, mas tem que começar as mudanças desde já, para que o nosso país reduza cada vez mais a desigualdade social.

A população brasileira pede e clama por uma reforma tributária, a qual deve ter bons preceitos, como os já ditos, cabe aos nossos governantes atenderem ao pedido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto do presente artigo tem como objetivo geral analisar os impactos da carga tributária, na sociedade brasileira de modo geral; verificamos informações e dados

como direção para se chegar aos objetivos propostos. O Brasil tem uma carga tributária elevadíssima e a população não aceita mais elevação tributária, pois já vimos que não há transparência por parte do Governo e que os gastos públicos só aumentam. Os autores verificados favoreceram para um melhor entendimento do tema e contribuíram bastante em conteúdo. Vale ressaltar a importância sobre a classificação das espécies tributárias, e os impactos nas empresas e nas famílias brasileiras. A pesquisa resolveu o problema inicialmente proposto e serviu como ampliação para melhor compreensão do tema que é tão importante para a população de nosso país.

Conforme as pesquisas e figuras que foram apresentadas, podemos observar que as famílias brasileiras trabalham mais de cinco meses do ano apenas para o pagamento de tributos, não bastasse isso, o retorno social é mínimo ou quase escasso, o que é um absurdo. Vimos que produtos essenciais e do dia-a-dia quase dobram os preços só por causa dos tributos embutidos neles.

Analisando o tema como um todo, tem vantagem de grande ajuda para a sociedade brasileira, para um melhor entendimento sobre este assunto que é do interesse de todos, já que a carga tributária brasileira onera tanto a nossa população. Em relação às desvantagens, é o próprio impacto no bolso da população brasileira, do quanto é oneroso a carga e que o nosso dinheiro é muito mal revertido pelo governo em benefícios sociais.

Assim, é possível que o objetivo geral do trabalho em questão, possa beneficiar a sociedade e ajudar em futuras pesquisas, sendo assim finalizadas as considerações acerca do trabalho, de que o nosso sistema tributário é muito falho e que as respostas acerca da carga tributária e os seus impactos na população brasileira como um todo, além de que uma possível saída para esses problemas foram atendidos no corpo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

APPY, Bernard. **Reforma tributária para o Brasil crescer**. Revista Bares & Restaurantes nº 99 - entrevista, São Paulo. Disponível em: <<http://www.abrasel.com.br/atualidade/entrevistas/3111-reforma-tributaria-para-o-brasil-crescer.html>>. Acesso em: 29 Nov. 2017.

BORBA, Cláudio. **O futuro da reforma tributária.** Disponível em: <<https://www.euvoupassar.com.br/artigos/detalhe?a=o-futuro-da-reforma-tributaria>>. Acesso em: 30 Nov. 2017.

BORGES, Eduardo. **O impacto dos tributos na atividade empresarial.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/o-impacto-dos-tributos-na-atividade-empresarial,20086700a566b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 05 Dez. 2017.

BRASIL. **Código Tributário Nacional.** Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm>. Acesso em: 15 Set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 Out. 2017.

BRASIL. **A distribuição dos tributos na federação brasileira.** Revista de informação legislativa do Senado Federal, v. 24, n. 95, p. 183-252, jul./set. 1987. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181776>>. Acesso em: 06 Out. 2017.

CASTRO, José Roberto. **Quais são os planos do relator da reforma tributária.** Jornal Nexo, 20 Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/11/20/Quais-s%C3%A3o-os-planos-do-relator-da-reforma-tribut%C3%A1ria>>. Acesso em: 30 Nov. 2017.

DESIDÉRIO, Mariana. **Afinal, quais impostos uma pequena empresa deve pagar?** 21 Ago. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/quais-impostos-uma-pequena-empresa-deve-pagar/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

DINIZ, Janguiê. **Por que os impostos no Brasil são tão altos?** Blog do Janguiê, Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.blogdojanguie.com.br/por-que-os-impostos-no-brasil-sao-tao-altos/>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

FISCAL, Studio. **Evolução da carga tributária desde a instituição do Plano Real.** São Paulo, 23 Out. 2014. Disponível em: <<https://studiofiscal.jusbrasil.com.br/artigos/147442885/evolucao-da-carga-tributaria-desde-a-instituicao-do-plano-real>>. Acesso em: 01 Out. 2017.

G1. **Impostos pagos por brasileiros chegam a R\$ 2 trilhões este ano.** São Paulo, 30 Dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/12/impostos-pagos-por-brasileiros-chegam-r-2-trilhoes-este-ano.html>>. Acesso em: 15 Nov. 2017.

IBPT. **Brasileiro trabalhará até sexta-feira, 2 de junho, só para pagar impostos, releva IBPT.** 02 Jun. 2017. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticia/2587/Brasileiro-trabalhara-ate-sexta-feira-2-de-junho-so-para-pagar-impostos-releva-IBPT>>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

IMPOSTÔMETRO. Disponível em: <<http://www.impostometro.com.br/>>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

KUPFER, José Paulo. **A carga tributária e seus significados**. Estadão, São Paulo, 20 Set. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/jpkupfer/a-carga-tributaria-e-seus-significados/>>. Acesso em: 28 Set. 2017.

LIMA, Luís. “**Reforma tributária é escolha óbvia para reduzir a desigualdade no Brasil**”, diz Marc Morgan. Revista Época online, 19 Out. 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/10/reforma-tributaria-e-escolha-obvia-para-reduzir-desigualdade-no-brasil-diz-marc-morgan.html>>. Acesso em: 25 Nov.2017.

NETO, Angelo Moroni. **O impacto da carga tributária brasileira no resultado tributário, econômico e financeiro das empresas**. Contábeis, o portal da sua profissão, Paraná, 05 Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/621/o-impacto-da-carga-tributaria-brasileira-no-resultado-tributario-economico-e-financeiro-das-empresa/>>. Acesso em: 15 Nov. 2017.

TRIBUTUÁRIO, Portal. **Os tributos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

REDAÇÃO, Administradores.com. **Entenda o impacto da carga tributária nas empresas e no cotidiano das pessoas**. 28 Set. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/entenda-o-impacto-da-carga-tributaria-nas-empresas-e-no-cotidiano-das-pessoas/62360/>>. Acesso em: 15 Nov. 2017.

VELLOSO, Rodrigo. **Reforma tributária, carga pesada**. SUPER Interessante, São Paulo, 31 Out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/reforma-tributaria-carga-pesada/>>. Acesso em: 19 Nov.2017.

WIKIPÉDIA. **Imposto**. 05 Nov. 2017 Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Imposto>>. Acesso em: 28 Nov. 2017.

WOLKE, Verene. **Reforma tributária é decisiva para o Brasil crescer e enfrentar a concorrência global**. Agência CNI, 02 Mar. 2016. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2016/03/reforma-tributaria-e-decisiva-para-o-brasil-crescer-e-enfrentar-a-concorrenca-global/>>. Acesso em: 24 Set. 2017.

ZAPATERO, J. A. **Teoria e Prática de Direito Tributário e Execução Fiscal**. 4ª ed. Leme: J.H. Mizuno, 2009.



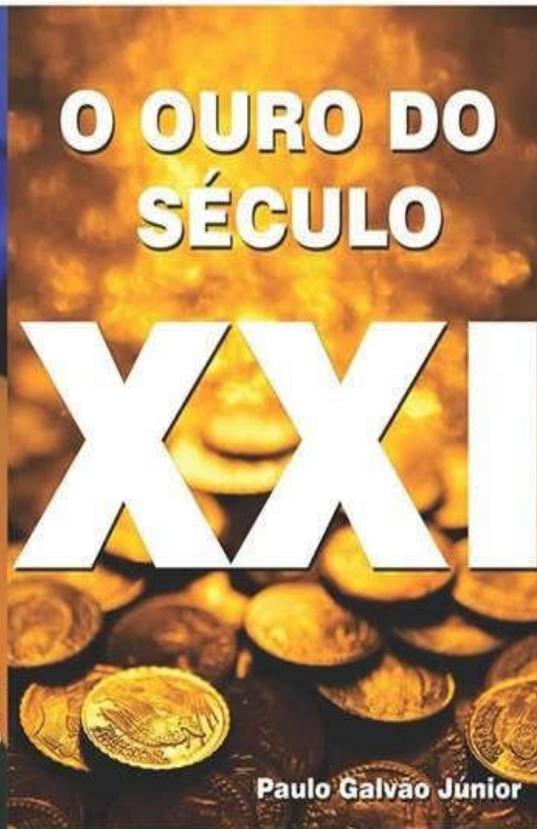
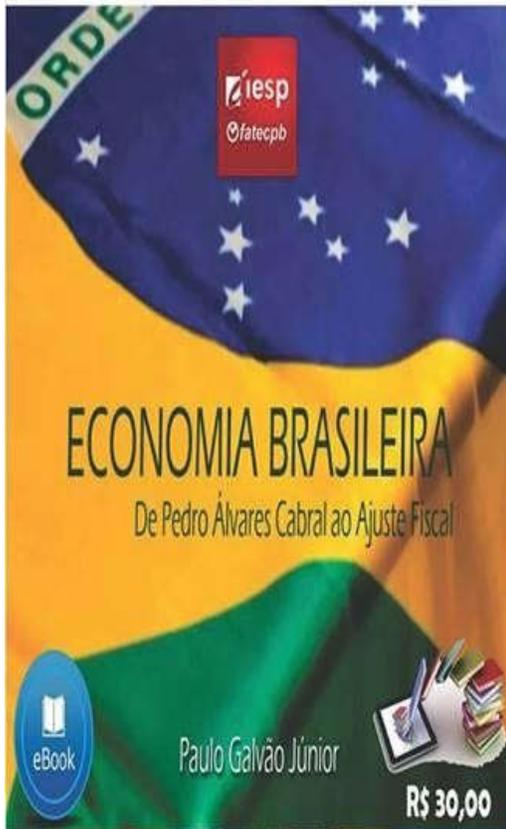
Paulo Galvão Júnior

Economista, Escritor e Professor de Economia e de Economia Brasileira

Site: ebookdeeconomiadepgalvaojr.com Email: paulogalvaojunior@gmail.com



(83) 98773.7712





PAULO GALVÃO JÚNIOR

Economista, Escritor e Professor

E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

